



série

# BRASIL & AFRICA

**SONHAR É PRECISO**

**AQUINO DE BRAGANÇA:  
INDEPENDÊNCIA E REVOLUÇÃO  
NA ÁFRICA PORTUGUESA (1980-1986)**

Marco Mondaini (Organizador)



**SONHAR É PRECISO**

**AQUINO DE BRAGANÇA: INDEPENDÊNCIA E  
REVOLUÇÃO NA ÁFRICA PORTUGUESA  
(1980-1986)**



**SONHAR É PRECISO**

**AQUINO DE BRAGANÇA: INDEPENDÊNCIA E  
REVOLUÇÃO NA ÁFRICA PORTUGUESA  
(1980-1986)**

Marco Mondaini (organizador)



série

**BRASIL  
& ÁFRICA**

COLEÇÃO CLÁSSICOS

1



Editora  UFPE

**PROEXT**  
PRÓ-REITORIA DE EXTENSÃO

## UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO

### Reitor:

Prof<sup>o</sup> Dr<sup>o</sup> Anísio Brasileiro de Freitas Dourado

### PróReitor de Extensão:

Prof<sup>o</sup> Dr<sup>o</sup> Edilson Fernandes de Souza

## COMISSÃO EDITORIAL

### Coordenador Geral:

Prof<sup>o</sup> Dr<sup>o</sup> Marco Mondaini (DSS/UFPE)

### Coordenador Adjunto:

Prof<sup>o</sup> Dr<sup>o</sup> José Bento Rosa da Silva (DH/UFPE)

### Secretaria Acadêmica:

Arnaldo Sucuma (doutorando/PPGSS) e Niedja Lima (mestranda/PPGSS)

### Jornalista Responsável:

Xenya Bucchioni (doutoranda/PPGCOM)

## CONSELHO EDITORIAL:

Ana Cristina Vieira (UFPE/Brasil); Ana Piedade Monteiro (Unizambeze/Moçambique); Colin Darch (Cape Town University/África do Sul); David Hedges (Universidade Eduardo Mondlane/Moçambique); Edilson Fernandes de Souza (UFPE/Brasil); Eurídice Monteiro (Universidade de Cabo Verde/Cabo Verde); Francisco Januário (Universidade Eduardo Mondlane/Moçambique); Isabel Casimiro (Universidade Eduardo Mondlane/Moçambique); João Carlos Trindade (CESAB/Moçambique); José Bento Rosa da Silva (UFPE/Brasil); José Luis Mateus Alexandre (Universidade Mandume Ya Ndemofayo/Angola); Judith Head (Cape Town University/África do Sul); Marco Mondaini (UFPE/Brasil); Marcos Costa Lima (UFPE/Brasil); Maria Bernardete Martins de Azevedo Figueiroa (MPPE/Brasil); Mário Cabral (Guineaspora/Guiné Bissau); Robert Slenes (UNICAMP/Brasil); Solange Rocha (Cape Town University/África do Sul); Teresa Amal (Universidade de Coimbra/Portugal); Tereza Cruz e Silva (Universidade Eduardo Mondlane/Moçambique).

## Projeto Gráfico:

Daniel L. Apolinário

Catálogo na fonte:  
Bibliotecária Joselly de Barros Gonçalves, CRB4-1748

S698 Sonhar é preciso : Aquino de Bragança : independência e revolução na África Portuguesa (1980-1986) / organizador : Marco Mondaini. – Recife : Editora UFPE, 2014. 147 p. – (Série Brasil & África. Coleção Clássicos).

Inclui anexos.  
ISBN 978-85-415-0491-1 (broch.)

1. Bragança, Aquino de. 2. Movimentos de libertação nacional – África portuguesa. 3. África portuguesa – Política e governo. 4. Portugal – Colônias – África. I. Mondaini, Marco (Org.). II. Título da Série.

320.9

CDD (23.ed.)

UFPE (BC2014-092)

# APRESENTAÇÃO DA SÉRIE<sup>1</sup>

Constituída por 3 Coleções (Pesquisas, Ensaios e Clássicos), a **Série Brasil & África** expressa duas ordens de fatos fundamentais: por um lado, a virada geopolítica ocorrida no Brasil no início do século XXI, que aponta para a mudança na ordem de prioridades no campo das relações internacionais, com a passagem de ênfase do diálogo “Norte-Sul” para o diálogo “Sul-Sul”; por outro lado, a tomada de consciência da necessidade de construção de laços mais estreitos no campo acadêmico-intelectual entre os saberes que são construídos no Brasil e no continente africano – especialmente, mas não de maneira exclusiva, nos países africanos de língua oficial portuguesa (PALOPs).

Fundada em tal princípio, a **Série Brasil & África** nasce assumindo o compromisso ético de edificação de novos olhares que sejam suficientemente capazes de reconhecer as novas experiências sociais e políticas antissistêmicas emergentes no Brasil e em África, direcionadas à construção de uma nova ordem referenciada na afirmação da democracia e dos direitos humanos compreendidos na sua radicalidade, como forças voltadas à socialização do poder.

Dentro desse contexto, a **Série Brasil & África** propõe alinhar-se ao conjunto de iniciativas surgidas na última década no sentido de aproximar universidades e centros de pesquisa engajados no processo de reflexão crítica sobre os traços

---

<sup>1</sup> Optou-se, na presente coletânea, por manter a forma pela qual os textos foram publicados à época, sem atualizá-los em relação ao novo acordo ortográfico da língua portuguesa, de 2009.

universais que identificam os Estados e sociedades do Sul do mundo num mesmo quadrante geopolítico, mas, também, sobre as suas particularidades histórico-sociais, responsáveis pela sua diferenciação.

Resta afirmar, por fim, que a iniciativa editorial representada pela **Série Brasil & África** não teria se concretizado sem o apoio de primeira hora dado pela Pró-Reitoria de Extensão da Universidade Federal de Pernambuco (PROEXT/UFPE) – apoio este que deve ser saudado com entusiasmo por todos/as aqueles/as docentes e discentes engajados/as no duplo esforço de internacionalização e democratização da nossa universidade.

Marco Mondaini  
(Professor da UFPE e Coordenador da **Série Brasil & África**)

## AGRADECIMENTOS

O presente livro com escritos de Aquino de Bragança – **publicado em memória dos 90 anos do seu nascimento** – inaugura a *Coleção Clássicos da Série Brasil & África*. Sua realização não teria sido possível sem a inestimável contribuição das seguintes pessoas: Ana Cristina Vieira, coordenadora do projeto de pesquisa da UFPE financiado pela CAPES/AULP, que propiciou a realização do meu Estágio Sênior na Universidade Eduardo Mondlane/Moçambique – contexto no qual nasceu a proposta editorial aqui lançada; Edílson Fernandes de Souza, que acolheu institucionalmente, sem reticências, à frente da PROEXT, a proposta de criação da *Série Brasil & África*; Marcos Costa Lima, que sugeriu a construção da *Coleção Clássicos*; Isabel Casimiro, interlocutora presente em todos os momentos da organização do volume; Colin Darch, criador da página eletrônica *Mozambique History Net* e prefaciador da obra; Fabiana Malha, tradutora do anexo 2; Xenya Bucchioni e Daniel Apolinário, que elaboraram o seu projeto gráfico; Maria José Matos Luna, diretora da Editora Universitária da UFPE, que se empenhou para que a coletânea tivesse o devido tratamento editorial; e Silvia Bragança, viúva de Aquino de Bragança, pela autorização da publicação dos escritos – a quem fazemos aqui um agradecimento especial, em nome da “continuação dos sonhos”<sup>1</sup>.

M.M.

---

<sup>1</sup> A referência, aqui, é ao livro lançado em 2009 por Silvia Bragança, com o título: *Aquino de Bragança: Batalhas Ganhas, Sonhos a Continuar*. Ressalte-se que a presença no título dos dois livros (o de Silvia Bragança e o por mim organizado) da referência ao sonho – sonhos e sonhar – assinala mais do que uma feliz coincidência. Em verdade, talvez seja impossível pensar em Aquino de Bragança sem associa-lo ao ato de sonhar e de lutar pela realização dos sonhos.

# PREFÁCIO

Colin Darch<sup>1</sup>

A nossa preocupação de fundo não é o socialismo, o marxismo – que são instrumentos para resolver os problemas dos homens: como alimentá-los, como vesti-los, como calçá-los. Esse é que é o problema. Se for preciso fazer uma aliança com o diabo para atingir isso, nós faremos. (Aquino de Bragança falando ao Semanário, Lisboa, 22 de junho de 1985, p.33-34).

Na manhã de segunda-feira, 20 de outubro de 1986, fui trabalhar cedo, como de costume, no Centro de Estudos Africanos, no *campus* universitário em Maputo, onde era na altura investigador e documentalista. Naquela hora, ainda não estava ali quase ninguém. Estava já sentado no escritório, me preparando para o dia, quando Rob Davies, investigador sul-africano e colega no Centro, bateu na porta. “Já ouviste?”, questionou em inglês. “O avião de Samora desapareceu. Não voltou da Zâmbia na noite passada.”

Foi desta maneira que ouvi pela primeira vez do desastre de avião em Mbusini, na África do Sul, no qual o Presidente Samora Machel e mais 33 pessoas morreram, em circunstâncias que permanecem controversas até hoje. Uma das vítimas ao lado do presidente foi Tomás Aquino Messias de Bragança, meu chefe e colega durante oito anos, diretor do Centro, professor, jornalista,

---

<sup>1</sup> Investigador Associado na *Democratic Governance and Rights Unit* da Faculdade de Direito da *University of Cape Town*/África do Sul.

intelectual público, militante político, diplomata discreto, homem, marido e pai.

### XXX

Esta coletânea de escritos de Aquino de Bragança reúne pela primeira vez, num único volume, um corpo coerente e importante dos textos produzidos na última fase da vida do autor, enquanto foi diretor do Centro de Estudos Africanos. Assim tomará um lugar na prateleira ao lado da obra biográfica sobre o marido por sua viúva, Sílvia de Bragança, intitulada *Aquino de Bragança: Batalhas Ganhas, Sonhos a Continuar* (2009).

Nessa fase da vida, Aquino trabalhava em estreita colaboração com a ativista e socióloga sul-africana Ruth First, até 1982, quando ela foi assassinada por meio de uma carta bomba enviada ao Centro pelos agentes de Estado do apartheid. Ruth era Diretora Científica do Centro, e, efetivamente, a adjunta de Aquino. Não há dúvida nenhuma que, apesar dos dois terem personalidades bem diferentes, e nem sempre virem questões específicas com a mesma ótica, exerceram uma forte influência mútua um sobre o outro. Compartilharam um compromisso intransigente a favor de uma prática de ensino e pesquisa crítica e engajada, uma epistemologia que repousava na ideia de que o objetivo da investigação devia ser mudar o mundo, não apenas compreendê-lo. Quando começaram no Centro, ambos já tinham anos de experiência dura como ativistas e jornalistas radicais, e entenderam profundamente a importância de aproveitar o momento, quer dizer de publicar os textos precisamente quando esses poderiam ter um impacto concreto e real, ao invés de simplesmente avançar uma ou outra interpretação acadêmica. Os dois tinham, em outras palavras, um forte sentido de urgência política, o que conseguiram transmitir ao pessoal do Centro em diferentes formas.

No Centro, no entanto, Aquino inicialmente e pela primeira vez encontrou-se incorporado num ambiente acadêmico, cuja operacionalidade dependeu e avançou em função de um conjunto de regras explícitas e implícitas, com

as quais nem ele nem Ruth estavam acostumados ou dispostos a respeitar. Logo de início, de fato, o Centro – que foi estabelecido após a independência nacional como uma unidade dentro do Instituto de Investigação Científica de Moçambique, instituição colonial com enfoque colonial – foi organizado numa forma altamente convencional, dividido em mini-departamentos, cada um especializado na sua disciplina, como história pré-colonial, antropologia, ou estudos ambientais. Até mesmo os próprios pesquisadores tiveram compromissos para lecionar nas faculdades e nos departamentos dos outros lugares da universidade. Aquino tinha pouco interesse nas fronteiras ou nos terrenos disciplinares. Seguiram-se, portanto, dois momentos importantes na história do Centro, momentos que serviram para mostrar como o tipo de pesquisa que Aquino queria realizar, poderia de facto ser organizado.

O primeiro destes momentos aconteceu no ano 1976, pouco antes da bem conhecida «Conferência de Genebra» sobre a situação rodesiana, quando o Centro foi convidado, com muito pouco aviso prévio, a produzir um relatório sobre a economia política e a questão da terra naquele país, uma espécie de atualização das investigações realizadas anteriormente pelo estudioso italiano Giovanni Arrighi. A conferência era uma tentativa por parte da comunidade internacional de resolver o conflito armado entre o regime minoritário de Ian Smith em Salisbúria e os movimentos nacionalistas de libertação, assim pondo fim a uma guerra já na altura no seu décimo ano. Claro que era uma tarefa a ser tomada a sério, com implicações potencialmente graves para um futuro Zimbábue. No fim, o trabalho foi realizado – e é aqui que se encontra o ponto significativo – sob a liderança de Aquino e por um coletivo de jovens professores e estudantes, moçambicanos e estrangeiros, trabalhando junto sob pressão do tempo e sem acesso fácil nem às fontes necessárias nem ao campo em si, para cumprir a tarefa dentro do prazo curtíssimo. O relatório que produziram, escrito na língua inglesa para benefício dos zimbabueanos, constituiu uma excelente análise, mesmo que a Conferência de Genebra não tenha alcançado os seus objetivos e a guerra continuasse mais três anos. Foi

traduzido em português e editado uns anos depois em Maputo; continua a ser até agora uma das mais úteis análises sobre Zimbabwe da época, disponíveis em língua portuguesa.

O segundo momento definitivo aconteceu, não por mero acaso, no ano seguinte, em 1977, quando Ruth First, ainda lecionando como professora universitária na Inglaterra, foi convidada a Moçambique para dirigir um projeto de pesquisa sobre o impacto do sistema de exportação da mão-de-obra às minas sul-africanas, na economia política da província de Inhambane, localizada na zona sul do rio Save. Mais uma vez, um projeto de investigação politicamente comprometido organizou-se em torno de um coletivo, desta vez aumentado pela necessidade de extenso trabalho de campo nas zonas rurais. Isso viria a ser o fundamental – mas nem por isso o único – método de pesquisa utilizado nos projetos subsequentes no «Curso de Desenvolvimento» do Centro. É necessário, porém, salientar que o próprio Aquino não estava envolvido nesse projeto, estando nesses anos num período muito difícil da sua vida particular<sup>2</sup>.

Esses métodos – trabalho em coletivo, leitura crítica das fontes impressas, entrevistas, trabalho de campo, rapidez da publicação e divulgação – foram vistos na altura como aptos para circunstâncias especiais. Mas Aquino e Ruth queriam implantar os mesmos em todo o ensino e toda a investigação do Centro. Para atingir esse objetivo, tornou-se necessário romper com os moldes acadêmicos e «reestruturar» o Centro de uma maneira ainda mais fundamental. No período de 1978-1979, por conseguinte, o Centro de Estudos Africanos, numa maneira não-linear e informal, efetivamente dispensou a sua própria divisão em departamentinhos, alguns deles sendo assim estabelecidos separadamente, tais como as secções de estudos de antropologia e do ambiente (TBARN). Esta reconceituação estrutural e metodológica era tanto o resultado das experiências já mencionadas, como um pré-requisito para o tipo

---

<sup>2</sup> Mariana de Bragança, primeira esposa de Aquino, morreu de uma doença em 29 de maio de 1979.

de pesquisa que foi posteriormente realizado. Os membros do corpo docente do Centro tornaram-se professores-pesquisadores em tempo integral, elementos de um único coletivo, quer para fins de ensino assim como de investigação. Foi na base desta plataforma que Aquino teve a possibilidade de produzir o corpo de textos incluídos neste livro e sobretudo após a fundação da chamada «Oficina» de História, um projeto do Centro nos princípios da década oitenta para desenvolver uma prática «artesanal» de investigação histórica sobre o colonialismo tardio e a luta de libertação nacional.<sup>3</sup>

Um outro fator que deve ser tomado em consideração na leitura dos textos aqui reeditados é que Aquino era muito mais do que um mero diretor de um centro de pesquisa acadêmica. Segundo Graça Machel, falando na ocasião de uma mesa-redonda organizada em 2006, em memória de Aquino, o apelido dele nas camadas partidárias era “submarino”, devido a sua capacidade de realizar missões diplomáticas delicadas com pouco alarde e atraindo pouca atenção pública. Nunca foi indicado oficialmente para qualquer posição diplomática, nem como embaixador, apesar da especulação contínua na imprensa, especialmente nos diários e semanários de Lisboa. Mas, apesar disso ou talvez por causa disso, influenciou a política profundamente, com um encontro informal aqui, uma entrevista bem colocada alí, a entrega discreta de uma mensagem, um telefonema circunspeto. Foi enviado pelo Presidente Samora Machel por diversas vezes a Lisboa, a Londres, a Paris, Washington, Luanda e Harare. Em março de 1985, por exemplo, viajou a Lisboa para discutir um possível apoio dos portugueses na formação de unidades de comando para a luta contra RENAMO; numa outra ocasião foi o interlocutor escolhido pelo empresário português-galego Manuel Bulhosa por seus contatos com o governo moçambicano. Acredita-se que estava já programada uma viagem à África do Sul para a semana após o desastre de Mbuzini, com o objetivo de conversar pessoal e confidencialmente com o general sul-africano

---

<sup>3</sup> Era a primeira instância lusófona do uso dessa palavra num sentido acadêmico, o que já era comum nas universidades anglófonas, p.e. as “History Workshops” na Inglaterra e na África do Sul. Tivemos que enfrentar resistência pelos participantes linguisticamente mais conservadores. Mas Aquino insistiu e o neologismo era assim oficializado.

Magnus Malan, na altura Ministro da Defesa do regime do apartheid – uma possibilidade histórica assim perdida para sempre.

O texto “Independência sem descolonização: a transferência de poder em Moçambique, 1974-1975”<sup>4</sup>, incluído neste volume, é um relato fascinante do seu envolvimento, em nome da FRELIMO, na primeira tentativa de avaliação do verdadeiro caráter do golpe de estado português de 25 de abril de 1974. Da perspectiva do movimento de libertação, o problema era quem realmente dispunha de poder em Portugal: os generais ou os capitães do Movimento das Forças Armadas que providenciaram o próprio golpe? A resposta a esse problema determinaria com quem a FRELIMO iria negociar. Aquino viajou a Lisboa e aconselhou – corretamente – à FRELIMO que seria melhor apostar nos capitães. Em seguida, negociações semi-clandestinas, especialmente com Melo Antunes, levaram à conclusão bem sucedida dos Acordos de Lusaca, reconhecendo o direito dos moçambicanos a uma independência incondicional, sob a liderança da FRELIMO.

Esta coletânea apresenta um *corpus* de textos que difere em vários aspectos dos escritos anteriores de Aquino. Desde os finais dos anos 1960, produziu uma longa série de análises politicamente astutas sobre as lutas políticas em todo o hemisfério sul – no Brasil, na África Ocidental, em Angola – bem como sobre os acontecimentos nos centros metropolitanos tais como Portugal, Alemanha Federal e os Estados Unidos. Estas foram publicadas principalmente em revistas de expressão francesa, tais como *Afrique-Asie*, *L’Economiste du Tiers Monde* e a revista argelina *Révolution Africaine*. Foram escritas enquanto Aquino era residente na Argélia, a trabalhar no secretariado da CONCP (a Conferencia das Organizações Nacionalistas das Colónias Portugueses), entidade coordenadora da FRELIMO, do MPLA e do PAIGC. Essas reportagens cobriram uma ampla gama de tópicos. Para citar um exemplo, Aquino analisou o impacto da descoberta de reservas de petróleo no Zaire

---

<sup>4</sup> O texto foi escrito originalmente em inglês por Aquino, com ajuda de uma equipe constituída por mim próprio e a Dr<sup>a</sup>. Judith Head.

de Mobutu, no início da década de 1970, numa possível normalização das relações zairenses com Portugal, e daí sobre a luta de libertação em Angola. Numa outra peça, publicada em dezembro de 1973, analisou o crescente isolamento internacional de Lisboa e Pretória após a cúpula dos países árabes em Argel no mês anterior. Assim, os interesses de Aquino não foram de forma nenhuma limitados às lutas dos povos nas colônias portuguesas. Acompanhou também a vida política no Magrebe, no Vietnã e na Indonésia. Estava impaciente com ideias fixas: “a esquerda”, disse em 1984, “agarra-se muitas vezes aos esquemas preconcebidos, aos clichés”.

O universo intelectual português-castelhano pode ser distinguido do anglo-americano em seu reconhecimento ostensivo e explícito do significado cultural e político da conversa. Para citar um exemplo mais ou menos aleatório, a reputação em vida do poeta e crítico argentino, Macedónio Fernández (1874-1952), dependia de sua capacidade de iluminar um tema por meio de algumas observações faladas, tanto quanto em seus poucos escritos publicados. Jorge Luís Borges, que considerava Macedónio como seu mentor, descreveu-o como:

... um conversador notável... encontraríamos com Macedónio, e houve pessoas que foram [para o café] apenas para ouvi-lo falar... Macedónio deixou alguns escritos... e deixou alguns poemas. Entretanto, acho que Macedónio, apesar de seus livros admiráveis, que realmente valiam a pena ler, não se deu completamente através dos seus escritos. Penso que o verdadeiro Macedónio era para ser encontrado na sua conversa.

Aquino compartilhou esse sentido do valor da fala, mas como jornalista e militante político, a conversa era para ele mais do que simplesmente a iluminação esperta de um problema com algumas observações bem escolhidas e brilhantes. Era sobretudo um instrumento dialético para a colheita de informações, para ouvir e avaliar novas ideias e novos conceitos, que podem

em seguida ser sintetizados e usados em novas formulações. Nessa prática, no meu entender, Aquino era muito moderno e até um pioneiro. E não era somente um processo dialético: era também uma característica da sua personalidade, que se tornou um entrevistador – e de fato entrevistado – excelente, bem como num professor inspirador. As palestras pontuais – às vezes anunciadas como «Uma Noite de Conversa!» – que ofereceu de vez em quando na Casa Velha em Maputo, ou nos anfiteatros da Universidade Eduardo Mondlane, sobre diversos temas como «raça e classe», «o pensamento de Eduardo Mondlane», «o poder popular nas zonas libertadas», «Samora Machel», ou «Guiné e Amílcar Cabral» eram sempre muito bem recebidas. Infelizmente, as gravações destes eventos, se bem que ainda existam, ou sejam preservadas em mãos privadas, não se encontram atualmente disponíveis no domínio público.

Que relevância têm esses textos para nós, na segunda década do século vinte-e-um? Penso eu, que, nos dias de hoje, nas nossas circunstâncias mudadas, e com as agendas revolucionárias e transformativas quase abandonadas ou derrotadas em toda a parte, as análises de Aquino continuam a ensinar alguma coisa. Pode ser através dos seus métodos de investigação rigorosos, que poderiam ser aplicados nas lutas contemporâneas para a justiça social. Pode ser através da sua epistemologia de engajamento crítico. Ou pode ser ainda através do seu exemplo de vida, pois que Aquino era um homem que tinha a vontade de viver para os seus ideais e se fosse necessário – como de facto aconteceu – morrer por eles. Afinal, mais que trinta anos depois, e, sobretudo, no continente africano, perante o poder dum capital globalizado, nós continuamos enfrentando os mesmos problemas de pobreza e desigualdade: como alimentar as pessoas? Como vesti-las? Como calçá-las?

Maputo, aos 6 de junho de 2014.

# INTRODUÇÃO

Marco Mondaini<sup>1</sup>

A escolha por inaugurar a *Coleção Clássicos da Série Brasil & África* com uma coletânea de escritos de Aquino de Bragança, produzidos entre os anos de 1980 e 1986, possui uma forte carga de simbolismo político. Nascido em 6 de abril de 1924, em Goa, quando essa ainda era uma colônia portuguesa na Índia, Tomaz Aquino Messias de Bragança foi uma das principais lideranças políticas e intelectuais da luta anticolonialista travada no continente africano, em particular nas colônias que formavam o Império português na África.

Integrante do núcleo inicial que criou, em abril de 1961, a Conferência das Organizações Nacionalistas das Colônias Portuguesas (CONCP), Aquino de Bragança fez parte de uma geração que esteve organicamente vinculada ao processo de independência de: Angola, Moçambique, Guiné Bissau e Cabo Verde – geração essa composta por nomes como Mário Pinto de Andrade, Agostinho Neto, Eduardo Mondlane, Samora Machel, Marcelino dos Santos, Amílcar Cabral, entre outros.

Físico de formação, em função da sua militância política, Aquino de Bragança tornar-se-ia reconhecido internacionalmente como jornalista e cientista social de formação marxista, razão que o levaria, mais tarde, em seguida à

---

<sup>1</sup> Historiador, Professor Associado do Departamento de Serviço Social da Universidade Federal de Pernambuco (DSS/UFPE).

Independência de Moçambique, em 1975, a fundar e assumir a direção do Centro de Estudos Africanos da Universidade Eduardo Mondlane (CEA/UEM), com o objetivo de dar vida a um centro de pesquisa que desse sustentação acadêmico-intelectual ao esforço de construção da recém-criada nação moçambicana. Isso, pois tinha plena consciência do valor da reflexão intelectual para o processo revolucionário de transformação social.

Foi pensando na figura de Aquino de Bragança como alguém que desempenhou o papel de liderança revolucionária preocupado, ao mesmo tempo, com a função política do trabalho intelectual, que demarcamos cronologicamente a presente coletânea, situando-a entre dois acontecimentos ocorridos nos anos de 1980 e 1986.

No primeiro, dá-se a publicação do número inaugural da revista *Estudos Moçambicanos*, vinculada ao Centro de Estudos Africanos da Universidade Eduardo Mondlane, revista dirigida pela socióloga sul-africana, Ruth First – também diretora de pesquisa do Centro a convite de Aquino de Bragança – que redigiu o seu *Editorial* de lançamento, aqui publicado no Anexo de número 1.

No segundo, ocorre o trágico acidente aéreo que tirou a vida de Aquino de Bragança, do presidente da então República Popular de Moçambique, Samora Machel, e outras mais de 30 pessoas, entre membros do *staff* presidencial e tripulantes que se encontravam, no fatídico 19 de outubro, a bordo do Tupolev 134, soviético, que despencou em Mbuzini, no lado sul-africano dos Montes Limbombos, próximo da fronteira com Moçambique, quando retornavam de uma reunião em Lusaka, capital da Zâmbia. Então, o sociólogo estadunidense, Immanuel Wallerstein, amigo e companheiro de lutas de Aquino de Bragança, num texto aqui publicado no Anexo de número 2, afirma: “Eles mataram o nosso Aquino”. Isso, da mesma maneira que, em 20 de janeiro de 1973, – quando o intelectual e líder da luta de libertação nacional de Cabo Verde e Guiné Bissau, Amílcar Cabral, é assassinado – Aquino de Bragança dissera a Immanuel Wallerstein: “Eles mataram o nosso Amílcar”.

## XXXXX

No primeiro texto da presente coletânea, *O marxismo de Samora*, publicado em 1980 na revista portuguesa *Três Continentes*, Aquino de Bragança centra a sua reflexão na ideia de que a estratégia levada a cabo pelo presidente Samora Machel para Moçambique independente deriva da inserção do marxismo como linha de força de um projeto de maior envergadura, a saber: um projeto revolucionário de caráter profundamente nacional.

Antes, porém, procura-se demonstrar de que forma tal projeto resultou vitorioso de uma disputa interna travada entre dois blocos de classe aliados, desde os primórdios da Frente de Libertação de Moçambique (FRELIMO), disputa esta que se acirra após o assassinato do seu fundador, Eduardo Mondlane, em 3 de fevereiro de 1969.

Na sequência, num artigo publicado no segundo número de *Estudos Moçambicanos*, no ano de 1981, de título *Savimbi: itinerário de uma contrarrevolução*, Aquino de Bragança denuncia o líder da União Nacional para a Independência Total de Angola (UNITA), Jonas Savimbi, como a personificação da coincidência completa entre agente e aliado do imperialismo. Savimbi e a UNITA nada mais fariam que emprestar os seus nomes a uma das inúmeras frentes de intervenção político-militar do regime sul-africano do *Apartheid* nos Estados independentes da África Austral.

Já em *Reflexões sobre a dignidade de uma viagem*, escrito com Antonio Souto, em 1982, para a revista *Domingo*, Aquino de Bragança sai em defesa do marxismo compreendido como um instrumento de reflexão crítica, afirmando ser esta a abordagem realizada pelo presidente moçambicano Samora Machel. Como corolário de tal visão, volta as suas baterias contra aqueles que transformam o marxismo numa religião, uma espécie de marxismo institucionalizado, capaz de dar origem a religiões de Estado que não fazem mais que instrumentalizar os seres humanos.

Seguindo a mesma direção, na entrevista concedida no ano de 1983 ao semanário português *O Jornal* intitulada *Amílcar Cabral tem dimensão universal*, Aquino de Bragança sai em defesa da ideia de que “sonhar é preciso” (frase que dá nome ao presente livro), mostrando como o líder da libertação nacional de Cabo Verde e Guiné Bissau sonhou derrubar o império colonial português na África, mantendo-se afastado do dogmatismo. Um sonho concretizado com a ajuda inestimável de um intelectual que fez a assimilação crítica do pensamento marxista, pois Amílcar Cabral não era um pensador de sistema fechado, mas sim alguém que buscava no marxismo um meio de se encontrar instrumentos de análise que pavimentassem criticamente a estrada do sonho necessário da libertação dos povos oprimidos e explorados.

Em 1984, junto com Bridget O’Laughlin, Aquino de Bragança redige um artigo que só viria a ser publicado em *Estudos Moçambicanos*, no seu nº 14 de 1996. Com o título de *O trabalho de Ruth First no Centro de Estudos Africanos*, os dois se debruçam sobre o Curso de Desenvolvimento oferecido no âmbito da Universidade Eduardo Mondlane naqueles anos concomitantemente conturbados politicamente e ainda plenos de esperança revolucionária.

Como foi dito acima, sob a direção de Aquino de Bragança, é dirigido a Ruth First – que à época lecionava Sociologia na Universidade de Durhan – o convite para que se tornasse diretora de investigação do Centro de Estudos Africanos da Universidade Eduardo Mondlane. Aceito o convite, ato contínuo, nasce o Curso de Desenvolvimento, com o objetivo de “ensinar a investigação investigando” – um Curso organizado em termos coletivos, com trabalho de campo a ser realizado em meio ao mato.

De fato, Ruth First compartilhava com Aquino de Bragança a mesma concepção de trabalho acadêmico comprometido com a transformação social. Para ela, as pesquisas levadas a cabo no CEA/UEM deveriam confluir para a consolidação da revolução moçambicana, pensada, por sua vez, como um engajamento direto na libertação da sua África do Sul das garras do regime do *Apartheid* –

o mesmo regime que a assassinou numa ação terrorista, por intermédio de uma carta-bomba, que dilacerou o seu corpo dentro da sua sala no Centro de Estudos Africanos, deixando o próprio Aquino de Bragança gravemente ferido, em 17 de agosto de 1982.

Então, o regime do *Apartheid* infligia “um golpe contra Moçambique e contra o movimento de libertação na África do Sul”, além de impactar gravemente os esforços acadêmicos desenvolvidos no Centro de Estudos Africanos, impacto de dimensões incomensuráveis, que se repetiria em 19 de outubro de 1986, com a morte do próprio Aquino de Bragança, outra vez mais, num ato que envolveu os serviços secretos sul-africanos.

No ano de 1985, em artigo publicado na *Estudos Moçambicanos*, nº 5/6, intitulado *Independência sem descolonização: a transferência do poder em Moçambique (1974-1975) – Notas sobre seus antecedentes*, Aquino de Bragança discorre acerca da vitória do projeto da FRELIMO de que a descolonização de Moçambique era uma condição prévia ao processo de democratização, e não o contrário. Em outras palavras, um projeto de independência sem descolonização e sem a imposição de um regime neocolonial. Um projeto contrário ao do General Antonio da Silva Spínola – novo detentor do poder em Lisboa, após a Revolução dos Cravos de 25 de abril de 1974 –, que se fundamentava na ideia de que, antes de tudo mais, fazia-se necessário democratizar Portugal a fim de descolonizar Moçambique, descolonização esta compreendida como a imposição de uma ordem neocolonial no Moçambique independente do futuro.

Encerrando a presente coletânea, num artigo escrito a 4 mãos com Jacques Depelchin, também publicado no nº 5/6 de *Estudos Moçambicanos*, de 1986, sob o título de *Da idealização da FRELIMO à compreensão da história de Moçambique*, Aquino de Bragança procura problematizar o processo revolucionário liderado pela FRELIMO durante os anos de luta armada de libertação nacional, com vistas a demonstrar a possibilidade/necessidade de reconstruir a análise da

própria história da FRELIMO e de Moçambique, como fundamento para a visualização mais correta das contradições existentes em meados dos anos 1980 na Frente e no País.

Originária da vitoriosa Independência de Moçambique ocorrida em 1975, a versão duramente combatida no presente artigo tem a sua base de sustentação na “ideia de que a história da luta pela independência nacional pode, no essencial, ser reduzida à história da FRELIMO”.

Polemizando com Joseph Hanlon e John Saul, é feita uma severa crítica à história de caráter teleológico que localiza “a prova da vitória na própria vitória”, sem preocupar-se com os “problemas pendentes” da vitoriosa luta armada, isto é, “o conteúdo, os limites e as contradições da vitória” – atitude responsável por dar forma a um outro tipo de história, crítica e construtiva, avessa ao “paternalismo acadêmico e ao triunfalismo cego”, característicos de uma espécie de “história-propaganda” que não tem outra utilidade a não ser aquela de se limitar à “função de contra-ideologia” diante do discurso também ideológico da direita.

Resumidamente, faz-se, então, uma crítica áspera à “idealização da FRELIMO”, a uma “história oficial que é, ao mesmo tempo, autojustificativa”, uma história que evita confrontar-se com as contradições existentes no seio da sociedade, uma história, em suma, que procura estudar “a tensão entre um ideal e uma realidade às vezes tão afastada do ideal”.

XXXXX

“Homem totalmente politizado” que trazia consigo apenas o gramsciano “otimismo da vontade”, nas palavras de Immanuel Wallerstein, Aquino de Bragança teria desempenhado “três diferentes papéis políticos” no curso da sua vida: militante, diplomata e revolucionário. Na presente coletânea, não há dúvidas de que essas três dimensões políticas se fazem presentes em inúmeros momentos. Além disso, junto a tais características políticas, muito

já foi dito acerca da generosidade, da ausência de arrogância, que marcava a forma de ser e de agir de Aquino de Bragança nas relações pessoais com aqueles que o cercavam. Assim, como não concluir a presente introdução, sem sublinhar a falta que fazem, nesses nossos tempos sombrios, personalidades políticas como a de Aquino de Bragança: intelectual, generoso, comprometido com a transformação social.

Antes, porém, resta dizer que o presente volume apenas inaugura uma Coleção que tem a pretensão de trazer aos leitores brasileiros uma série de obras de pensadores africanos clássicos da mesma estirpe de Aquino de Bragança – infelizmente, pouco conhecidos entre nós – que marcaram uma época singularmente rica em termos de experiência histórica: anos em que o sonho da libertação nacional confundia-se com o da transformação revolucionária de uma infame ordem social e econômica, um período histórico que merece permanecer presente na memória de todas aquelas pessoas que ainda nutrem a esperança de que um outro mundo é possível, pois, mais do que nunca, sonhar continua a ser preciso.

Recife, em 12 de junho de 2014.

# 1

## O MARXISMO DE SAMORA<sup>1</sup>

A histórica independência de Ghana, a 6 de Março de 1957, seguida de uma cascata de independências na África subsaariana, durante os anos 1958-1962, não fará soprar sobre o império africano de Portugal o vento da mudança esperado.

Mesmo se o Portugal de Salazar, que, segundo as suas próprias palavras, continua **“orgulhosamente só”** não passar de um país colonizado/colonizador, o sutil jogo de balança dos anos 1930 assegurou finalmente uma relativa autonomia à classe dirigente em relação ao capitalismo internacional.

A burguesia portuguesa, na fase de desenvolvimento em que se encontra, já não pode passar sem as suas colónias africanas. Constituem para ela, não só reservas “protegidas” de matérias-primas, mas também uma válvula de segurança suscetível de reabsorver o seu próprio excedente camponês.

Todavia, o sopro libertador das descolonizações britânica e francesa vai estimular os sentimentos nacionalistas dos colonizados africanos de Portugal. Eles tomam agora consciência, graças ao exemplo dos irmãos independentes, da sua capacidade em governar-se a si mesmos. A única questão continua a ser a escolha dos meios de libertação e o conteúdo a dar à futura independência.

---

<sup>1</sup> Artigo extraído da revista *Três Continentes*, Lisboa, n.3, 9/1980, pp.43-50.

Cerca do final dos anos 1950, os protestos em Moçambique revestem a forma de reivindicações populares e são brutalmente reprimidos pelas forças da ordem. Os que vivem no exílio (meio milhão nos países fronteiriços) fazem, enquanto esperam o regresso ao país, a sua aprendizagem política junto dos movimentos anticolonialistas que se preparam, na legalidade, para se substituírem ao ocupante colonial.

Surgem assim três mini formações nacionalistas de carácter regional, a União Democrática Nacional de Moçambique (UDENAMO) na Rodésia do Sul, a *Mozambique African National Union* (MANU) no Quênia, e a União Nacional de Moçambique Independente (UNAMI) no Malawi. Com a independência de Tanganica em 1962, a UDENAMO, a MANU e a UNAMI transferirão a sua sede para Dar es-Salaam onde, à frente do novo Estado independente, se encontra um panafricanista convicto: Julius Nyerere. Incita-os a unificarem os seus esforços, mas os moçambicanos estão divididos sobre questões fúteis que relevam de um nacionalismo primário fanático.

Mas o movimento anticolonialista vai sair deste impasse graças ao Dr. Eduardo Mondlane, que se encontra em Dar es-Salaam e se impõe rapidamente como o unificador necessário. Graças também aos **“nacionalistas do interior”**, que abandonam clandestinamente o país para se lhe juntarem, Mondlane, com efeito, já desempenhou o papel de um verdadeiro catalisador da consciência nacional por altura da sua curta visita a Moçambique, em Junho de 1961, após dez anos de exílio voluntário. O regresso ao país do primeiro universitário negro de Moçambique – doutor em sociologia por uma universidade americana e alto funcionário da ONU desagradará tanto mais às autoridades coloniais quanto Portugal acaba de ser condenado pelas instâncias internacionais pela sua sangrenta repressão em Angola.

Mondlane encontrou aí os diversos grupos proto-nacionalistas, **muitas vezes anônimos e clandestinos** – que lhe pediram que tomasse a direção do movimento. Encorajou-os a unirem-se na base de uma plataforma

comum simples: o combate contra o inimigo comum, o Portugal de Salazar. E aconselhou-os a esperarem o momento oportuno a fim de passarem à ação direta. Fortalecido com o apoio de Nyerere, encorajado pelo ganense Nkrumah e secundado pela CONCP, organismo coordenador das forças nacionalistas das colônias portuguesas – que o moçambicano Marcelino dos Santos então dirige –, Mondlane irá convencer os dirigentes da MANU, da UDENAMO e da UNAMI a esquecerem as suas querelas. Nasce assim em Dar es-Salaam, em junho de 1962, com Mondlane à cabeça, a Frente de Libertação de Moçambique (FRELIMO), primeiro movimento nacionalista moderno deste país.

### **AS MASSAS DESERDADAS**

O combate entre o colonialismo português e os seus aliados ocidentais conhecerá altos e baixos. A sua linha política definir-se-á na prática e aprofundar-se-á por saltos qualitativos sucessivos até eliminar os **“novos exploradores”** nascidos no seu seio, a fim de assumir inteiramente, em 1969, os interesses das massas deserdadas do país. É então que a luta armada se transformará em Revolução como **“um rio que, à medida que avança, engrossa incorporando novas forças e atira progressivamente para as margens as impurezas que transporta”** (Samora Machel).

Não se trata de traçar aqui o histórico deste combate contra a **“noite colonial”** mas de nos interrogarmos sobre o seu desenvolvimento irregular, sobre as crises periódicas que culminam na radicalização e na tomada de consciência da luta de classes e permitem a emergência de um pensamento marxista em Moçambique.

Duas linhas “antagônicas” coabitam no seio da FRELIMO e dividem a organização desde a sua criação: os **“nacionalistas do exterior”**, durante muito tempo separados do país, defendem a **“retomada do diálogo com a metrópole colonial”** e apelam para que a ONU **“faça pressão sobre o governo de Lisboa”** a fim de o levar a conceder a independência a Moçambique. Por outro

lado, o grosso dos **“militantes do interior”**, que se juntam à FRELIMO depois da sua criação, conhecem a situação real do país e alinham, pelo contrário, com as teses de Mondlane.

Para o presidente da FRELIMO, a repressão das greves múltiplas e o massacre dos camponeses de Mueda, a 16 de Junho de 1960, esgotaram qualquer oportunidade de resolução de reivindicações reformistas. Salazar, segundo as suas próprias palavras, **“não pode”**, pior **“não quer”**, descolonizar o seu império.

Só a **“guerra necessária”**, uma **“guerra popular”**, dizem então os dirigentes da FRELIMO, poderá **“arrancar”** a independência. A grande maioria dos pais fundadores da FRELIMO desertará do combate na véspera do desencadear da luta armada, em setembro de 1964. O seu horizonte cultural não os tinha predisposto **“psicologicamente”** para esta nova fase, cuidadosamente preparada.

Cerca de duzentos e cinquenta combatentes são escolhidos pessoalmente por Mondlane, que tem em conta ao mesmo tempo a diversidade étnica e o prestígio nos meios tradicionais. O seu treino militar tem lugar na Argélia, que acaba de arrancar a sua independência na sequência de uma longa guerra de guerrilha. De regresso à Tanzânia, estes combatentes treinam por sua vez outros homens.

Mas o combate será **“longo e difícil”**. É pois preciso, além disto, **“educar, organizar, mobilizar, armar todo o povo”**, **“fazê-lo participar no combate”**, fazê-lo tomar consciência dos **“objetivos imediatos e longínquos da Revolução”**. Eis o que é sublinhado por um órgão da Frente na véspera do desencadear do combate armado, em maio de 1964.

Durante muito tempo, com efeito, o **“militantismo”** e o **“patriotismo”** dos moçambicanos eram considerados em função do **“grau de pigmentação”** da sua pele, os militantes e os patriotas verdadeiros eram os negros. Os

“**outros**”, fossem quais fossem as suas tarefas e a maneira como delas se desempenhavam, “**eram considerados como inimigos, como lacaios**”, dirá Samora Machel no seu relatório ao III Congresso, em fevereiro de 1977. Quem são portanto os inimigos se não podem ser definidos pela sua raça, pela cor da sua pele?

Desde a sua criação, a FRELIMO dá a esta pergunta uma resposta original. Dado que, segundo Samora, não há “**nem bons nem maus colonialistas**”, o inimigo a abater é o “**sistema colonial-fascista**” e não o “**povo português**”, vítima ele também da opressão fascista.

Ao precisar no seu I Congresso (23-28 de setembro de 1964) que fixou por tarefa “**pôr fim à exploração do homem pelo homem**” pela liquidação das relações capitalistas e imperialistas no país, a FRELIMO tinha definido estrategicamente o inimigo em termos de classe.

É com o desencadear da luta armada e as novas contradições que vai suscitar no seio da sociedade colonial que as respostas se vão encontrar.

A insurreição geral é desencadeada a 25 de Junho de 1964, no Norte interior de dominante camponesa. As bases estão no interior, praticamente inacessíveis. Esta ofensiva interna vai surpreender “**desagradavelmente**” o ocupante, que estava preparado para um ataque das fronteiras. A partir de 1966, a FRELIMO “controla” mais de um quinto do território nacional e uma população de cerca de 800.000 habitantes. Esta situação militarmente apreciável tem além do mais um conteúdo qualitativo novo. Mas a vitória sobre o inimigo vai dividir as instâncias dirigentes do movimento nacionalista sobre a natureza da “**nova ordem**” a estabelecer progressivamente nas regiões arrancadas ao ocupante.

Este combate difícil, a luta surda entre “reformistas” e “revolucionários” vai durar quatro longos anos, arriscando bloquear a “**longa marcha da guerrilha**” do Norte para o Sul.

O Comitê Central, reunido em 1967, por recomendação do responsável do Departamento da Defesa Samora Moisés Machel, vai tomar as medidas adequadas para pôr termo a esta crise crescente. Os comitês provinciais, novos órgãos de poder, são criados. Têm por tarefa:

1 - subordinar à luta armada – momento eminente da luta política – todas as atividades civis da organização;

2 – centralizar a tomada de decisão à escala provincial.

Mas estas decisões são acolhidas friamente pelos “chairmen” macondes de Cabo Delgado, onde a luta armada atingiu um nível muito alto.

“Mzee” (velho) Lazaro N ‘Kavandame, membro do Comitê Central, ocupa aí desde o início da guerrilha o cargo de secretário provincial (cúpula da hierarquia política) e é responsável pelo Departamento do Comércio. Recebe o apoio “dissimulado” de Uria Simango que, desde a criação da FRELIMO, conluía para se assegurar da direção do movimento. O vice-presidente diz-se adepto de um combate armado contra o ocupante mas não quer que esta questão seja posta em **“termos ideológicos de classe”**. **“Escolher entre o socialismo e o capitalismo não deve dividir-nos”, afirma, “porque não existe classe capitalista indígena (e), mesmo se existisse, não seríamos suficientemente fortes para combater ao mesmo tempo os portugueses, seus aliados, e uma eventual burguesia nacional”**.

N’Kavandame relança então o seu velho projeto de mandar atacar os centros urbanos – ainda sob o controle do inimigo a fim de libertar completamente **“a sua”** província natal para eventualmente proclamar uma independência restrita.

Como compreender esta posição irredutível do “velho” N’Kavandame? Ignora ele que a força de fogo do inimigo não se pode comparar com as armas de que a guerrilha dispõe? Trata-se muito simplesmente de uma fuga para a frente que visa defender a sua posição pessoal – uma situação de fato de **patrão** e de

**gestionário de bens vagos** deixados pelo ocupante, como afirmam os seus jovens maconde, os políticos-militares da província, que o desacreditaram por várias vezes afirmando, em 1966, que **“o combate contra o tribalismo e o regionalismo é tão importante como o combate contra o ocupante”**?

A luta armada vai ter por consequência deslocar gradualmente o lealismo na sociedade tradicional. Segrega homens de tipo novo formados por e na ação direta contra o ocupante. O seu poder emana do fato de pertencerem ao povo, do seu domínio das armas modernas, do seu conhecimento da estratégia das guerras populares, forjado pela luta e pela prática da produção coletiva. O seu ascendente sobre as massas camponesas que **“protegem”** contra as exações do exército de ocupação eclipsa pouco a pouco o prestígio dos **“notáveis”** oriundos da sociedade tradicional (**chairmen**). Estes uniram-se à FRELIMO depois do seu nascimento e detêm ainda cargos de responsabilidade nas estruturas políticas criadas em 1962 – nomeadamente em Cabo Delgado e no Niassa. A ascensão dos jovens, que estão, todavia à altura de assumir a direção do movimento, é assim bloqueada pelos velhos, investidos da autoridade formal e que esperam preencher o vazio deixado pelo ocupante e recolher a herança colonial. É a ala **reformista** que se prepara, como algures em África, para se substituir ao ocupante ao mesmo tempo que quer **“manter intacta a máquina político-administrativa colonial”** (comunicado do Comité Central de maio de 1970). Em suma, é a crise da gerontocracia tradicional – o pôr de novo em questão pela “jovem geração armada” uma sociedade hierarquizada e elitista sobre-determinada por um conflito de classes que opõe os **“novos exploradores”** nativos – que se preparam para reproduzir o sistema, **“purgado”** dos colonialistas e dos capitalistas expulsos pela guerrilha – aos explorados africanos negros.

## **DUALIDADE DE PODERES**

Mondlane e os seus próximos colaboradores compreendem perfeitamente a complexidade das mutações que surgem na sociedade moçambicana em

guerra. A dualidade de poderes que opõe os **“políticos-militares”** aos velhos **“chairmen”** arrisca bloquear qualquer progresso do movimento de libertação, tanto mais que o inimigo se prepara para recuperar o terreno, perdido ao lançar uma poderosa contra-ofensiva.

Os camponeses pobres, que constituem o grosso da guerrilha, interrogam-se, também eles. Por que transportar armas pesadas às costas, a centenas de quilômetros no interior do país? Por que aceitar trabalhar para os **“novos patrões”**, que é evidente que têm a mesma cor de pele mas que exploram tanto ou mais do que o ocupante português?

O conflito que opõe os adeptos de N’Kavandame à direção da FRELIMO é grave, e a relação de forças não é favorável ao *“leader”* maconde, mas Mondlane, obcecado pela preocupação de manter a unidade do movimento, não quer resolver a questão de imediato. Espera convencer o velho **“combatente anticolonialista”**.

O II Congresso da FRELIMO (20-25 de julho de 1968) confirmará as teses de Mondlane, reeleito presidente do movimento com um grande número de responsáveis político-militares que irão integrar o novo Comitê Central, alargado a quarenta membros. A velha guarda dos *“notáveis”* nem por isso desarmou. Mondlane decide então precipitar a sua partida ou reduzir os seus poderes.

Mas a 22 de dezembro de 1968, o comandante Paulo Kankhomba, adjunto do chefe operacional das Forças Populares de Libertação de Moçambique (FPLM), é assassinado. Os assassinos confessam que o instigador e o organizador do assassinato não passam do ex-dirigente político de Cabo Delgado. Objetivo da operação: afastar Mondlane e os seus próximos colaboradores da direção do movimento. A 3 de Fevereiro de 1969, uma bomba mata Mondlane e, alguns dias mais tarde, o governo português pode anunciar o **“consenso espetacular”** de Lazaro N’Kavandame e dos seus fiéis lugares-tenentes.

O assassinato de Eduardo Mondlane é uma derrota na vitória dado que são as suas opções revolucionárias que acabarão por se impor ao conjunto do movimento nacionalista durante a reunião do Comitê Central realizada de 11 a 21 de Abril de 1969. O inimigo, afirma-se aí, não é unicamente o ocupante português. São também os **“novos exploradores”**.

O artesão do restabelecimento desta situação, que **“estabeleceu o equilíbrio e a confiança no comitê central”**, é Samora Machel, responsável pelo departamento de Defesa. De camada camponesa, Samora tem uma longa tradição familiar de resistência à opressão: os seus avós tinham chefiado os exércitos do célebre Maguiguana que, já sensível à ideia de guerra popular, tinha em vão tentado, no final do século passado, barrar a via ao ocupante estrangeiro.

Esta reivindicação de uma herança ancestral não o vai impedir de se impregnar dos teóricos clássicos das guerras populares contemporâneas, também eles filhos de camponeses da longínqua Ásia: Mao Tsé Tung e Giap, ao mesmo tempo que tinha em conta as condições específicas de Moçambique. A sua eleição para a presidência da FRELIMO, em maio de 1970, consagra a vitória dos **“político-militares”** sobre os **“novos exploradores”**. Afasta a institucionalização da burguesia mercantil em gestação e o desenvolvimento perverso de um capitalismo indígena que teria podido culminar num processo de descolonização parcial, numa independência concedida aos distritos “deserdados” do norte do Zambeze, hipótese considerada então pelo governo Caetano em estreita colaboração com o Malawi do Dr. Hastings Banda.

A luta armada pode então provocar a Revolução. Perante a poderosa ofensiva portuguesa “Nó Górdio” – (40.000 homens apoiados pela aviação e a marinha) – lançada pelo general Kaulza de Arriaga em 1970 contra as zonas libertadas de Cabo Delgado, Samora procederá a um desvio inicial para desgastar as forças inimigas.

Kaulza, «**que só encontrou o “vazio” na sua frente**», julga ter ganho a partida. Mas, dirá mais tarde o general Costa Gomes, chefe do estado maior do exército português, esta **“foi a operação mais ruinosa da guerra”, a “viragem decisiva”**. Portugal tinha já perdido a guerra.

A 25 de abril de 1974, o regime colonial de Caetano cai, vítima não de uma crise interna ou da degradação da economia portuguesa. **“Nós (os movimentos de libertação das colônias portuguesas) criamos as condições que culminaram não só na libertação do nosso país, mas também na do povo português”,** afirma Samora Machel.

### **RESOLVER A CRISE**

Com a “libertação” da cintura industrial das grandes cidades da Beira e Lourenço Marques (hoje Maputo), irá a FRELIMO encontrar um novo impulso apoiando-se numa ampla base operária, classe que deve desempenhar o seu papel na Revolução? A situação não é fácil porque existe um verdadeiro **“fosso”** entre estas regiões e o Centro e o Sul do país, nomeadamente com os grandes centros urbanos **“onde o inimigo continuou fisicamente presente até ao fim”**. Estas populações que permanecem num estado de dependência psicológica sentem uma impressão de vertigem ao atingirem a liberdade de maneira demasiado súbita e sem terem tido que a arrancar. Samora não subestima este estado de coisas. O perigo de que esta sociedade inédita, onde **“o conjunto do modo de vida capitalista foi enterrado”** seja recuperada pelo inimigo, o sistema capitalista, onde ela arrisca afogar-se. Este perigo é, afirma, real. É pois preciso **“resolver a crise herdada do ocupante e terminar a destruição, já iniciada, dos aparelhos do Estado colonial (para) alargar o poder popular ao conjunto do país”**. É necessária uma **“nova ferramenta, um partido de vanguarda, um partido marxista-leninista”**.

Trata-se de saber como resolver o paradoxo de uma classe operária muito minoritária num país de predominância agrária – 90% da população ativa são camponeses – e que tem contudo de se tornar classe dirigente nesta etapa

da Revolução democrática e popular. A este problema, foi dada uma mesma resposta pelos vietnamitas e os moçambicanos: a direção desta revolução deve pertencer à classe operária e a base deve ser constituída pela aliança operários-camponeses.

Antes da independência, a FRELIMO era um movimento essencialmente camponês dirigido por um **“cerne marxisante”**. É na sequência da derrota do exército de ocupação, com a libertação do Sul do país e a entrada em cena do proletariado das cidades, que a FRELIMO adquire as suas bases operárias. A questão de transformar a Frente num partido de vanguarda marxista-leninista tinha sido levantada por Mondlane na véspera do seu assassinato, e a primeira escola marxista era aberta em janeiro de 1974, portanto antes do 25 de Abril. Primeiro criaram-se as pernas, os braços, o corpo e só depois se juntou a cabeça, quando a FRELIMO, tendo derrotado o exército colonial, institucionalizara o partido de vanguarda e se declarou **“marxista-leninista”** no III Congresso (Fevereiro de 1977).

### OS BLOCOS DE CLASSE

Esta opção marxista-leninista não deveria surpreender aqueles que seguiram atentamente a história do movimento. O seu combate tem profundas raízes e vai buscar as suas fontes às guerras do final do século XX. Mas é sobretudo o fruto de uma estratégia precisamente definida no terreno, que conjuga a assimilação crítica dos clássicos modernos da guerra popular e o balanço das experiências de inspiração marxista dos **“países irmãos”** (Guiné-Bissau, Angola).

Procedendo assim, a FRELIMO distingue um corpo de princípios específicos cuja originalidade se começa hoje a ter em conta. Como afirmou Samora Machel, ao apresentar o relatório do Comité Central ao III Congresso, **“a orientação da FRELIMO far-se-á a partir da síntese das experiências revolucionárias do povo moçambicano com os princípios universais do marxismo-leninismo”**.

A preocupação de autonomia dos moçambicanos na família das forças anti-imperialistas, os seus aliados naturais, data da sua criação. Já em 1962 o programa do movimento afirma o princípio inabalável da independência e do não alinhamento assim como a vontade de **“não se integrar num bloco militar e de proibir as bases militares estrangeiras no território nacional”**. A própria fórmula de **“democracia popular”** utilizada por este III Congresso foi definida no programa do novo partido como **“a extensão a todo o país e a consolidação das estruturas do poder popular (que) tinham surgido durante a luta e se tinham enraizado nas zonas libertadas”**.

A luta entre as duas linhas, que se travara antes e depois do II Congresso (1968), era já uma tradução da luta de classes ou melhor, para retomar uma formulação gramsciana, uma luta entre dois blocos de classes aliados: por um lado, a aliança operário-camponesa, por outro a aliança burguesa-feudal. Por um lado, aqueles que se batiam numa perspectiva revolucionária, por outro, aqueles que queriam agarrar-se a uma independência puramente formal por meio de um compromisso duvidoso com o sistema colonial.

A estratégia samoriana de Moçambique independente deriva desta inserção do marxismo nas linhas de força de um projeto revolucionário de caráter profundamente nacional: **“A sociedade que edificamos nas zonas libertadas continua a ser o nosso único modelo, o nosso laboratório científico”**. Mas, longe de se curvar sobre si mesma, a FRELIMO, faz hoje da República Popular de Moçambique a **“base revolucionária”** e a **“placa giratória”** necessária aos países conhecidos por **“Linha da Frente”** a fim de levar a cabo a libertação e a unidade do continente africano desembaraçando-o para sempre do odioso regime do apartheid.

## 2

# SAVIMBI: ITINERÁRIO DE UMA CONTRA-REVOLUÇÃO<sup>1</sup>

“Savimbi é um enigma, um homem em quem se podem colar muitos rótulos, brilhante, carismático, afável, inflexível, generoso, contemporizador, maquiavélico, oportunista, falsamente nacionalista, marxista, pró-ocidental e socialista”.

“Sem ele é duvidoso que ela (a guerrilha da UNITA – A.B.) tivesse prosseguido”.

“Nas sociedades africanas é o chefe que dirige o povo, disse o capitão Jaka Jamba<sup>2</sup>, Savimbi é o chefe. Se ele fosse morto não sei o que aconteceria à UNITA”.

(Do livro de Leon Dash, *Savimbi 1977 campaign against the Cubans and MPLA*, Mungais African Library Notes, California Institut of Technology, 1977)

O itinerário de Jonas Malheiro Savimbi, com as suas variantes históricas específicas, é o de um homem em quem o imperialismo consegue fazer

---

<sup>1</sup> Artigo extraído de *Estudos Moçambicanos*, n.2, Maputo, CEA/UEM, 1981, pp. 87-104.

<sup>2</sup> Porta-voz da UNITA em Luanda após o 25 de Abril de 1974. Ajudante do campo do Presidente da UNITA. Segundo o *Expresso*, trata-se de um antigo furriel que desertou do exército português em 16 de Junho de 1960, chamado Evaristo Ecolelo. Foi também o elemento de ligação da UNITA como diretor da PIDE/DGS no Luso, António Rolim.

coincidir completamente o agente e o aliado político. No entanto, o interesse de uma leitura da prática passada e presente deste controverso personagem, não reside apenas naquela constatação teórica. De fato, hoje, e segundo todas as indicações, tanto a UNITA como o seu líder meramente emprestam o nome a **uma** das frentes de intervenção político-militar da África do Sul nos Estados independentes da África Austral.

Assim, o processo Savimbi constitui na realidade ponto de referência fundamental para a análise da atual estratégia de guerra contrarrevolucionária “total” concebida por Pretória concebida para o subcontinente. Esta compreenderia linhas de força tanto quanto possível interligadas, como, uma vez mais, o demonstram os elementos concretos vindos a lume no “caso” Savimbi: recobrir os processos internos de lutas de classe dos países vizinhos com conflitos criados artificialmente, por forma a criar maior campo de manobra às forças antigovernamentais – a chamada “reativação étnica”; elevar tal fase da luta de classes, assim distorcida, ao estágio de “guerra civil contrarrevolucionária” – intervenção de unidades treinadas e recrutadas sob um ponto de vista étnico atuando em nome de uma organização instrumentalizada de fachada “nacionalista” já existente e propícia, ou, se necessário, a criar.

À medida que a questão da independência da Namíbia entra na sua fase final, Pretória tem vindo a acelerar a integração da UNITA em unidades militares sul-africanas. Tais unidades destinam-se a prosseguir a tentativa de desestabilização de Angola e, simultaneamente, a policiar uma futura Namíbia independente. Torna-se portanto evidente que a estratégia da contrarrevolução para Angola é decidida atualmente em Pretória e não mais no interior daquele território.

Sendo o mais notório, o caso de Angola, repetimos, não é o único. Durante o ano passado diversas foram as intervenções – menos graves e prolongadas embora – que a RSA efetuou na Zâmbia, em apoio a forças anti-Kaunda e anti-UNIP.

Em Janeiro, aquando do seu regresso de Salisbúria após a assinatura de um acordo de cooperação no domínio da Segurança, o titular moçambicano desta pasta, Major General Jacinto Veloso, não deixou dúvidas quanto à localização geográfica da central contrarrevolucionária do subcontinente. Veloso afirmou que nas conversações que mantivera com as autoridades zimbabweanas, ambas as partes haviam constatado **“que a maior fonte de planeamento, promoção e apoio das ameaças, ataques e subversão contra a República Popular de Moçambique e contra a República do Zimbabwe, é o regime racista e de ‘apartheid’ da África do Sul”**.

Com efeito, e à data em que escrevemos estas linhas, cinco mil soldados rodesianos negros estão a ser política e tecnicamente treinados pela RSA em campos especializados na “contra-insurreição” situados no Transval. Destinase esta operação a uma eventual ação em auxílio de forças anti-ZANU. Os soldados - pertencentes anteriormente às forças militares do bispo Muzorewa - são quase todos de etnia Ndebele, e forneceriam corpo a distúrbios e levantamentos aparentemente “étnicos” no interior do Zimbabwe.

Em Moçambique, por outro lado, e através da prisão de membros pertencentes à autointitulada “Resistência Moçambicana”, soube-se que antigos colaboradores do colonialismo português, tais como “Flechas” e GE’s, bem como reacionários nacionais estão a ser enquadrados para apoiar treino militar em bases que se situam também no Transval.

Trata-se, em todos estes casos, de exércitos de soldados negros, dirigidos e instruídos por altos-comandos de oficiais sul-africanos brancos, peritos em “contra-insurreição”. A África do Sul faz pois todos os possíveis para que a sua intervenção direta a nível militar nos Estados independentes da África Austral seja convenientemente camuflada. Isto para evitar a repetição dos catastróficos resultados políticos e militares que lhe trouxe a invasão de Angola.

No seio desta estratégia, Savimbi é finalmente um protótipo de pião mais conseguido, dado o seu carisma individual e uma relativa implantação que pelo menos outrora a UNITA possuiu no Sul angolano. Ao analisarmos em retrospectiva e ao atualizarmos o “processo” do presidente da UNITA - numa altura em que a organização parece ter reencontrado certo apoio junto da nova Administração norte-americana - poderemos situar e antever a movimentação de agentes e organizações similares nos focos de contrarrevolução que o “apartheid” pretende consolidar e ver vitoriosos numa África Austral submetida à sua égide e domínio.

### **A FASE PÓS-25 DE ABRIL: À PROCURA DA CREDIBILIDADE PERDIDA**

O golpe de Estado do 25 de Abril de 1974 derruba o regime de Caetano e os novos detentores do poder anunciam a decisão de iniciar o processo de descolonização dos seus territórios do ultramar.

A Junta de generais que dirige o País publica, a 29 de Abril, os seus primeiros decretos. No mesmo dia, o general António de Spínola, que preside à “Junta de Salvação Nacional”, recebe os dirigentes dos partidos políticos, em particular os representantes do Movimento Democrático Português (M.D.P.) que agrupa simpatizantes comunistas e católicos progressistas. O encontro, que dura quase duas horas, é classificado de **“cordial”** (1). Há acordo **“quase total”** no que respeita a **“questões internas”**. Spínola empenha-se em acelerar o **“desmantelamento do aparelho fascista”** (2) do Estado português.

Em troca, surge um desacordo sobre a questão colonial.

Enquanto os representantes dos partidos políticos - nomeadamente os católicos progressistas - são favoráveis **“ao cessar-fogo imediato e ao início de conversações com os movimentos de libertação nacional”** (3), Spínola aceita o princípio da autodeterminação, mas é do parecer **“que é preciso não confundir autodeterminação com independência”** (4). Assim, sugere a necessidade de **“prazos para preparar essa autodeterminação”**. Sem

tal preparação, insiste, a autodeterminação pretendida **“não terá qualquer significado”** (5).

Neste sentido afirma ainda o chefe da Junta que os povos da África portuguesa terão duas alternativas:

Manter ligações com Portugal, talvez do tipo federação. Este resultado significaria, segundo Spínola, que a sua política tinha sido justa e bem sucedida.

Escolher a independência total. Esta opção significaria, pelo contrário, o malogro da política que pensa seguir, e, portanto, o seu eventual abandono do cargo.

Spínola propõe que **“a partir do presente”** o seu projeto fique **“garantido por um comprometimento solene”** da junta militar e das formações políticas chamadas a governar o país.

Enquanto o general Spínola procura conquistar com as suas teses federalistas os dirigentes “antifascistas” na metrópole, o número dois da Junta, o general Costa Gomes, fará em princípios de maio uma digressão africana para apalpar terreno e fazer aplicar projetos federalistas que constituem **“a solução que melhor satisfazia”**, segundo afirma, **“os sonhos da minha juventude”** (6).

De regresso a Lisboa, no entanto, não esconde o seu ceticismo sobre o futuro “português” da Guiné-Bissau e de Moçambique **“onde a situação se deteriorou politicamente, economicamente e militarmente”** (7). Por outro lado está seguro de que **“Angola permanecerá portuguesa... e multirracial”** (8).

Para concretizar os seus “projetos luso-africanos”, a Junta escolheu um novo Comandante em Chefe para Angola. Trata-se do general Franco Pinheiro, que possui bastante conhecimento do terreno e passa por ser um dos melhores peritos da “contra-subversão” (9). Ele recebe diretivas precisas de Costa Gomes: “prosseguir o combate contra as guerrilhas que não aceitem o cessar-

fogo e não se apresentem como partidos políticos dentro da legalidade” (10) portuguesa - condição prévia para que se inicie o processo do referendo.

Aliás, o Chefe do Estado-Maior General do Exército português tem boas razões para se mostrar otimista - a operação “pacificação” começou bem.

A 28 de Abril - apenas três dias depois do derrube de Caetano o Dr. Jonas Malheiro Savimbi, presidente da União Nacional para a Independência Total de Angola (UNITA), encontrou-se, algures no Moxico, com um enviado da Polícia de Informação Militar (PIM) - o Reverendo padre António de Araújo Oliveira (11) - a quem faz saber que está pronto a **renovar** os seus laços com Lisboa, mediante o **reconhecimento público** do seu movimento.

O general Franco Pinheiro manda gravar em fita magnética e difundir pela Rádio Nacional (Luanda) as declarações do dirigente nacionalista que prega então **“uma descolonização progressiva, porque o Povo angolano não está preparado para a Independência”...**

Savimbi dá a entender que poderá apoiar os projetos “federalistas” de Spínola.

O presidente da UNITA, que se reivindicava outrora de um **“marxismo anti-revisionista”** (12) **puro e duro**, abandonou publicamente as velhas vestimentas de Mao e os projetos de uma “República Negra e Socialista” para Angola. Ele esforça-se agora por surgir como um homem de Estado de credibilidade, dado que “moderado” e capaz de governar o país.

A sábia operação montada pelos serviços especiais do exército (DGS/PIM) surpreendeu agradavelmente o grosso da comunidade de “pequenos brancos” (mais de 500.000), traumatizado pela queda inesperada do Governo da metrópole e ferozmente oposta aos projetos “marxistas” do MPLA. Eis um “negro” **sábio**, pensam eles, em quem que se pode confiar. Savimbi, cujo nome só era conhecido por alguns iniciados, torna-se, num abrir e fechar de olhos, uma lenda, “O arauto da paz”, capaz de lhes dar um novo destino.

Spínola e os seus generais ganharam o primeiro assalto. Eles desejavam antes de mais “parar a avalanche de retornados” - milhares de colonos que poderiam, tal como os seus “irmãos” de Moçambique, regressar a Portugal, abandonando armas e bagagens.

A Junta pensa ter encontrado em Savimbi o homem da situação, aberto ao diálogo com essa quarta etnia **“que mantém com a metrópole laços de afetividade e identidade que todo o Governo português responsável deve ter em conta e respeitar”** (13).

Este, aliás, o único ponto sobre o qual estão de acordo a esquerda militar do MFA, os velhos generais “fascistas” e os ministros “Civis” do novo regime.

Alguns dias mais tarde - a 14 de Junho de 1974 - as Forças Armadas Portuguesas assinarão no Moxico um cessar-fogo “Oficial”. O Comandante-em-Chefe, general Franco Pinheiro, deslocou-se na véspera a Lisboa, onde recebeu pessoalmente de Spínola a “luz-verde” para a operação. Tratava-se, na boa lógica das coisas, de dar a Jonas Malheiro Savimbi uma “credibilidade” que lhe faltava no plano nacional... e internacional.

O general Silvino Silvério Marques, nomeado Governador-Geral de Angola para esse período de transição, afastará toda a hipótese de **“diálogo com aqueles que recusam o diálogo e condenam o referendo”**. Para este velho seguidor do Império que governou Angola a ferro e fogo sob o consulado de Salazar, no início dos anos 60, **“a evolução não comunista** (leia-se sem o MPLA) **do antigo ultramar é possível e até natural”** (14). É para a UNITA que se irão muito naturalmente virar as esperanças... Savimbi é chamado a participar (15) no governo que Silvério Marques não terá tempo de formar, já que entretanto o MFA em Angola exige e obtém a sua partida da colónia.

## **RETROSPECTIVA SOBRE UM PASSADO NÃO MUITO LONGINQUO**

A Frente de Leste, aberta pelo MPLA em março de 1966, na Província de Moxico, fronteira da República da Zâmbia, alastra-se, no final dos anos 1960,

rapidamente para o interior do país. O MPLA prepara-se para atravessar o grande rio Kwanza. A sua meta é o rico planalto central do Bié, região densamente povoada que constituiu o celeiro de Angola. Nos círculos militares de Lisboa, inquietos, **“prevê-se para breve a chegada do MPLA para o mar”** (16) (Atlântico).

Em 1970 os guerrilheiros ultrapassam em 60 por cento as ações combativas do ano precedente, do que resultou num acréscimo de 25 por cento de baixas no Exército português (17).

Esta progressão rápida da guerrilha constitui uma séria ameaça para a dominação colonial; tanto mais que a esmagadora maioria do exército português não se sente “motivada” para combater o inimigo, pois não se identifica com **“a transcendente importância desta cruzada nacional”**, como se afirma num relatório enviado a Lisboa pelo general João de Almeida Viana, Comandante-em-Chefe das forças de ocupação.

Como evitar a derrocada? Marcelo Caetano fará apelo a Francisco Costa Gomes, general pouco ortodoxo, que já participou, em princípios de 1961, num golpe de Estado palaciano para derrubar Salazar e que já expressou, por diversas ocasiões, o seu desacordo sobre a forma como estão a ser conduzidas as guerras africanas de Portugal. O novo Comandante-em-Chefe das forças armadas em Angola, é partidário de longa data de uma **“guerra total”** contra os insurretos, devendo as operações militares ser apenas **“um dos múltiplos fatores para combater o inimigo”** (18). O general é um homem culto. A guerra do Vietnã e a Argélia não lhe são estranhas. Assim, ele vai utilizar, na boa tradição da contra guerrilha, meios extramilitares: **os desfolhantes** (19) que vão destruir parte significativa das culturas alimentares - sobretudo a mandioca - alimento-base dos angolanos que vivem nas zonas semilibertadas, e que os obriga a procurar refúgio na Zâmbia.

Estas medidas serão acompanhadas e reforçadas pela reativação da contra-subversão, coordenada até à altura pelos serviços da DGS dirigidos pelo

sinistro Dr. São José Lopes, seu “amigo” íntimo de longa data. Este vai pôr à disposição de Costa Gomes um precioso “dossier” de cartas, classificadas sob a rubrica “muito secreto” e denominadas **“Operação Madeira” (“Assunto: UNITA - possível recuperação dos seus elementos”)**.

Com efeito, a DGS mantém, desde 1968/69, relações “muito especiais” com um outro agrupamento de guerrilha que atua em Angola desde 1965: a UNITA do Dr. Jonas Malheiro Savimbi. Este último abandonou em julho de 1964, juntamente com os seus “amigos”, a FNLA de Holden Roberto, acusando-o publicamente de ser um “tribalista” Bakongo “ineficaz” ao serviço do imperialismo americano, incapaz por isso de desenvolver um combate autêntico para libertar o país. Ele aproxima-se depois do MPLA com o propósito de integrar o seu grupo de dissidentes na organização dirigida pelo Dr. Agostinho Neto. As negociações, no entanto, falham, já que Savimbi exige uma participação na direção do movimento, pretendendo-se representante das populações do Centro-Sul do território – nomeadamente os Ovimbundu, que constituem a maior etnia angolana, com mais de dois milhões - condição que o MPLA recusa categoricamente aceitar.

Savimbi vai então criar, com o apoio dos refugiados angolanos na Zâmbia, a sua própria organização - a UNITA - e ultrapassar o MPLA, abrindo uma frente no Leste angolano. Bastante mal equipado em armamento, não dispondo de uma base de apoio de retaguarda - o Presidente Kaunda recusa apoiá-lo - o combate da UNITA contra o ocupante, nessa vasta região semidesértica, vai estagnar, após algumas ações espetaculares. Entretanto o MPLA, que preparou pacientemente o seu projeto, faz rápidos progressos. As duas organizações não se entendem uma com a outra e vão afrontar-se, de armas na mão, num combate desigual que marginalizará os homens da UNITA. Estes últimos sobreviverão graças ao apoio discreto que lhes concede a DGS, que se deu perfeitamente conta de que **“a UNITA tem mais ódio ao MPLA do que aos portugueses”** (20) e poderia portanto ser um **“aliado objetivo”** contra o inimigo comum, o movimento liderado pelo Dr. Agostinho Neto.

São José Lopes, entretanto, transmite regularmente as suas informações aos seus superiores hierárquicos em Lisboa.

O assunto é seguido com muito interesse pelo próprio Caetano. (21) Savimbi fez saber numa das suas últimas comunicações que está de acordo com os projetos “reformistas” do Primeiro-Ministro e que prevêem uma autonomia progressiva para os territórios ultramarinos, dentro do respeito pela soberania portuguesa. O dirigente da UNITA recusa no entanto a classificação de um “vulgar colaborador”. Deseja para si um “estatuto especial”, **“logo que o MPLA seja eliminado”** da cena política angolana.

Para Costa Gomes, portanto, esta questão surge como prioritária. Ele vai encarregar o seu adjunto e excelente “operacional”, o general de brigada Bettencourt Rodrigues, de **“reiniciar os contatos com a UNITA”** e coordenar com esta última a luta contra o inimigo comum: o MPLA.

Um acordo “secreto” será assinado em meados de 1971, após troca de correspondência e contatos com Savimbi e seus emissários, e que **“conseguirá a suspensão de operações militares”** (22) tendo em vista **“encontrar uma solução definitiva dentro do espírito das propostas feitas por Caetano”** (23).

As duas partes - a UNITA e as Forças Armadas portuguesas - puderam constatar que **“o MPLA era o principal obstáculo à paz, não só no Leste, mas em todo o território de Angola”** (24). Em consequência, afirmava o dirigente da UNITA, o **“enfraquecimento até à liquidação das forças do MPLA no Interior de Angola”** era uma tarefa prioritária que deveria **“ser levada a cabo pelos esforços conjugados das Forças Armadas portuguesas e da UNITA”**.

Assim,

As Forças Armadas portuguesas:

a) autorizavam a UNITA a manter sob seu controle a região do Alto Lungué-Bungo, situada nos arredores de Luso;

b) comprometiam-se em proteger esta “bolsa” da UNITA e de **“a manter afastada da guerra”**, fazendo simultaneamente um esforço para promover o bem-estar das suas populações nativas (ajuda alimentar, medicamentos, material escolar etc.).

A UNITA comprometia-se a:

a) fornecer às forças armadas de ocupação “guias” para ações conjuntas num setor previamente definido;

b) “ativar” as suas células no exterior para pressionar os Governos africanos - nomeadamente a Zâmbia - a modificar a sua política no que respeita a Portugal.

A “recuperação” de Jonas Savimbi e o “investimento” da UNITA no combate contra o MPLA constituíram feito brilhante dos estrategas portugueses da contraguerrilha. A “neutralização” dos santuários dos guerrilheiros nos países vizinhos era para eles condição necessária para vencer o Movimento de Libertação. Nesta ordem de ideias, as pressões da UNITA levariam a Zâmbia a “rever”, em 1973, as suas posições de apoio logístico ao MPLA.

Tudo parecia portanto ir “de vento em popa” em Angola quando o golpe de Estado do 25 de abril derrubou o regime do Dr. Marcelo Caetano.

### **REGRESSANDO À UNITA**

Única organização reconhecida pelas autoridades coloniais após a queda de Caetano, a UNITA tinha encontrado rapidamente uma abertura na comunidade dos brancos que puseram à sua disposição substanciais meios financeiros. O objetivo imediato de Jonas Savimbi era, no entanto, conseguir implantação junto dos negros ao Sul do rio Kwanza, na zona étnica Ovimbundu, jamais tocada pela guerrilha.

Em fins de julho, os jovens capitães do MFA tinham já retomado a iniciativa em Lisboa e forçado Spínola a aceitar o princípio de negociações diretas com

aqueles que tinham combatido o ocupante de armas na mão - a FNLA de Holden Roberto e o MPLA do Dr. Agostinho Neto.

O vice-almirante Rosa Coutinho, um dos membros da Junta, foi chamado a controlar a situação em Angola, que se degradava perigosamente após a aparição de organizações clandestinas e armadas dos colonos brancos.

Com efeito, graves afrontamentos tinham oposto, em Luanda, estes “ultras”, partidários de uma independência de tipo rodesiano, à população negra dos musseques.

Apoiado pelos jovens do MFA e com o reforço de unidades militares metropolitanas de toda a confiança, Rosa Coutinho iria neutralizar rapidamente os “novos subversivos”, vibrando o golpe final nos seus projetos de institucionalizar um “poder branco” em Angola.

Para o Alto Comissário português, o perigo que ameaçava a partir de então o processo de uma “descolonização pacífica” centrava-se em torno das ambiguidades e ambições expansionistas do Zaire de Mobutu - de que a FNLA era, pura e simplesmente, o braço armado.

Era necessário portanto **“recuperar e angolanizar”** (25) a FNLA, levando-a a constituir uma frente comum com os outros dois movimentos, para discutir com Portugal, sem qualquer parte interposta, as modalidades de transferência do poder.

Rosa Coutinho iria então **“encorajar”** o carismático Jonas Savimbi a servir de ligação entre irmãos inimigos. Savimbi estava perfeitamente ciente de que uma confrontação militar com os seus rivais - MPLA e FNLA - melhor armados que a UNITA, não o poderia ajudar a consolidar as suas posições.

O presidente da UNITA deslocou-se a Kinshasa para convencer o Chefe de Estado zairota da sua “boa fé”, e assinou com o “protegido” daquele, Holden Roberto, um acordo de paz.

Rosa Coutinho encarregou-se a si próprio de “empurrar” o MPLA - que muito “ajudou” a sair do isolamento – para se “entender” com a UNITA. Para o Alto Comissário o acordo com esta organização era o **“mínimo”** necessário para fazer **“arrancar o processo de descolonização em Angola”**.

Apoiado neste seu sucesso, Savimbi vai então apelar para os bons ofícios do “Sábio” Kenyatta, para fazer “reconciliar” Holden Roberto com o Dr. Agostinho Neto.

Um acordo firmado em Mombaça reconheceria os três movimentos nacionalistas como “únicos e legítimos representantes do Povo angolano”. Uma semana depois - em janeiro de 1975 - iniciam-se em Alvor as negociações com Portugal.

Um governo de transição quadripartido - constituído pela UNITA, a FNLA e o MPLA com representantes metropolitanos - deveria organizar - no espaço de um ano - eleições para escolha de uma Assembleia Constituinte.

Jonas Malheiro Savimbi tinha ganho um segundo “round” e esperava consolidar as suas posições, tanto mais que o grosso da população branca se tinha juntado, imediatamente a seguir a Alvor, à UNITA. Por outro lado, sondagens efetuadas por diversos observadores davam a esta formação a maioria dos votos, (40 a 45 por cento), numa eventual eleição. Tal resultado era no entanto inaceitável para o MPLA. (35 a 40 por cento dos votos), que desde a sua fundação tinha definido a sua linha política em termos **“anti-sistêmicos”**, (anti-imperialista e antitribal). O projeto “federalista” da UNITA iria consolidar a hegemonia dos Ovimbundu e ameaçava a unidade do país.

Para a FNLA, (menos de 20 por cento dos votos), formação tribalista por excelência, (possuía o apoio da minoria “Bakongo”), dispendo de um exército muito melhor equipado que os guerrilheiros do MPLA e da UNITA, estava fora de questão aceitar as regras do jogo eleitoral.

Como sair do impasse?

Agostinho Neto propunha renunciar “provisoriamente” ao jogo eleitoral que opunha as partes rivais. A UNITA, o MPLA e a FNLA deveriam apresentar-se com **“um programa comum mínimo”**, tendo em vista a consolidação da independência e da unidade do país. Holden Roberto, que queria governar sem partilha, tinha já ocupado - apoiado pelo exército do Zaire e com a complacência de oficiais “ultras” do exército português - o norte de Angola.

Ele iria desencadear - enquanto a sua campanha eleitoral ia já no seu auge - uma operação armada para expulsar o seu velho rival - o MPLA - da capital.

A UNITA que se mantinha “neutra” em Luanda, preparava-se abertamente para passar à ação direta contra o MPLA - no Centro-Sul do território - que tinha conseguido minar a sua solidariedade étnica, tendo constituído células de militantes ativos nos centros urbanos “Ovimbundu”.

Assim não havia já qualquer possibilidade de se chegar a um acordo pacífico. A partir de então, o recurso às armas e as novas alianças extra-africanas ficaram na ordem do dia.

Savimbi compreendeu que o Governo de Lisboa, enfraquecido por lutas intestinas e debilitado “pelo esforço de guerra, já não estava em condições de o ajudar a materializar os seus projetos.

A administração norte-americana tinha feito há muito a sua escolha sobre a pessoa de Holden Roberto. Auxiliar o presidente da FNLA, segundo tinha feito valer a CIA, permitiria instalar em Angola **“o mais estável e mais seguro dos governos”** (26).

A China Popular tentou fazer chegar à UNITA um contingente substancial de armas, mas este acabaria por ficar bloqueado em Dar-es-Salaam.

Mas Savimbi pensa já ter encontrado a solução. Muito antes de Alvor, tinha efetuado aberturas discretas a Pretória.

Recebendo o correspondente em Luanda do quotidiano sul-africano “Star”, ele saudou calorosamente Vorster, **“homem responsável”**, e tomou posição **“contra a luta armada para libertar a Rodésia e a Namíbia”**, para concluir que **“será realista para Angola cooperar com a África do Sul, mesmo se nós nos opomos ao iníquo apartheid”** (27).

A tomada de posição do líder da UNITA - sobretudo no que respeita à Namíbia - constituiu uma concessão de vulto por parte de um dirigente de uma formação (UNITA) que era, até à véspera do 25 de abril, um aliado “histórico” da SWAPO (28).

Após o golpe de Estado em Portugal, a África do Sul recebeu dos governantes de Lisboa **“a garantia da sua boa vontade”** (29). Por seu turno, Pretória compromete-se em não interferir **“nos assuntos internos de Angola”** (30) mas, em setembro de 1975, o exército sul-africano penetra uma dezena de quilômetros adentro daquele território, para **“proteger”**, segundo afirma, a barragem de Caluequé (no rio Cunene) que alimenta em água, há cerca de seis meses, a Namíbia. Contudo, o Governo sul-africano ainda não se decidiu a intervir (massivamente) para impor um “Estado-tampão” - não hostil aos seus projetos namíbios - que deseja ver instalado em Luanda.

### **POR QUE A INTERVENÇÃO DA ÁFRICA DO SUL EM ANGOLA?**

Desta vez, o regime da RSA vai justificar a sua intervenção como sendo um “gesto” destinado a salvaguardar os trabalhadores “Ovambo” da barragem, que estariam “ameaçados” pela guerrilha da SWAPO. Entretanto, reafirma oficialmente aos novos governantes de Lisboa que não se intrometerá nos assuntos internos de Angola.

Com efeito, Pretória ainda não decidiu se vai ou não intervir militarmente na questão angolana...

Uma querela surda opõe, no seio do Governo do “apartheid”, os partidários de uma **intervenção direta** aos que não receiam ver instalado em Luanda –

à imagem do Moçambique “marxista” de Samora Machel – um governo com participação do MPLA.

Enquanto o Ministro da Defesa, P. K. Botha e o Comandante-em-Chefe das Forças Armadas, o general Magnus Malan, não escondem a sua vontade de neutralizar as “bolsas” (bases) da SWAPO em Angola (31), o general Hendrik Van der Bergh – o poderoso “patrão” dos serviços de segurança (BOSS) e “arquiteto” da política de **“détente e diálogo”** advogada pelo Primeiro-Ministro John Vorster – opõe-se àquela política. Para isso, apoia-se no facto dos “Ovambo” angolanos terem feito saber, desde maio de 1975, que não se submeteriam às novas autoridades de Luanda. Assim, uma política hábil de Pretória poderia – no entender de Van der Bergh – levar à formação de uma espécie de Bantustão – o “GrooterOvambo” (Grande Ovambo) - que englobaria os Ovambo angolanos e namíbios e que serviria para travar as ambições da SWAPO.

Esta era a posição que parecia “razoável” ao Primeiro-Ministro, caloroso partidário da política de abertura e diálogo com os Estados africanos “moderados”. No entanto, os acontecimentos vão-se precipitar... e levar Vorster a mudar de opinião.

Depois da derrota no Vietnam, o Secretário de Estado Henry Kissinger não esconde que os Estados Unidos estão dispostos a demonstrar a sua resolução e vontade de resistir à “expansão soviética” em todo o mundo. Por outro lado está seguro - segundo se depreende das afirmações dos seus colaboradores e confidentes do Departamento de Estado de que **“Brejnev não sacrificará 10 anos de ‘détente’ por um Estado-cliente em África”** (32). Kissinger queria afastar - se necessário pela força das armas – o MPLA “pró-soviético” dos caminhos do poder. No entanto, a maioria dos seus colaboradores do Departamento de Estado e dos Senadores – partidários de uma solução diplomática – opõe-se à aventura.

Que fazer? Kissinger encontrou a resposta: a República sul-africana é um país “amigo” cujos interesses estratégicos nessa zona de tempestade que é a África Austral não são muito diferentes dos dos Estados Unidos. Uma intervenção sul-africana “discreta”, apoiada pela CIA e “caucionada” pelos “moderados” africanos da OUA, seria suficiente para “eliminar” o abcesso comunista - leia-se o MPLA - em Angola.

A operação não é simples. Kissinger está bem informado sobre a África do Sul. Ele não ignora de forma alguma as posições do general Van der Bergh (as relações CIA/BOSS são excelentes, a crer no que afirma a bem informada “Newsweek” de 17 de maio de 1976). Assim, Kissinger vai encarregar o general Brent Scowcroft, seu sucessor no Conselho Nacional de Segurança (da Casa Branca), de tomar conta desta questão delicada.

Os Serviços Secretos israelitas (Mossaad), bem colocados no interior da pátria do “apartheid”, serão chamados a substituir-se à CIA, demasiado comprometida com a BOSS, para efetuarem os necessários “contatos”. Vorster mostra-se “sensível” aos argumentos de Kissinger mas ainda não está decidido a pôr termo ao debate que opõe o seu Ministro da Defesa Botha ao velho general Van der Bergh.

É nesta altura que surge em cena o Presidente Mobutu que mantém, há longa data, relações discretas e frutuosas com Pretória.

Jonas Savimbi encontrou-se, pouco antes, com o Chefe de Estado zairota para pedir um auxílio consequente para combater o MPLA, que recobrou forças. Mobutu, decidido já a intervir no norte angolano com o seu exército em apoio da FNLA, recomenda-o aos seus “amigos” sul-africanos.

O presidente da UNITA, que já se encontrou em Paris (março de 1975) com emissários do general sul-africano Magnus Malan, deslocar-se-á (em princípios de setembro de 1975) a Ruptu, cidade fronteiriça da Namíbia.

Nas suas conversações com os colaboradores próximos do Primeiro-Ministro sul-africano, Jonas Savimbi vai assegurá-los de que uma eventual intervenção sul-africana em Angola ao lado da FNLA e da UNITA, será apoiada pelos Estados “moderados” da OUA, nomeadamente o Zaire, a Zâmbia e a Costa do Marfim. (33)

Seguro do apoio que conta receber da África “moderada”, encorajado pelo “poderoso” Secretário de Estado americano, Vorser dá luz-verde ao seu Ministro da Defesa, para este passar à ação direta em Angola.

A intervenção do Presidente Mobutu junto do Governo sul-africano para levar este último a apoiar a FNLA e a UNITA tinha sido **“decisiva”**. (34)

A 23 de outubro de 1975, uma coluna motorizada de cerca de 1.000 a 1.500 homens vai penetrar no Sul angolano. Uma segunda coluna entra em ação a 15 de novembro, com o apoio aéreo de helicópteros “Alouette III” e aviões “Puma”. Uma terceira coluna intervém em dezembro.

As tropas sul-africanas avançam até 700 quilómetros no interior de Angola e “libertam” vastas zonas para aí instalarem os seus “protegidos” da UNITA e da FNLA.

No Norte, “libertado” pelo exército zairota, a FNLA, apoiada por um grupo de mercenários portugueses avança sobre a capital, Luanda.

A 11 de novembro – data prevista pelos Acordos de Alvor – o MPLA proclama a independência do país e apela a Cuba socialista, que sempre apoiou este movimento. Fidel irá em seguida organizar uma verdadeira ponte aérea para transportar um corpo expedicionário de milhares de homens. Eles irão reforçar as FAPLA, que conseguiram “parar” os invasores às portas da capital. Os sul-africanos são postos em debandada pelo potencial de fogo dos carros T 54 e mísseis SAM-7 utilizados pelos seus adversários.

Severamente condenado pela opinião pública africana, “esquecido” por Kissinger – que no entanto se tinha comprometido em associar-se a esta

aventura – Vorster decide, em princípios de março de 1976, retirar as suas tropas de Angola. Entretanto criticara vigorosamente os “seus” aliados americanos pela sua passividade e **“derrotismo”**, complexo herdado da derrota no Vietnam (35). Simultaneamente, a UNITA e a FNLA sofrem uma derrocada completa e praticamente desaparecem - Savimbi e seu estado-maior refugiam-se na Namíbia - da cena política angolana.

Em 8 de fevereiro de 1980, declararia Jonas Savimbi numa entrevista ao semanário português “País”: **“Uma guerrilha não pode existir em Angola, não pode sobreviver apenas com os apoios externos. É preciso que tenha algo de específico, de próprio, de genuíno”**.

Os sul-africanos, entretanto, têm o dirigente da UNITA em grande estima e não irão abandoná-lo.

Jonas Savimbi dispõe ainda de alguns recursos: incapazes de deter a ofensiva das FAPLA, os dirigentes da UNITA, que se tinham conseguido implantar **nos altos planaltos**, exortam as populações da zona a abandonar os seus lugares. Assim, milhares de camponeses engajam-se na guerrilha nas florestas pouco acessíveis, aguardando um eventual regresso dos seus líderes. Savimbi dispõe no local de um campo de manobra não negligenciável, tanto mais que fez passar pelas armas os “assimilados” Ovibundu, suspeitos de simpatias com o MPLA.

Será ele capaz de enquadrar os camponeses, concedendo-lhes um novo sopro político? Poderá ele desestabilizar o regime “marxista” angolano? Servirá ele, finalmente, de instrumento para a criação de um Estado-tampão no Sul para travar a SWAPO? Eis as perguntas que se fazem e que correspondem a outros tantos projetos dos senhores do “apartheid”.

Pretória já instalou no sul da Namíbia campos de treino (Ondangwa, Changwera, Kandui) para os Ovambo anti-SWAPO. Estes campos vão acolher os refugiados angolanos. Treinados por oficiais sul-africanos, peritos em contra-guerrilha,

serão seguidamente helitransportados para as antigas zonas de influência da UNITA e para o território que corre ao longo do caminho de ferro de Benguela. Muito rapidamente, estes novos “Combatentes” da UNITA irão passar à ação direta contra alvos ditos “estratégicos”: ataques bombistas assolam o CFB, destroem os circuitos comerciais e as culturas alimentares, nomeadamente nas províncias de Huambo e Bié.

Paralelamente, estes **“novos terroristas”** vão servir de “guias” às forças sul-africanas que exercem o “direito de perseguição” nas zonas fronteiriças em busca das bases da SWAPO.

Savimbi poderá então reivindicar “brilhantes” vitórias: o CFB deixou praticamente de funcionar, tendo perdido 20 das suas 25 locomotivas “ultra-modernas” (Diesel). A produção alimentar, paralisada no que fora outrora um celeiro do país, deixou de fornecer os centros urbanos ...

Esta atividade de “terrorismo seletivo” surpreende desagradavelmente o MPLA, que leva tempo a adaptar-se à nova situação. É certo que as FAPLA, melhor equipadas, vão responder, taco a taco, às incursões da contra-guerrilha, mas é uma “paciente” ofensiva política - uma política de promoção e diálogo aberto com as populações, uma política que exclui toda e qualquer represália étnica - que vai assegurar ao MPLA nova vitória sobre a UNITA.

Em fins de 1979, os camponeses, refugiados nas fronteiras, vão regressar massivamente aos seus lares. Eles deixaram de acreditar na UNITA.

Em princípios de 1980, o CFB reinicia lentamente a sua atividade, transportando os preciosos manganês zairota e cobre zambiano para o porto atlântico do Lobito. As previsões desta linha férrea para o ano de 1981 são excelentes - 70.000 toneladas por mês. Em 1982, deverá alcançar 96.000 toneladas por mês - quer dizer, praticamente as 100.000 tm dos anos 1973/74.

Savimbi parece ter perdido o apoio do “seu” povo. Mas dispõe ainda do apoio “residual” das populações do Sul que lhe permite fazer - a partir de “bases”

situadas na Namíbia ocupada - incursões e ataques isolados contra pequenas cidades indefesas - uma espécie de “terrorismo urbano” contra os mesmos Ovibundu e Ovambo que pretendia defender.

Entre fins de julho e meados de outubro de 1980, a RSA lançou 22 ataques contra o sul de Angola. Os prejuízos causados por estes raids cifram-se em mais de 40 milhões de libras esterlinas.

Que querem os sul-africanos?

– Instalar a UNITA no interior do país, antes que se iniciem as conversações com a SWAPO sobre o futuro da Namíbia - confiou-nos Lúcio Lara, Secretário-Geral do MPLA.

Quanto tempo irão poder manter aquela situação?

Com a Independência da Namíbia, que deve estar para breve, a resposta não parece difícil.

**“Se ele (Savimbi) quer salvar a pele, aconselho-o a escolher a liberdade junto dos seus “patrões”, quer dizer, fora da Namíbia”.** Talvez na África do Sul porque é **“difícil”** - segundo nos confidenciou o Presidente Sam Nujoma - distinguir os **“bandidos da UNITA das forças de ocupação do nosso país”.**

NOTAS

(1) *Le Monde*, 2 de Maio de 1974.

(2) *Ibid.*

(3) Comunicado do Partido Socialista Português publicado a 29 de Abril de 1974.

(4) Entrevista concedida ao autor do presente artigo pelo Prof. Pereira de Moura, dirigente do MDP/CDE. Pereira de Moura, católico progressista, indigitado pelo MFA para chefiar o I Governo Provisório português, viria no entanto a ser rejeitado por Spínola.

(5) *Ibid.*

- (6) Costa Gomes, *Sobre Portugal, Diálogos com Alexandre Manuel*, Ed. Regra do Jogo (Lisboa - 1979), p. 38.
- (7) Henri Kamn, correspondente em Nampula do *New York Times*, à data de 13 de maio de 1974.
- (8) Entrevista ao *To the Point*, semanário sul-africano, em 24 de maio de 1975.
- (9) João Franco Pinheiro, *Natureza e fundamentos da guerra subversiva*, Estudos de Ciências Políticas e Sociais, Lisboa, 1963.
- (10) Conferência de Imprensa concedida por Costa Gomes em Luanda, *Diário de Notícias*, 5 de maio de 1974.
- (11) *Diário de Luanda*, 29 de Abril de 1974.
- (12) Carta ao *Monde Diplomatique* (não publicada). Anos mais tarde: *A luta em Angola é entre dois lados: a ideologia do marxismo – estranho a África – e a independência nacional de Houphouët Boigny, Senghor, Kaunda e toda a sabedoria dos chefes tribais*. (Savimbi: entrevista conduzida por Dominique de Roux, *Citizen da África do Sul*, 16/11/76).
- (13) Almeida Santos, entrevista concedida ao semanário *Expresso*, princípios de Outubro de 1974.
- (14) Silvino Silvério Marques, *Portugal: e agora?* Edições do Templo, Lisboa 1978, p.179.
- (15) *Ibid.*, p. 139.
- (16) Costa Gomes, *op. cit.*, p. 32.
- (17) Gerald Bender, *Journal or Comparative Politics*, IV, n. 3, 1972.
- (18) Entrevista à revista angolana *Prisma*, abril de 1971.
- (19) Inquérito realizado pelo responsável dos SAM do MPLA, dr. Eduardo dos Santos, em 1971. Confirmado pelo Consulado norte-americano em Luanda à data.
- (20) Silva Cunha, *O Ultramar, a nação e o "25 de Abril"*, Atlântida Editora, Coimbra, 1977.
- (21) Marcelo Caetano. *O 25 de Abril e o Ultramar, três entrevistas e alguns documentos*, Verbo, Lisboa, 1976.
- (22) Costa Gomes, *op. cit.*, p. 32.
- (23) *Expresso* de 17/11/79, 24/11/79, 30/11/79.
- (24) Carta de Savimbi ao general Luz Cunha, de 26 de setembro de 1972. Publicada pela revista *Afrique-Asie* de 3-21 de julho de 1974.

(25) Declarações prestadas por Rosa Coutinho, nas vésperas da sua nomeação, ao autor do presente artigo.

(26) Roger Davis, *The proxy war in Angola: Pathology of a Blunder*, New Republic, (EUA), janeiro de 1971.

(27) *Star Weekly*, 3 de maio de 1975.

(28) Os Ovomba da Namíbia - o grupo étnico mais importante em que se apoia a SWAPO - mantém laços étnicos muito fortes com os Cuanganas do Sul de Angola.

(29) Costa Gomes, entrevista do semanário *To the Point*, 24 de maio de 1975.

(30) *Jornal Novo*, 19 de abril de 1975.

(31) J. H. P. Serfontein, no seu importante livro, *Namíbia?*, Fokus Suid Publishers, 1976. Nesta obra o autor revela pela primeira vez os antecedentes e os bastidores do conflito que opôs Botha a Van der Bergh.

(32) Revista norte-americana *Time* de 12 de janeiro de 1976.

(33) Revelações feitas ao jornal "africâner" pró-governamental *Repport*, a 15 de fevereiro de 1976.

(34) Franz Wilhelm Heimer, *Decolonization et légitimité politique en Angola*, Revue Française d'études Politiques, n. 126, Junho de 1976, p. 65.

(35) Jornal sul-africano *Star*, de 6 de janeiro de 1976.

# 3

## REFLEXÕES SOBRE A DIGNIDADE DE UMA VIAGEM<sup>1</sup>

Por diversas razões, acompanhar o Presidente Samora Machel constitui sempre um momento privilegiado de compreendermos melhor a sociedade em que vivemos, o país que queremos construir. Acompanhá-lo numa viagem de 14 dias por países tão distintos, com situações políticas, econômicas, culturais e sociais tão heterogêneas como constatamos entre a Índia, Coréia e Seycheles é uma rara oportunidade de reflexões sobre a nossa própria experiência.

Em cada um destes países, apesar dos parâmetros limitantes de uma curta estada e de uma escassa informação em alguns domínios, apreciamos realizações que tendo em conta o nosso respeito pelo princípio da soberania ilimitada de cada nação, e à luz das nossas próprias opções, nos mostram caminhos a desenvolver ou a rejeitar.

Para além dos acordos de cooperação estabelecidos e das convenções havidas a vários níveis, o resultado primeiro e imediato desta viagem é a necessidade de em cada país, apreciarmos com respeito e seriedade a sua experiência, qualquer que ela seja, e daí retirarmos ensinamentos para construir a nossa sociedade socialista.

---

<sup>1</sup> Artigo (escrito com Antonio Souto) extraído da revista *Domingo*, n.32, 2/5/1982, p.3.

A grande questão é a de que se o socialismo é pelo homem, o homem não pode ser manipulado. Daí a necessidade que o nosso Povo tem de conhecer e aprender a dimensão da sociedade em que vive, conhecendo o maior número de pontos de referência que estiverem ao seu alcance.

Defendemos o humanismo exigido pelo socialismo, em que a opção da nossa via de desenvolvimento é fruto de uma constante tomada de consciência da nossa realidade e dos nossos interesses, impõe que a nossa sociedade não esteja isolada do mundo, nem que o nosso Estado tenha relações de clientela para com outros.

As reflexões proporcionadas por esta viagem mostram-nos como do ponto de vista da necessidade do nosso conceito de Homem Novo pode ser trágico o isolamento de uma sociedade, do mesmo modo que nas relações entre países se tem de lutar a cada passo contra a tragédia da alienação da soberania.

Cooperar sem alienar a soberania, nem tão pouco defender a nossa soberania ilimitada sem nos isolarmos é, pois, um primeiro ponto de reflexão que nos impõe esta viagem.

Em conexão com o problema da soberania, contrapusemos um desejo de gigantismo de certo modo existente em alguns setores na nossa sociedade aos resultados práticos de combinar de modo equilibrado e coerente o pequeno com o grande empreendimento.

Conhecendo através da experiência de outros países como o gigantismo surge em parceria com os resultados das independências outorgadas e não conquistadas, quais irmãos gêmeos, sentimos a necessidade de certos quadros nossos refletirem um pouco mais na origem e realidade deste país.

De Nova Deli e Bombaim a Pyongyang ou Port Victoria, no que viajamos e conversávamos abarcávamos melhor e com franqueza a dimensão e natureza de erros que temos cometido.

Para combater esta tentação de gigantismo, em especial no que ele encerra de alucinação pela técnica, compreendemos que, onde quer que seja, quando o objetivo é o desenvolvimento real, o homem é o capital mais precioso.

E este raciocínio é tão simples como o é a ideia de sem homem independente e consciente não haver país independente e soberano. Se nestas condições se constroem sociedades com índices de desenvolvimento econômico espantosos não nos iludamos. O socialismo, nas nossas condições de subdesenvolvimento, é antes de tudo o mais o pão ou o arroz. Mas, insistimos, o socialismo, porque é do e para o homem, é mais ambicioso.

Reflexão já muito propagada, mas nunca por demais, é pois a necessidade de mobilizar os homens sem os manipular. Usando-se para tal sistemas de fachada democrática ocidentalizante com a participação orquestrada de grandes *mass media* iludindo a liberdade, ou apregoando-se de socialistas com cartazes de números econômicos, bem como outros mecanismos, contrapusemos várias experiências do papel que o aparelho do Estado pode representar nessa manipulação do homem.

Seja numa formação social dominante capitalista, ou em transição para o socialismo a verdade bem conhecida já dos clássicos é que o aparelho de Estado sempre assume um caráter conservador. Quando os dirigentes do aparelho de Estado conquistam cargos impulsionados por interesse econômicos ou pela sede de poder, os resultados são óbvios. A dimensão destas situações é por demais conhecida...

A constatação é imediata: a cada momento temos de nos bater contra o caráter conservador do aparelho de Estado. Naquilo que nos diz respeito temos de nos bater para manter sempre vivos os princípios humanistas do marxismo.

Neste contexto o sentido da Ofensiva Política e Organizacional assume um significado que ultrapassa o simples corrigir de erros e desvios a nível, especialmente, do aparelho de Estado.

Se aqui falamos de tragédia do isolamento, de soberania ilimitada, de manipulação do homem é justamente em grande medida porque a Ofensiva nos alimenta a cada momento a luta por sermos homens com dignidade em qualquer parte do mundo.

E para termos essa dignidade, além do que até aqui dissemos, é fundamental, que os cidadãos moçambicanos não sejam instrumentalizados, manipulados em função de razões de Estado que não sejam as do socialismo. A prática da Ofensiva mostra-nos que os interesses de funcionários se escondem não raras vezes sob a capa de razões de Estado. “Razões” que levam ao afastamento do Povo da realidade de sua sociedade e da imagem desta sociedade no mundo.

Nesta sequência de reflexões, o que está em causa é pois o Marxismo-Leninismo. Como o próprio Presidente Samora Machel salientou já em distintas ocasiões, o Marxismo é um instrumento de reflexão crítica. E quando ele não é utilizado como instrumento de análise, mas se se proclama do Marxismo, este instrumento corre o risco de se transformar numa ideologia, numa religião. E, bem entendido, a pior coisa que se pode fazer é institucionalizar o Marxismo.

Surgem assim, “religiões de Estado”, surgem deuses na terra que instrumentalizam o homem... E isso, da maneira mais elementar e ridícula que seja, ou pela forma mais elegante que aparente ser, não se compadece com o socialismo...

... Mas vem tudo isto a propósito de uma viagem de 14 dias a três países em que acompanhamos o Presidente Samora Machel.

O propósito é que a viagem foi um sucesso. E houve sucesso porque em todos os lados fomos recebidos com dignidade, com respeito. Sentimos orgulho de sermos moçambicanos. Porque soubemos compreender cada país com os instrumentos de análise que nos são próprios, porque soubemos respeitar as suas opções, porque estamos conscientes que vivemos num mundo que temos de conhecer e ser conhecidos, as relações que mantivemos quer

ao nível de acordos, quer ao nível de trocas de experiências, impuseram o respeito pelo nosso País.

Para que isto se alcançasse houve a cada momento o reflexo da dignidade do nosso Chefe de Estado. Uma dignidade que transmitia a personalidade do nosso povo; uma dignidade que impressionava não porque seja idolatrado, mas porque exprimia as nossas aspirações como homens.

## 4

# AMÍLCAR CABRAL TEM DIMENSÃO UNIVERSAL<sup>2</sup>

O professor e jornalista moçambicano Aquino de Bragança, militante e estudioso dos movimentos de libertação no Continente Africano, concedeu recentemente ao semanário português *O Jornal*, uma entrevista, na qual fala do pensamento de Amílcar Cabral. Aquino de Bragança concedeu a entrevista que passamos a transcrever, na Cidade da Praia, capital cabo-verdiana, onde se realizou, de 17 a 20 de janeiro, o Simpósio Internacional da Praia, comemorativo do 10º aniversário do assassinato de Amílcar Cabral.

*O Jornal* – A realização de um simpósio internacional que tem como base o pensamento de Amílcar Cabral, num momento em que países como Angola e Moçambique são alvos de ataques do exterior, poderá traduzir-se numa maior congregação de esforços à volta do símbolo de Cabral para se atingir uma nova etapa da construção dos novos países africanos?

**Aquino de Bragança** – Não vejo bem a ligação entre o simpósio e a situação que se vive na África Austral. Em primeiro lugar, tratou-se de assinalar da forma mais digna o décimo aniversário da morte de Cabral, reunindo os seus antigos companheiros e homens que o estudaram. Por outro lado, foi aprofundado o seu pensamento. Cabral forneceu ferramentas de análise

---

<sup>2</sup> Entrevista extraída do semanário *O Jornal*, Lisboa, 5/2/1983.

de uma sociedade para a poder transformar. Isto é o que interessa. No seu discurso de abertura do simpósio, o Presidente Aristides Pereira falou em Cabral como símbolo de luta contra a exploração do homem pelo homem. Não falou em marxismos, muito embora fizesse uma referência ao socialismo. Portanto, em suma, havia que fazer um balanço do pensamento de Amílcar, dez anos após a sua morte. O que deu o pensamento de Cabral passado este tempo?

*P.* Sim, o que deu?

**R.** Bem, há questões do pensamento de Cabral a que ele próprio não responde...

*P.* Quais, por exemplo?

**R.** O Cabral não era um pensador de sistema fechado. Não era um dogmático. Ele apenas utilizava o marxismo como meio de encontrar instrumentos de análise. Como muito bem diz o Presidente Aristides Pereira, ele fazia uma assimilação crítica do marxismo. Ora, neste momento, importa dinamizar o pensamento de Cabral, torna-lo mais ativo, como um desafio, não só às diversidades do País (Cabo Verde) como também às próprias tensões mundiais.

*P.* O que ficou de mais importante, na atualidade, do pensamento de Amílcar Cabral?

**R.** Muita coisa ficou e muita coisa ficará. Posso dizer-lhe que, depois de ter lido Marx e Lenin, Cabral soube encontrar instrumentos de análise que permitiram a libertação de um povo e a criação de uma contra-sociedade organizada. Quanto ao balanço que agora foi feito, digo-lhe, sinceramente, que tive um certo receio que o simpósio caísse na evocação escolástica, universitária, no sentido pejorativo dos termos. No entanto, o debate resultou frutífero, não só pela variedade dos temas abordados, como pela presença de individualidades tão diferentes, da União Soviética aos Estados

Unidos, passando pela China, do PAIGC à FRELIMO, passando pelo MPLA. Por exemplo, nós próprios – FRELIMO – temos bastantes diferenças de Cabo Verde.

*P.* Como homem de cultura que o Aquino de Bragança é, o que pensa da faceta cultural de Amílcar Cabral, que nem sempre está presente em debates em que prevalece o elemento político?

**R.** É preciso ler a intervenção dele à UNESCO. Ele dizia que tudo se vê em termos de cultura. Agora é preciso ver o que é cultura. O sistema colonial começava por desculturizar - isto é, tirar os homens africanos da sua cultura. Cabral fê-los reentrar nessa cultura e muita coisa ainda está por fazer neste campo. É o que Samora está a fazer. A nossa luta em Moçambique é eminentemente cultural. Como dizia Cabral, como dizia Fanon, toda esta gente situa-se naquele horizonte cultural, embora cada um descubra a sua maneira de fazer a luta.

*P.* Tendo o Professor Aquino de Bragança introduzido o ensino de Amílcar Cabral na Universidade Eduardo Mondlane, no Maputo, como explica que não tenha apresentado qualquer comunicação no simpósio?

**R.** Em princípio, eu não devia participar nesta reunião. Estive doente, no hospital. Por isso, não apresentei cá qualquer comunicação. É verdade que introduzi o ensino de Cabral na Universidade Eduardo Mondlane. Até o próprio filho do Presidente Aristides Pereira aprendeu Amílcar Cabral comigo...

*P.* Ah! Sim?

**R.** Pois o aprendeu bem. Não só por mim, mas porque Cabral era um grande pedagogo. Então, introduzi ao filho do Presidente Aristides Pereira a leitura de Cabral.

*P.* O que ficou da figura de Amílcar Cabral? Quais são os traços predominantes do homem Amílcar Cabral?

**R.** Sabe que eu vivi com Cabral. Além de ser do secretariado de uma organização, fiz imensas coisas na companhia de Cabral. Fizemos mil coisas, até tráfico de armas... Amílcar Cabral era um homem com um grande prazer de viver o pormenor das coisas, a vida ordinária. Era muito divertido e embora gostasse muito delas era muito correto nas relações com mulheres. Nós éramos muito amigos. Nessa altura o dia-a-dia não era tão fácil como hoje se pensa. Era preciso sonhar. Deitar abaixo o império. E deitamos abaixo, hein.

*P.* Sonhar é fundamental?

**R.** Sonhar é preciso. Cabral nunca teria sido arquiteto da queda do império se não tivesse sonhado com ela.

## 5

# O TRABALHO DE RUTH FIRST NO CENTRO DE ESTUDOS AFRICANOS

### O CURSO DE DESENVOLVIMENTO<sup>1</sup>

Em Março de 1976, Ruth First escreveu para Aquino de Bragança, em Maputo: “Para além da revolução, trabalhar ensinando é coisa medíocre.” Ela estava, nessa altura, ensinando Sociologia na Universidade de Durhan e recordava a visita que fizera a Moçambique, por altura da Independência.

Ruth First e Aquino de Bragança haviam-se conhecido através do seu trabalho como escritores militantes, cada um deles profundamente envolvido na luta pela libertação em África.

Aquino de Bragança vivia no Norte de África, trabalhando como jornalista e fazendo trabalhos pontuais para os movimentos de libertação das colónias portuguesas em África. Ruth First vivia no exílio político em Londres, desde a sua saída da cadeia, na África do Sul. Ela escrevia e lecionava sobre lutas progressistas em África e trabalhava para o Congresso Nacional Africano.

Ruth e Aquino tinham amigos comuns nos movimentos de libertação de África – Marcelino dos Santos, Pio Pinto, Ben Barka – e colaboravam em reportagens

---

<sup>1</sup> Artigo (escrito, em 1984, com Bridget O’Laughlin) extraído de *Estudos Moçambicanos*, n.14, Maputo, CEA/UEM, 1996, pp. 113-126.

sobre as lutas anti-imperialistas e análise das potências imperialistas. Estavam ambos comprometidos numa das tarefas mais difíceis dos movimentos de libertação: apenas conseguir a história, não distorcida, nos meios de comunicação. Como editor do *Afrique-Asie*, Aquino tinha acesso a um fórum onde as vozes da FRELIMO, PAIGC, MPLA e do ANC – vozes não ouvidas na imprensa burguesa – podiam falar. Ruth contribuía com frequência para o *Afrique-Asie*.

Com a Independência, Aquino de Bragança regressa a Moçambique. Recordando-se da importância do Centro de Estudos Africanos (CEA) em Lisboa, como o centro de desenvolvimento do pensamento nacionalista nas colónias portuguesas, durante os anos de 1940 a 1950, a direção da FRELIMO quis que o CEA voltasse a existir novamente, agora dentro de Moçambique independente e com uma nova visão sobre a libertação da África Austral. O CEA nasce dentro da Universidade Eduardo Mondlane, em Maputo, e Aquino de Bragança é nomeado seu primeiro diretor. Quando ele responde à carta de Ruth First em 1976, Aquino fala do trabalho que estava a levar a efeito, com um grupo de doze jovens graduados em História, para a organização do CEA. Nessa altura, planejavam fazer investigação no subsistema da África Austral, com ênfase na História e na Economia moçambicana.

Sabendo que Ruth First seria a pessoa ideal para organizar a investigação sobre o subsistema na África Austral, e que ela própria queria regressar à linha da frente da revolução, Aquino sugeria que talvez ela se convencesse a regressar à África Austral para viver e trabalhar em Moçambique. Ela veio inicialmente em 1977, para dirigir um estudo sobre os mineiros moçambicanos na África do Sul, deixando definitivamente Durhan em 1978, para se tornar vice-diretora e diretora de investigação no Centro de Estudos Africanos.

As homenagens por parte dos seus estudantes em Durhan tornam bem claro que o ensino dado por Ruth nunca foi “coisa medíocre”, mas em Moçambique as coisas que ela executou tão bem – investigação, ensino, debate – assumiram

uma força mais diretamente revolucionária. A discussão sobre a investigação que ela dirigiu não se confinava aos corredores acadêmicos; levantava questões de importância imediata na consolidação da Revolução Moçambicana. Como se vão gerar os fundos de acumulação para o desenvolvimento socialista de Moçambique? Como podemos arrancar-nos da dependência do capitalismo sul-africano? Como é que se traz o campesinato para dentro de um programa de desenvolvimento socialista? Os quadros por ela preparados tinham de ser trabalhadores marxistas, tomando decisões estrategicamente estudadas em cada um dos seus dias de trabalho.

### **O CURSO DE DESENVOLVIMENTO**

Fora de Moçambique, Ruth First era conhecida principalmente como uma militante na luta pela libertação da África do Sul mas, durante os seus anos na CEA, a África do Sul não foi nunca o cerne do seu trabalho. Antes pelo contrário, ela toma a maior parte do seu tempo, e da sua energia intelectual e emocional, num curso experimental para quadros moçambicanos: o Curso de Desenvolvimento. O Curso era uma inovação no que se refere aos seus objetivos – ensinar investigação investigando – e nos seus métodos e conteúdo. Era também extremamente produtivo no que se refere aos resultados de investigação. Escolhemos centrar esta visão retrospectiva do trabalho de Ruth First no CEA, no Curso de Desenvolvimento, porque foi como diretora do Curso de Desenvolvimento que ela organizou, na prática do CEA, uma concepção original revolucionária do ensino universitário.

O cerne do Curso de Desenvolvimento era o processo da socialização da produção em Moçambique. Desde o começo era uma estrutura de classe dominada pela semi-proletarização e agricultura familiar, o curso dava particular atenção aos problemas de construir novas formas de produção agrícola socialista, de machambas estatais e cooperativas. Os estudantes debruçaram-se sobre o desenvolvimento das lutas de libertação e a estratégia do inimigo na África Austral, precisamente porque socializar a produção

significava cortar com a estrutura regional de dependência do capital sul-africano.

O Curso de Desenvolvimento era dado coletivamente, sem quaisquer fronteiras disciplinares e com a participação de todos os professores, em todas as aulas. O ponto principal na preparação do estudante era um mês de investigação no campo a meio do curso, sendo a investigação levada a efeito coletivamente por brigadas de professores e alunos. O trabalho de campo era sempre precedido por aturados debates sobre a problemática teórica da investigação – a sua linha política – seguidos por uma discussão, igualmente viva, sobre os resultados e implicações da investigação. Juntos, Ruth e Aquino trabalharam para recrutar e organizar uma equipe de professores-investigadores, capazes de manter simultaneamente a unidade da perspectiva e a tensão da contradição requerida por um tal curso organizado em termos coletivos.

Nem sempre havia clareza, fora do Centro, do que realmente era o Curso de Desenvolvimento e, em particular, a razão do empenhamento de Ruth First.

Existiam, em Moçambique, aqueles que pensavam que trabalho de campo no mato era apenas um escape para um enfatuamento romântico com o campesinato, uma ligação sentimental e populista com o atraso. “Amantes-dos-camponeses”, dizia-se. No caso de Ruth, isto era um pouco irônico pois, de fato, ela sempre disse que o mato lhe dava uma dor de cabeça permanente. Caminhar grandes distâncias, de um acampamento para o outro, tentando decifrar os livros de contabilidade de uma cooperativa, só foi possível, pela importância que ela dava à transformação da produção do camponês.

Entre os camaradas no movimento de libertação, também havia alguma perplexidade quanto ao significado do trabalho de Ruth em Moçambique. Estranhavam o seu profundo interesse e opiniões firmes sobre questões tais como a política da mecanização agrícola em Moçambique. Eles pensavam que ela se afastava da luta pela África do Sul.

No entanto, Ruth First, ela própria, considerava este período no CEA como tendo sido um dos mais produtivos e *militantes* da sua vida, precisamente porque a luta política estava diretamente integrada no seu dia a dia de ensino, de investigação e de escrita. Ela considerava a sua contribuição para a consolidação da Revolução Moçambicana como sendo um envolvimento direto na libertação da África do Sul. Isto era possível porque ela tinha uma clara visão política dos seus objetivos, e uma análise crítica do contexto político no qual trabalhava. A importância do Curso de Desenvolvimento derivava para ela do fato de não ser só aquilo que era em si, mas também de onde estava localizado no tempo e espaço – no Moçambique revolucionário, durante um período de conjuntura revolucionária na África Austral.

O Curso de Desenvolvimento alterou-se de ano para ano, enquanto que fazíamos experiências, não só com o conteúdo, mas também, com formas de organização. Havia, no entanto, quatro princípios comuns que sempre guiaram a orientação dada ao curso por Ruth, e que são, de fato, as pedras-chave na continuação do trabalho do CEA. Em vez de tentarmos dar um inventário total ou cronológico do trabalho de Ruth no Curso de Desenvolvimento, apenas descreveremos como estes quatro princípios foram, na prática, organizados.

1. Implementar a estratégia revolucionária é uma questão de *método* – utilizando o método marxista, para investigar e analisar as situações concretas, e em constante mutação, que a revolução confronta e dirige.

Os objetivos do Curso de Desenvolvimento eram definidos pela importância que Ruth atribuía à análise científica no trabalho revolucionário. Havia os que pensavam que Ruth era demasiado crítica, dura, até derrotista, na maneira como dirigia a investigação. De fato, esta dureza refletia a grande confiança que ela tinha no marxismo, confiança essa ganha ao longo de muitos anos de vivência revolucionária. Ela achava que a revolução deve, e pode, olhar de frente para os seus problemas de forma a resolvê-los. Portanto, o quadro revolucionário precisa ser extremamente rigoroso nos seus métodos de análise.

O objetivo de ensinar teoria no Curso de Desenvolvimento não era o de ter estudantes a decorar os conceitos básicos e as leis do marxismo mas, sim, a ensiná-los como aplicar estes na análise dos problemas com que se confrontavam no seu trabalho – no cais, no Ministério de Agricultura, nas cooperativas, no trabalho do Partido. Isto não significava pôr de lado a grande experiência universal do marxismo; Ruth achava esta literatura essencial em programas de ensino, precisamente porque demonstra como analisar e como aplicar a análise politicamente.

No entanto, Ruth pensava que os estudantes só teriam dominado a ciência marxista quando soubessem como utilizá-la de forma criativa na investigação da sua própria realidade. Os estudantes moçambicanos devem ser capazes de utilizar os conceitos de classe, numa análise da estrutura de classe da sociedade moçambicana, antes que possam dizer que realmente compreendem o sentido do conceito. Assim, o Curso de Desenvolvimento exigia que cada estudante participasse num projeto de investigação coletiva que aplicava o método da análise introduzido no trabalho de curso.

Para Ruth First, o método de análise marxista, precisamente porque é científico, tinha de ser agressivo, crítico. “Ensiná-lo deve despertar os estudantes, obrigá-los a pensar.” Ela explicou na conferência das Ciências Sociais na África Austral, efetuada em Maputo em julho de 1982, como esta perspectiva estava integrada no Curso de Desenvolvimento, e as dificuldades encontradas:

*Os estudantes têm o texto antes da aula - no fim têm o que poderemos chamar, um livro; é um apanhado de notas. Não é um livro de textos porque o que estamos a tentar dizer é que nunca há um texto; tu tens que enfrentar a teoria de tal maneira que tens de aprender como ler um texto, tens de aprender como fazer uma análise textual; mas isto não quer dizer que um texto te vá dar todas as respostas. Nós estamos muito interessados em provocar. Se os estudantes não fazem perguntas, então estamos a falhar ...*

*Outro problema que temos é como se obtém uma verdadeira participação do estudante na investigação. Como se organiza investigação de forma a que não se utilize os estudantes como mão-de-obra barata? Por outras palavras, nós preparamos os questionários e preparamos a concepção do curso, e depois temos estas 26 pessoas, e elas estão todas prontas e fazem as suas malas e vão para o mato, e só têm de preencher uns tantos questionários todos os dias. Bem, claro que é uma grande tentação pensarmos pelos outros que não o fizeram anteriormente, porque tu és capaz de pensar e de trabalhar mais depressa e estamos melhores agora porque temos um maior envolvimento total dos estudantes, na concepção atual do projeto, do que tínhamos no princípio. Mas estamos a lutar.*

(1)

Por esta razão, Ruth resistiu a cair em estandardização no Curso de Desenvolvimento, e pressionava o seu pessoal a pensar sobre novas formas para organizar o ensino e a investigação a fim de superar estes problemas. Por exemplo, o curso foi reduzido de dois para um ano, e as aulas mais estreitamente estruturadas em redor da problemática do projeto de investigação.

Por trás desta experiência, estava a convicção de Ruth de que o trabalho intelectual científico é indispensável numa luta revolucionária, embora o intelectual profissional, talvez o seja um pouco menos. Ela própria deleitava-se na vida intelectual, adorava discussões críticas contundentes sobre um livro ou um filme, apreciava conversar sobre ideias, mas era sempre muito impaciente e entediada pela autotortura existencial de muitos intelectuais. O Curso de Desenvolvimento recrutava estudantes de proveniências educacionais extremamente variadas; alguns tinham frequentado apenas a escola primária, mas tinham bastante experiência de trabalho. O Curso destinava-se não a torná-los investigadores profissionais mas, isso sim, a

preparar quadros revolucionários, encarando a investigação social como parte necessária do seu trabalho.

2. Num contexto revolucionário, a Universidade tinha assumido novas formas de preparação, que tirava vantagens da experiência dos quadros e respondia aos requisitos da vivência do dia-a-dia.

Ruth First considerava uma boa preparação teórica como sendo um elemento indispensável da prática política, precisamente porque a análise é a base para a formulação e aplicação da linha política. Mas ela também pensava que a própria prática revolucionária podia dar aos quadros a capacidade de dar grandes saltos no seu desenvolvimento teórico, utilizando a sua própria experiência de trabalho como base da sua preparação analítica. Ela reconhecia a importância da preparação especializada mas, ao mesmo tempo, pensava que uma universidade revolucionária tinha que estar constantemente preocupada com a sua abertura, com o trabalho para o Partido e para o Estado, com a sua flexibilidade em contribuir para a formação dos quadros, sem os retirar dos seus locais de trabalho.

Os estudantes do Curso do Desenvolvimento incluíam, portanto, um gestor de crédito agrícola de um banco, um planificador agrícola, o diretor da escola dos trabalhadores da ponte cais, comissários políticos do exército, os planificadores curriculares do Ministério da Educação. Nós tentámos organizar os horários das aulas e a distribuição dos textos, de forma a permitir que os estudantes participassem no curso sem se afastarem da verdadeira responsabilidade nos seus empregos. O projeto principal da investigação era dirigido não só para ser uma problemática real e importante na transição socialista em Moçambique, mas também para levar os estudantes a analisar, da mesma maneira, os problemas com que se deparavam no seu trabalho do dia-a-dia.

O CEA também utilizou a experiência do Curso de Desenvolvimento a fim de participar em formas alternativas de formação fora da Universidade:

seminários e cursos de curta duração para quadros do movimento cooperativo, para jornalistas, para os bancos. Textos sobre Moçambique, elaborados por outros professores, tanto dentro, como fora da Universidade.

Estes esforços na procura de novas formas relevantes de ensino não tiveram invariavelmente sucesso. Ruth First levantou algumas das questões que o curso enfrentou, ao quebrar com o recrutamento convencional universitário, na conferência de Ciências Sociais:

*O tipo de questões a que me refiro, por exemplo, são os problemas de como ensinamos os estudantes que têm diferentes trajetórias educacionais, que vêm de um largo leque de estruturas: universidade, ministério, organizações de massas e outras. E eu penso que embora talvez tenhamos que admitir que começamos tudo isto, com uma grande dose de lirismo, dizendo que é importante rebentar barreiras educacionais e o monopólio elitista, nós vamos levar avante, pela força da nossa vontade, o ensino, embora tenhamos que admitir que existem problemas. Eu penso que ainda não os resolvemos. Nós lembramos, tal como penso que já foi dito pelo Aqui no, que alguns dos nossos melhores estudantes não são estudantes que tinham mais qualificações, de que esse não é o critério, que a entrega ao trabalho é muito importante, que afirmação e experiência política é extremamente importante, porque perceber a relevância das questões, saber que tens que resolver um problema e que tens de descobrir como fazê-lo. Isto, por sua vez, prepara o estudante a aprender. Eu não estou agora a dizer que está resolvido. Nós batalhamos por isso.*

3. A luta para construir o socialismo é urna luta para transformar a organização da produção.

Embora os estudantes do Curso de Desenvolvimento fossem recrutados de muitos setores diferentes, o cerne do projeto de investigação era invariável: a transformação socialista da produção. Isto porque Ruth First pensava que

para que os estudantes fossem capazes de analisar as situações concretas com que se defrontavam nos seus empregos, eles tinham que pensar em termos estratégicos. Eles tinham que saber e compreender para o que é que lutavam - a transformação radical da organização da produção através do desenvolvimento socialista - e contra o que é que lutavam - a estrutura do subdesenvolvimento, moldada pelo capitalismo colonial. Eles precisavam de compreender a diferença entre socialistas detendo o poder do Estado e a utilização de tal poder para socializar a base econômica da sociedade.

Quando os estudantes do Curso de Desenvolvimento, foram à província da Zambézia, para estudar as plantações de chá, por exemplo, eles viram a agricultura familiar mas também as próprias plantações. Eles viram como o sistema colonial de recrutamento de mão-de-obra barata, para se tornar rentável, tinha permitido um sistema de monocultura com grandes necessidades laborais sazonais; dado que a rentabilidade se baseava no atraso da produção familiar nas reservas de mão-de-obra, a socialização da produção no setor do chá, significava quebrar a ligação estrutural com a semi-proletarização.

Um modelo similar de semi-proletarização era subjacente à organização do processo de trabalho, sobre o qual os estudantes haviam feito investigação no porto de Maputo. O sistema colonial manobrava a atividade irregular do tráfico do cais, mantendo grande quantidade de mão-de-obra barata, explorando-a intensamente nos períodos de ponta. Trabalhadores sob contrato, eram trazidos da província de Inhambane, separados das suas famílias, alojados em dormitórios, e postos a trabalhar à tarefa. Agora, o problema era como construir uma organização alternativa do trabalho do porto, com base numa classe trabalhadora disciplinada, permanente, consciente e bem paga.

O Curso de Desenvolvimento observava os interesses de classe que evoluíram da estrutura da produção do capitalismo colonial e que não desapareceram simplesmente, com a fuga dos colonos portugueses, na

altura da Independência. Em Angonia, numa área agrícola rica, na fronteira com o Malawi, os estudantes viram, por exemplo, que a produção dispersa do pequeno proprietário, dá origem a uma classe mercantil pequeno-burguesa, se o próprio Estado não está em posição de organizar o comércio retalhista de pequena escala.

Porque o desenvolvimento socialista em Moçambique implicava mudanças estruturais profundas na economia agrária, o Curso de Desenvolvimento punha grande ênfase na compreensão da agricultura familiar. Não para a preservar ou racionalizar, mas para a transformar dentro das linhas socialistas. Nas áreas do algodão, da província de Nampula, por exemplo, os estudantes constataram que o maior nó de estrangulamento na produção familiar do algodão se dava na altura da capinagem. Assim, as cooperativas que introduziram o trator para lavar, sem enfrentar o problema da capinagem, não representavam grande melhoria na organização da agricultura familiar; os custos eram maiores, sem se obterem melhores resultados.

Ruth First insistiu sempre que as respostas para os problemas da transformação do setor familiar nunca seriam encontradas apenas na produção familiar mas, sim, na interdependência de novas formas de produção que quebrassem com velhos padrões de semi-proletarização. Este ponto foi particularmente focado na introdução a *Black Gold* (Ouro Negro), o livro que nasceu do estudo feito pelo CEA sobre o mineiro moçambicano:

*A FRELIMO tem-se empenhado repetidamente em acabar com a mão-de-obra migratória. Assim como pela integração, dentro duma economia, transformada e auto centrada, daquele sector da classe trabalhadora moçambicana que tem sido explorada pelo capitalismo sul-africano e cujas capacidades têm sido drenadas de Moçambique. Mas, se um processo econômico tão velho, tão enraizado e difundido como a exploração de mão-de-obra mineira é desmontado, então devem ser analisadas todas as suas implicações. Não pode ser combatido apenas*

*ao nível ideológico, através de um apelo ao compromisso político do imigrante. Isto seria rejeitar o sistema de mão-de-obra migratória como um ato da vontade de um grupo de trabalhadores migratórios, seria falhar na essência de um sistema econômico enraizado que tem promovido a economia política do campo no sul de Moçambique ... Oito décadas do sistema de mão-de-obra migratória tornou-o uma necessidade estrutural, para os produtores rurais sob o colonialismo ...*

*Se o acabar com a exportação da mão-de-obra, e por extensão a subordinação da economia moçambicana ao capitalismo Sulafriano, é condição prévia para a criação duma base material para a construção do socialismo, a reintegração desta força de trabalho, dentro duma economia autónoma, a caminho do socialismo, poderia ter duas formas complementares. A primeira seria a utilização da força de trabalho e das capacidades que têm adquirido no programa de industrialização de Moçambique, especialmente da indústria pesada, nos setores de transportes de minas. A segunda seria a reintegração no sector agrícola desta mão-de-obra anteriormente exportada. Mas claro que não poderia ser uma agricultura não alterada ...*

*O falseamento da política agrícola de Moçambique, a peso relativo, dado o desenvolvimento das aldeias comunais com a produção em moldes cooperativos como sua base material, e ao setor de machambas estatais, estes pontos e suas decisões políticas contingentes continuam a ser formulados dentro das estruturas políticas da FRELIMO e do governo. A razão de ser deste estudo, que foi assumido ao longo de um período de dois anos após a independência de Moçambique, era a de ajudar na elaboração duma alternativa socialista, a um sistema da utilização de mão-de-obra que explorava grosseiramente a classe trabalhadora, e que desfigurava a produção agrícola nas regiões do sul do país (1983: 3-5).*

De acordo com esta perspectiva do trabalho sobre os mineiros saíram mais dois estudos sobre o Sul do país pelo CEA. Ambos visam às relações entre cooperativas, machambas estatais e o setor familiar, muito dependentes do rendimento salarial; viram a transformação da produção, como elemento necessário na resolução do problema da mão-de-obra mineira migratória.

Uma vez que os projetos de investigação do Curso de Desenvolvimento eram estritamente orientados para os detalhes da produção, Ruth First teve que responder às inevitáveis acusações de economicismo e reducionismo: os estudantes não estavam a participar com as lutas ideológicas que constituem uma parte necessária da construção socialista.

O Curso de Desenvolvimento começou, no entanto, com a suposição que a consciência do povo é necessariamente o produto da organização das suas vidas. Assim, não podemos abstrair a luta ideológica do seu contexto material, no nosso caso a luta para organizar novas formas de produção. O estudo liderado a efeito no porto, por exemplo, focava grande parte da atenção em problemas ideológicos - a maneira como diferentes grupos de trabalhadores conceberam os problemas do trabalho diário no porto, e as formas nas quais estes conceitos se refletiam nas suas formas de luta nas reuniões de trabalhadores.

A ênfase na produção era, portanto, para Ruth, uma questão de determinar a prioridade na ordem da análise. Num contexto revolucionário não se pode fazer simplesmente uma crítica da ideologia; o investigador tem de analisar o que vai significar transformar as condições materiais da produção, dentro da qual a consciência está enraizada. No caso do porto, por exemplo, criar uma consciência de classe comum depende da quebra de uma organização que parte do sistema colonial de recrutamento de mão-de-obra barata e que joga as diferentes categorias de trabalhadores uns contra os outros.

4. A luta pela libertação nacional na África do Sul é estrategicamente parte da

luta para construir o socialismo em Moçambique.

O primeiro trabalho de Ruth First no Curso de Desenvolvimento não representou para ela um desvio de toda uma vida de trabalho como revolucionária sul-africana. Pelo contrário, ela considerou a transformação da produção na linha socialista, em Moçambique, como um passo decisivo na luta pela libertação nacional na África do Sul. Os estudantes moçambicanos, por ela preparados, representavam assim, para ela, quadros na luta contra o apartheid.

O ponto de vista dela derivava em parte da forma como o capitalismo racista sul-africano domina a economia regional, num sistema de desenvolvimento desigual. Apesar de divergências consideráveis nas orientações políticas e nas estratégias do desenvolvimento, os Estados da região têm um interesse material comum na luta contra o Apartheid.

Mas a unidade entre a FRELIMO e a luta pela libertação nacional na África do Sul superou, para Ruth, a da aliança regional. Isto foi porque ela viu a luta pela libertação nacional na África do Sul como, de momento, objetivamente uma luta contra o capitalismo de *per se*. A construção do socialismo em Moçambique, definindo uma alternativa ao sistema de capitalismo racial na organização da produção é a forma mais importante de apoio que pode ser dada a revolucionários a trabalhar dentro da África do Sul. Pelo contrário, é de esperar que a África do Sul dispare, com particular força, contra o Moçambique socialista.

Por estas razões, o contexto regional era uma fonte importante para o Curso de Desenvolvimento. Os estudantes exploravam o caráter do capitalismo racial na África do Sul e analisavam as várias posições de classe conseguidas na luta contra o mesmo. Eles observavam a base da aliança regional, em estudos de campo e na organização da SADCC. Ruth pensou que eles deviam ser capazes de analisar as posições táticas que Moçambique tem de definir numa luta estratégica prolongada.

Esta era a perspectiva, o caminho duma saída do capitalismo desenvolvido sul-africano, trabalhada no primeiro projeto do CEA, dirigido por Ruth First, “O Mineiro Moçambicano”. Na altura (1977), argumentava-se que todos os mineiros deviam ser imediata e unilateralmente retirados da África do Sul. O estudo sobre os mineiros, pelo contrário, colocou o problema em termos estratégicos: como transformar o sistema de produção dentro de Moçambique, ele próprio, para desenvolver uma alternativa de longo termo à migração para as minas da África do Sul, quer na indústria, quer numa agricultura mais produtiva.

Semelhantes preocupações estavam subjacentes na investigação do CEA sobre o transporte na África Austral, estudo levado a efeito em colaboração com o Departamento de Economia da Universidade do Zimbábue. A aliança regional pela SADCC está dirigida para a reorientação econômica da região através do desenvolvimento de projetos bilaterais e multilaterais que surgem de interesses materiais comuns. No caso do transporte, a reorientação através do comércio do Zimbábue, canalizado pela África do Sul, durante o período da UDI, para os portos de Moçambique, deveria ser benéfico para ambos os países. Uma vez que a reestruturação dependerá, em parte, numa maior eficiência dos portos e caminhos-de-ferro em Moçambique, os estudantes do Curso de Desenvolvimento assumiram esta parte da investigação conjunta. Ruth achava que a colaboração na investigação na África Austral, e a partilha de informações nasceria desses trabalhos conjuntos, refletidos os interesses compartilhados numa luta comum e prolongada.

### **RESPONDENDO À ÁFRICA DO SUL**

Ruth First não se amedrontava pela perspectiva duma luta prolongada. Ela analisava constantemente as contradições, selecionando o principal do secundário. Ela punha toda a sua energia em áreas onde era possível avançar, forçando a contradição; ela trabalhava para manter alianças em áreas onde a unidade era mais importante do que as diferenças.

Este gosto pela luta e a sua confiança nos seus resultados eram comunicados, por Ruth First, àqueles com quem ela trabalhava e que trazia para a organização do trabalho no CEA. Quando a nossa maneira de trabalhar começava a estagnar, quando nós já não entrávamos consistentemente em contradição com a nossa própria prática, ela obrigava-nos a reagir, a criticar, a avançar. Ela achava normal que tivesse havido um desenvolvimento muito rápido durante esta fase da Revolução Moçambicana, e ela queria que o CEA fosse capaz de responder organizando novas formas de tornar o seu trabalho mais útil à FRELIMO. Ela ansiava pelo 4º Congresso da FRELIMO, esperançada de que entrássemos numa fase nova, e, provavelmente, mais clara da luta. Ela queria tempo para refletir sobre qual o papel que o ensino e a investigação no CEA deveriam assumir neste novo período.

O assassinato de Ruth First pelo regime sul africano foi um golpe contra Moçambique e contra o movimento de libertação na África do Sul, que ainda hoje sentimos quase a todo o momento.

Mas Ruth deixou-nos um mandato para repensar e criticar o nosso trabalho: a organização do CEA, as linhas mestras da investigação, a nossa maneira de ensinar. Sem ela, o CEA não pôde voltar a ser o que era, mas ela já nos tinha dito que devíamos mudar e seguir em frente. E ela deixou-nos com uma segura base material, a partir da qual começar: uma organização inovadora do trabalho coletivo, baseado na unidade da linha política; métodos de ensino acessíveis aos estudantes-trabalhadores; métodos de formação-investigação baseados na investigação, nas questões imediatas e importantes da transição socialista; escritos sobre Moçambique e África Austral que não eram só o resultado dos cursos de desenvolvimento efetuados como material de ensino para novos cursos; e os quadros moçambicanos preparados por Ruth, para analisar e proceder estrategicamente, na luta pela libertação socialista na África Austral.

## REFERÊNCIAS

First, Ruth (1983). *Black Gold*. Sussex: Harvester.

## NOTAS

(1) O CEA agradece a Michael Wolfers e à Rádio Moçambique, pela transcrição dos comentários de Ruth First na Conferência de Ciências Sociais na África Austral, em Maputo, julho de 1982.

## 6

# **INDEPENDÊNCIA SEM DESCOLONIZAÇÃO: A TRANSFERÊNCIA DO PODER EM MOÇAMBIQUE, 1974-1975.**

## **NOTAS SOBRE OS SEUS ANTECEDENTES<sup>1</sup>**

### **NOTA INTRODUTÓRIA**

Esta comunicação assume uma perspectiva diferente daquela que foi expressa pelo Professor Kenneth Maxwell (1), sobre a natureza do colonialismo português e sobre as razões da queda do Império português.

Pretendemos aqui, em traços gerais, apresentar alguma informação complementar para ilustrar a especificidade da transferência do poder em Moçambique. Havia duas posições claras sobre a entrega do poder. A posição de Spínola, tal como foi definida no seu livro, era parte de um projeto coerente e bem elaborado; em síntese, Spínola acreditava

---

<sup>1</sup> Artigo extraído de *Estudos Moçambicanos*, n. 5/6, Maputo, CEA/UEM, 1986, pp.7-28. Na altura dos acontecimentos descritos nesta comunicação, o autor (A.B) realizou diversas missões em Lisboa como enviado especial da FRELIMO. Ele fora antes membro do Secretariado da Conferência das Organizações Nacionalistas das Colónias Portuguesas (CONCP). As citações não documentadas fazem parte das notas do autor de conversações e entrevistas então efetuadas.

que era necessário democratizar Portugal para descolonizar, e ele conseguiu ganhar o apoio dos maiores partidos antifascistas para esta política porque, na realidade, tomou algumas medidas efetivas no sentido de uma ordem democrática. Por outro lado, havia a posição da FRELIMO, que era diferente e que se baseava numa análise sistemática, não apenas sobre Moçambique e sobre o contexto da África Austral, mas também sobre lutas e transferências do poder como as que se verificaram no Vietnã e na Argélia. A análise da FRELIMO sobre as conversações de Evian que antecederam a independência da Argélia, levaram à decisão de evitar qualquer tipo de ambiguidades sobre a questão da transferência do poder. Consciente de que o conceito de descolonização de Spínola implicava a imposição de uma ordem neocolonial no futuro Moçambique independente, a FRELIMO assumiu a posição de que a descolonização era uma necessária condição prévia à democratização e não o contrário.

Entre estas duas posições, definidas com precisão, encontrava-se o Movimento das Forças Armadas dos jovens capitães portugueses, que no seu conjunto era carente de uma qualquer ideologia revolucionária ou anticolonial, mas que estava permeado por um profundo e inabalável desejo de paz. Depois do golpe de Estado de 25 de Abril de 1974, o Movimento das Forças Armadas perdeu o ímpeto que o animava e a sua coerência evaporou-se. No entanto, o MFA foi capaz de encontrar uma causa pela qual lutar, graças à intransigência dos movimentos de libertação. O MFA pretendia acabar com a guerra, mas não tinha meios para atingir este objetivo; o momento crucial foi atingido quando elementos no seio do MFA começaram a considerar a posição da FRELIMO como capaz de fornecer uma modalidade para acabar com a luta sem fornecer vantagens a Spínola e às forças que ele representava. Foram forjadas alianças para lutar contra o projecto neocolonial de Spínola e isto levou à sua eventual neutralização e queda e, finalmente, à independência das colónias africanas de Portugal, uma independência sem

qualquer ambiguidade, uma independência sem descolonização e sem a imposição de um regime neocolonial (2).

## I

Vinte e cinco de abril de 1974. O general Antonio da Silva Spínola é o novo detentor do poder em Lisboa. O ex-comandante das forças armadas de ocupação da Guiné-Bissau recebeu o poder das mãos do Professor Marcello Caetano, o ex-Primeiro Ministro do governo derrubado. Spínola prometera a Caetano que ele “não deixaria que o poder caísse na rua” (3), quer dizer, nas mãos dos esquerdistas “anti-sistema”, que tinham sido acusados pelos ideólogos do antigo regime de advogarem “o abandono das províncias ultramarinas portuguesas”.

Este foi o último pedido do herdeiro de António de Oliveira Salazar. Foi a última oportunidade do Dr. Caetano ver a sua política de “evolução na continuidade” tornar-se realidade, uma política que ele tinha advogado como solução para a séria crise que o país e o seu regime tinham vindo a atravessar. Mas, ironia do destino, esta entrega do poder foi efetuada com a autorização dos “jovens capitães” do Movimento das Forças Armadas (MFA), que tinham derrubado o regime colonial-fascista precisamente para pôr cobro ao que eles consideravam como “injustas e insustentáveis guerras, na chamada África portuguesa”.

Num breve apelo à Nação, televisionado escassas horas depois de ter assumido o poder, Antonio de Spínola, como novo dirigente da Junta de Salvação Nacional, manteve a promessa que fizera e definiu a primeira prioridade do regime como sendo a garantia da soberania da Nação “na sua forma multicontinental” (quer dizer, como é evidente, numa terminologia menos retórica, garantir a integridade do Império de Portugal em África).

## II

O plano africano de Spínola e dos seus generais previa um cessar-fogo imediato, sob o qual os movimentos nacionalistas deveriam depor armas e passar “a uma luta de ideias”, como qualquer outro partido legalmente existente, no contexto prático de um “portuguesismo” multicontinental. Esta foi a formulação oferecida pelo general Francisco Costa Gomes, então Chefe do Estado-Maior General do exército português e o número dois da junta, numa conferência de Imprensa em Lourenço Marques, em 13 de Maio de 1974 (4). Os outros partidos referidos por Costa Gomes tinham já começado a surgir na cena africana. Alguns tinham aparecido no fim do período de Caetano, outros após o 25 de abril; mas todos tinham o encorajamento da administração colonial, as bênçãos do governo de Lisboa e o apoio dos regimes vizinhos da Rodésia e da África do Sul.

Era nestes partidos que o Chefe do Estado português pensava quando declarou que o futuro das “províncias ultramarinas” deveria ser decidido por todos aqueles que consideram que “estas terras lhes pertencem”. Este era um apelo ao uso do referendo (uma ideia que Spínola tinha sugerido no seu livro “Portugal e o Futuro”), para decidir se Angola, Moçambique e a Guiné-Bissau queriam fazer parte de uma “Commonwealth” de futuros brasis africanos, uma federação luso-africana centrada em Lisboa.

Infelizmente, continuava Spínola, os africanos de hoje “não estão ainda preparados para decidir o seu próprio futuro”, e por isso era necessário prepará-los. Esta era uma missão que Portugal deveria assumir, talvez fosse mesmo a missão de “uma geração inteira”.

Entretanto, era necessário consolidar um “forte centro do poder” em Portugal e “neutralizar” os possíveis futuros aliados aí, dos movimentos nacionalistas, nomeadamente o MFA e os partidos antifascistas.

Spínola pretendia ainda conquistar a opinião pública africana na Organização da Unidade Africana (OUA) e, talvez, mesmo a dos países socialistas do campo soviético, para que apoiassem a sua política de cessar-fogo imediato contra a “teimosa intransigência” dos movimentos nacionalistas. Isto era visto como a chave para o complexo processo de descolonização em África, que tiraria Portugal do isolamento em que se encontrava e que, por outro lado, isolaria os partidos nacionalistas, obrigando-os a limitar as suas exigências.

### III

A primeira prioridade de Spínola era a consolidação do poder em Portugal. Os grandes partidos antifascistas – o Partido Socialista de Mário Soares e o Partido Comunista de Alvaro Cunhal – não diferiam, nesta altura, nas suas concepções gerais. O PCP tinha desempenhado um papel central na criação de uma consciência antifascista em Portugal antes do golpe de Estado e, durante a maior parte do tempo, tinha lutado só. Num comunicado conjunto, publicado alguns meses antes do 25 de abril, ambos os partidos tomavam uma posição inequívoca sobre a questão colonial (5). Eles exigiam “o fim da guerra colonial e negociações para a **independência imediata** dos povos de Angola, Guiné-Bissau e Moçambique”.

Mas, então, a situação mudara. O regime fascista tinha sido derrubado. O apoio popular massivo ao golpe tinha forçado os generais “fascistas” a desmantelar, tão rapidamente quanto possível, as estruturas repressivas do antigo regime, tais como a PLDE/DGS, a sinistra Gestapo portuguesa.

Spínola sabia que o PCP, tal como o PS, estava inclinado a fazer algumas concessões à sua ideia de “um forte centro de poder” em troca do estabelecimento de uma certa margem de legalidade (6). Ele estava preocupado com a formação de um governo provisório. Os candidatos - como o professor católico e liberal Miller Guerra - apresentados pelo MFA para dirigirem o governo, afirmaram que todos eles apoiavam a ideia de dar prioridade absoluta ao fim da guerra colonial. Mas eles foram recusados

pelo Chefe da Junta; ele tinha já escolhido um homem em quem confiava para essa posição, o velho advogado “antifascista” Palma Carlos, uma importante figura da maçonaria portuguesa. No entanto, a participação dos grandes partidos antifascistas no governo foi imposta a Spínola de várias maneiras. Mário Soares, Secretário-Geral do Partido Socialista já tinha aceite. Ele viria a ser ministro dos negócios estrangeiros e o embaixador especial de Spínola à Internacional Socialista. Esta “abertura” à Europa era necessária para quebrar o isolamento que o antigo regime tinha mantido à sua volta.

A sugestão para a participação do PCP como parte no governo terá surgido do próprio Secretário-Geral do PS. Por outro lado, e apesar de Spínola ser profundamente anticomunista, a participação de Álvaro Cunhal no governo poderia significar que o PCP passaria a controlar a classe operária, um setor que obviamente não sentia qualquer simpatia pelo novo líder português.

Seja como for, Spínola tinha inúmeras razões para estar satisfeito. Ele poderia manter a seu cargo o processo de descolonização e fazer com que este se desenrolasse segundo as linhas que ele tinha definido. Para isso necessitaria ainda de neutralizar os jovens capitães do MFA, que continuavam a opor-se a ele, vigorosamente, nesta questão.

#### IV

As posições adotadas pelo Chefe da Junta Militar não surpreenderam os nacionalistas africanos.

As relações de Spínola com os grandes grupos industriais, como a CUF e o grupo Champallimaud, eram do conhecimento público. Estas empresas eram os tentáculos do antigo regime nas colônias e pretendiam agora continuar e alargar a exploração de Moçambique sob novas formas e num novo contexto de neocolonialismo.

As teses neocoloniais que Spínola pretendia pôr em prática tinham sido expostas no seu muito discutido livro “Portugal e o Futuro” (7) e tinham sido

denunciadas num dos números da “Voz da Revolução”, o órgão informativo da FRELIMO. Era um plano com um sabor gaulista, desenhado por um Bismarck português, historicamente atrasado dez anos, jogando com palavras para camuflar uma operação que visava manter a minoria branca numa posição hegemônica num futuro Estado, ligado diretamente à metrópole, cujos interesses econômicos poderiam deste modo ser garantidos.

A FRELIMO necessitava de conhecer as razões que tinham levado os capitães progressistas do MFA a entregarem o poder a uma junta de generais reacionários - generais, ainda por cima, que não se preocupavam sequer em esconder a sua firme determinação em continuar as “sujas” guerras coloniais em África. Como interpretar esta série de acontecimentos fora do vulgar e aparentemente contraditórios?

O ponto fulcral, para o Comité Executivo da FRELIMO reunido em Dar-Es-Salaam a 3 de maio de 1974, numa sessão especial para discutir a nova situação em Portugal, era continuar o esforço da guerra para libertar o país e reafirmar uma vez mais os princípios que tinham guiado a luta e as condições que poderiam trazer uma solução pacífica para a guerra de dez anos. O comunicado final desta reunião afirmava:

“Para o Povo moçambicano, sob direção da FRELIMO, o problema da correta definição do inimigo foi sempre a questão central. Não é o Povo português, também vítima do fascismo, que é o inimigo do Povo moçambicano, mas o sistema colonial português. Foi o crescente descontentamento do Povo português com a guerra colonial que levou ao aumento da convicção, entre um largo segmento das Forças Armadas, que elas não estavam a defender os interesses do povo. Se a nossa luta contribui para a luta do Povo português contra o fascismo, nós congratulá-mo-nos com isso.”

“Mas, da mesma maneira que o Povo português tem o direito incontestável à independência e à democracia, estes mesmos

direitos não podem ser negados ao Povo moçambicano. Nós lutamos por estes direitos essenciais e elementares. Os objetivos da FRELIMO são a independência total e completa para o Povo moçambicano e a destruição do colonialismo português”.

Tirando as conclusões desta importante declaração, Samora Machel, Presidente da FRELIMO, afirmou que:

“A Independência não é negociável. É um direito inalienável do Povo moçambicano. No entanto, nós estamos prontos para discutir as modalidades de transferência da soberania para o Povo moçambicano do qual a FRELIMO é o único representante legítimo”.

## V

A 9 de maio de 1974, o Presidente do Comitê de Descolonização das Nações Unidas, o tanzaniano Salim Ahmed Salim, recebeu o pedido formal por parte dos movimentos nacionalistas da Conferência das Organizações Nacionalistas das Colônias Portuguesas (CONCP) para publicamente questionar:

“a ausência de uma declaração da Junta afirmando a sua intenção de materializar uma descolonização genuína”.

Mas Salim foi peremptório sobre o que teria de ser feito para que:

“não haja nenhum equívoco que possa levar o mundo a pensar que a política africana de Portugal apenas sofreu uma mera mudança tática e nem sequer uma mudança substancial”.

Para isso seriam necessárias duas condições. Em primeiro lugar, o novo regime português teria que:

“entrar imediatamente em negociações com os movimentos de libertação reconhecidos pela OUA, para acabar com o colonialismo”.

Em segundo lugar, deveria,

“reconhecer o direito legítimo dos povos de Moçambique, Angola e Guiné-Bissau à autodeterminação e independência, tomando medidas concretas para materializar este direito”.

No dia 10 de maio, os ministros dos negócios estrangeiros da Tanzânia, Congo, Zaire e Zâmbia encontraram-se em Dar-es-Salaam com os Movimentos nacionalistas reconhecidos pela OUA, para estabelecerem uma posição comum em relação ao novo regime de Lisboa. “Chegou a altura”, afirmaram num comunicado conjunto,

“para que o general Spínola faça declarações categóricas de que Portugal aceita o princípio da independência nacional de Angola, Guiné-Bissal e Moçambique”.

Mas o novo Chefe do Estado português não estava preparado para desistir e procurou o apoio de países africanos no seio da OUA que pudessem apoiar a sua política de cessar-fogo imediato. Sem esta condição, disse ele, não será possível iniciar o que é um “complexo” processo de descolonização.

Na verdade, e como vimos, Spínola pretendia quebrar o isolamento que tinha herdado do Portugal de Caetano procurando afastar os aliados naturais dos movimentos nacionalistas da CONCP forçando-os a negociar segundo as suas condições. Spínola contava com Leopold Senghor, o Presidente do Senegal, seu amigo e confidente, para atrair a ala moderada da OUA. Senghor conhecia bem as ideias do novo Chefe do Estado português e garantia que Spínola compreendia e respeitava a ideia de “negritude” dos movimentos nacionalistas. Por que, portanto, desconfiar dele e das suas intenções?

Além disto, o general Gowon, Presidente da Nigéria e então Presidente da OUA, e com quem Spínola tinha mantido uma amigável troca de correspondência, não duvidava que as posições defendidas pelo seu colega português refletiam “um novo espírito nas relações entre Portugal e os países africanos”.

Mas, na cimeira de Mogadishu de 13 de junho, o grupo “moderado” de Senghor e companhia foi derrotado. Os líderes africanos, apoiando as posições da FRELIMO, decidiram que a reabertura de relações diplomáticas com Portugal dependeria do reconhecimento por parte de Portugal do direito das suas colônias à independência. A OUA recusou as propostas de Spínola. Porque, nas palavras do Presidente da Somália, Siad Barre,

“nenhum cessar-fogo será possível enquanto Lisboa recusar o direito à independência dos países que estão sob o seu domínio colonial”.

## VI

Foi nesta fase que a Zâmbia começou a desempenhar um importante papel. As guerras coloniais de Portugal tinham provocado sérias consequências na economia Zambiana: o seu cobre era escoado com grandes dificuldades através de linhas férreas que passavam através ou perto de zonas de guerra para os portos de Lobito, em Angola, e Beira, em Moçambique. O Presidente Kenneth Kaunda tinha tentado em vão chegar a um acordo com Caetano sobre uma solução negociada para as guerras de libertação nacional. Após 25 de abril, o seu embaixador itinerante, Mark Shona, dirigiu-se mais uma vez à capital portuguesa para regressar a Lusaka convicto que o novo Chefe do Estado português realmente desejava a paz. Os líderes da FRELIMO aceitavam em princípio a necessidade de negociações. Quando foram contactados pelas autoridades zambianas, eles concordaram em encontrar-se com os portugueses na Zâmbia, embora as propostas de Spínola não lhes merecesse grande consideração. Mário Soares dirigiu a delegação portuguesa, que

permaneceu em Lusaka entre 4 e 6 de junho. O líder do Partido Socialista foi a Lusaka com um mandato preciso de Spínola para:

“fazer uma ideia geral da situação e, se possível, chegar a um cessar-fogo”.

“Infelizmente não posso ir mais longe do que isso”, disse ele, “porque o ministro dos negócios estrangeiros não é o único detentor do poder. Em Portugal hoje existe um complexo equilíbrio de forças que nós socialistas não podemos ignorar”.

Mas o líder socialista não se cingiu estritamente às regras que Spínola queria impor. No aeroporto de Lusaka, ele prestou uma generosa homenagem a Eduardo Mondlane, “fundador da Nação moçambicana e primeiro Presidente da FRELIMO, assassinado por inimigos dos povos moçambicano e português”. Mais tarde, ele não cumpriu o protocolo e criou uma atmosfera propícia às negociações quando calorosamente abraçou o Presidente da FRELIMO, Samora Machel, na sala de conferências da State House. Recusou, igualmente, falar com o COREMO (o Comité Revolucionário de Moçambique), uma organização fantoche (para usar a própria designação de Soares) que, embora sendo reconhecido pelo seu anfitrião, Kaunda, tinha na realidade sido formada pela administração colonial portuguesa. O COREMO pretendia apresentar-se com o manto de um outro FRELIMO e nessa condição negociar com Portugal. Soares declarou:

“Eu estou aqui para falar com aqueles que estão a lutar dentro do país. O novo Portugal, sinceramente deseja terminar as guerras que herdou do antigo regime colonial-fascista. Em Moçambique é apenas a FRELIMO que está a lutar no campo de batalha e nós apenas falaremos com ela”.

Este reconhecimento, pelo chefe da delegação portuguesa, da FRELIMO como o único representante do Povo moçambicano nas conversações com Portugal, abriu uma brecha na política de Spínola. No entanto, Soares procurou também,

na mesa de conversações, convencer os moçambicanos da necessidade de um “cessar-fogo imediato *de jure* ou *de facto*, como aconteceu na Guiné-Bissau”, para que, depois, os protagonistas pudessem falar sobre outras questões.

“Não vamos parar a luta” respondeu Samora Machel “até que os problemas que nos levaram a disparar os primeiros tiros tenham sido resolvidos corretamente”.

Para Soares, esta afirmação tinha sérias implicações. Ele afirmou que se a FRELIMO desejava uma rendição incondicional das Forças Armadas Portuguesas em Moçambique, o Presidente Spínola tinha o apoio de uma parte significativa do MFA e não aceitaria essas posições tão rígidas e maximalistas. Se a guerra tiver que continuar, o governo português poderá ser obrigado a apelar às Nações Unidas, com trágicas consequências – a internacionalização ou vietnamização do conflito.

Samora Machel respondeu-lhe que a internacionalização do conflito “representaria a abdicação histórica da responsabilidade de Portugal e não serviria aos interesses nem de Portugal nem de Moçambique”.

Sem grande convicção, Soares tentou levantar a questão de um plebiscito, uma questão querida a Spínola, garantindo no entanto aos seus ouvintes que ele “faria com que a FRELIMO triunfasse”.

Foi nesta altura que o major Otelo Saraiva de Carvalho resolveu falar, quebrando o silêncio que mantivera até aí. Otelo de Carvalho tinha sido o cérebro por trás da planificação do golpe de 25 de Abril e tinha sido incluído na delegação no último momento, ostensivamente como um conselheiro militar mas também encarregado por Spínola com a tarefa especial de controlar o ministro dos negócios estrangeiros.

“Eu não compreendo muito de política”, afirmou Otelo “mas garanto-lhe que me encontro neste ponto muito mais próximo da FRELIMO do que do meu general. Nem eu nem os

meus colegas do MFA fizemos uma revolução para defender o plebiscito ou qualquer outra das ideias que o nosso general defende no seu "Portugal e o Futuro".

O Presidente da FRELIMO não tinha tido qualquer dificuldade em argumentar que o plebiscito e outros truques que Spínola tinha na manga eram simplesmente projetos de Marcello Caetano ressuscitados dez anos mais tarde. Embora pudessem ter sido bem sucedidos dez anos antes, seguir essa linha agora, afirmou Samora Machel,

"só agravaria a crise portuguesa, levando o exército colonial à derrota militar e podendo mesmo conduzir a um golpe de extrema direita em Portugal".

Mário Soares compreendia, de certo, a linha de argumento de Samora Machel. Talvez ele desejasse distanciar-se da posição spinolista quando assinou um comunicado conjunto com a FRELIMO no qual reconhecia "que o estabelecimento de um cessar-fogo está condicionado à concordância prévia de princípios básicos".

A delegação portuguesa regressou a Lisboa dividida e sem quaisquer resultados concretos para apresentar. Otelo de Carvalho afirmou que ele tinha decidido que "se fosse necessário assumir o comando para fazer um novo golpe", então ele estava pronto.

Mário Soares tinha começado a duvidar da viabilidade do projecto de Spínola, quando desvendou que:

"sem uma mudança nas forças no poder em Portugal, não será possível alcançar uma solução rápida para o impasse nas negociações com o PAIGC e com a FRELIMO".

De fato, as oito horas de conversações francas e esclarecedoras, não tinham sido em vão.

## VII

Samora Machel, que tinha mandado a Lisboa um dos seus mais próximos colaboradores, estava ciente que as demonstrações massivas do dia 1º de maio em Portugal tinham aberto uma nova fase na política portuguesa. Os acontecimentos do 25 de abril não podiam mais ser meramente olhados como tendo constituído um simples golpe, embora não fossem ainda uma revolução. O ponto de vista das massas portuguesas teria de ser levado em consideração. Com efeito, aquela afirmação popular na política portuguesa tinha isolado a facção Spínola ainda mais, em relação às forças armadas em geral. Samora conhecia também que o pomo da discórdia que separava a Junta Militar de Spínola da maior parte dos capitães de Abril, era a questão colonial e não a democratização interna no país. Era aí que o “conflito do sistema” se verificava, que a coesão das forças armadas se perdia e que se arruinava a base para um futuro Portugal democrático e pacífico.

Os dois grupos rivais apresentavam diferentes soluções para a crise. Embora a maioria dos capitães não fosse convictamente anticolonialista, o sonho de Spínola de regressar à África era, para eles, um pesadelo. Esta diferença levou a convulsões no seio do MFA, que tinha começado como uma organização temporária mas que se tinha tornado cada vez mais forte, precisamente devido às pressões criadas pela demora de uma resolução para as colônias.

Spínola sentia esse perigo e tentou neutralizar os rebeldes, enviando-os para os quartéis após ter reconstruído a estrutura hierárquica das forças armadas que o golpe tinha praticamente destruído. Esta manobra falhou. Os capitães adaptaram métodos de trabalho semiclandestinos e tornaram-se um efetivo, segundo centro do poder, dirigido por um órgão político a que chamaram o Comitê para a Coordenação do Programa (do MFA) ou CCP.

Este CCP não escondia a sua oposição a Spínola e ao “forte centro de poder” que este constituía com os seus colegas. E sentiu-se encorajado pela recusa, por parte dos movimentos nacionalistas africanos, das propostas

federalistas de Spínola. Tinha também o apoio dos MFA “regionais” em Angola e em Moçambique e Guiné-Bissau, grupos cujo conhecimento do terreno inevitavelmente confirmava que “as guerras africanas de Portugal não podem ser terminadas com meios militares”.

O exército colonial, ou aquelas unidades dele que estavam ainda operacionais, encontrava-se “cansado”, após uma dúzia de anos de “guerra desgastante e desmobilizante”. Ainda “antes do 25 de abril, tinha perdido a vontade de lutar”.

Em Moçambique, a guerra de guerrilha da FRELIMO, que tinha já atravessado o rio Zambeze, conseguira entretanto - e segundo um relatório do MFA local, atingir a região centro-sul “com o apoio ativo da população africana”. Situava-se aí o calcanhar de Aquiles de Moçambique colonial, o coração dos colonos, a base geográfica de apoio do regime. Os colonos brancos entraram em pânico. Eles tinham subitamente descoberto o que a “sistemática desinformação sobre a guerra” que tinha sido produzida ao longo dos anos pelo antigo regime lhes tinha escondido sempre: que a independência, “com os pretos no poder” era inevitável. Os que puderam, fugiram para Portugal aos milhares, enquanto outros procuraram refúgio na Rodésia e na África do Sul.

Os cofres do Estado colonial estavam praticamente vazios. Não era possível pagar as importações, os preços dos produtos e serviços subiram em flecha. Em 13 de agosto, um outro relatório do MFA de Moçambique revelava que a conta de divisas apenas possuía fundos “para cobrir uma semana de importação de bens de primeira necessidade...”. Por outro lado, sublinhava que “o BNU está autorizado a emitir moeda sem as reservas necessárias para cobrir a operação ... Financeiramente a colônia está virtualmente falida”.

A guerra, concluía o relatório, *não pode ser vencida através de meios militares.*

Em Lisboa, o CCP constatou que a situação era séria e que não poderia ser imediatamente resolvida. Nestas circunstâncias,

“exige que o controle do processo de descolonização deixe de estar sob o controle de Spínola e dos seus generais”.

O conflito entre Spínola e o MFA não era reconciliável. Confrontado pela recusa dos movimentos de libertação em aceitar um cessar-fogo e com o agravamento da situação nas frentes africanas, Palma Carlos e o seu governo resignaram em 9 de julho e os Governadores-Gerais de Angola e Moçambique suspenderam as suas atividades. Por ultimo, a Guiné-Bissau foi reconhecida como uma república independente por Spínola. Em julho, o MFA impôs uma lei constitucional à Junta de Salvação Nacional que incluía o reconhecimento, por Portugal, do direito à autodeterminação com todas as suas consequências, incluindo a independência (Artigo 2, parágrafo 2). A FRELIMO vencera.

## VIII

O Comitê Executivo da FRELIMO, ciente do que se passava, mandou vir a Dar-es-Salaam uma delegação do MFA. Spínola tentou opor-se a essa ida mas o Chefe do Estado-Maior, Costa Gomes, que tinha acabado de regressar de Moçambique, tinha concluído que “os projetos federativos eram um sonho da minha mocidade”, que eles eram impraticáveis e que um diálogo com a FRELIMO para se chegar “a uma solução que valesse a pena” era efetivamente necessário (8). O CCP do Movimento das Forças Armadas escolheu o major Ernesto Melo Antunes para esta “delicada missão”, mas somente depois de “um longo e controverso debate”. Ele era “o mais político de todos os seus membros” e ministro sem pasta no recém formado Governo de Vasco Gonçalves. O coronel Vasco Gonçalves era também membro do “Grupo dos Sete” no topo do Movimento das Forças Armadas e o seu governo tinha sido formado por insistência da liderança do MFA. Melo Antunes comentou:

“Nós tínhamos derrotado o regime inimigo colonialfascista e tínhamos pago a dívida que tínhamos para com os povos africanos. Hoje, podemos sentar-nos à mesa das negociações

e negociar com as nossas contrapartes africanas sem qualquer tipo de complexo”

Spínola tentou de novo bloquear esta iniciativa mas acabou por desistir. Melo Antunes tinha elaborado o famoso *Programa do MFA* do qual tinham sido removidas, pelos generais, as cláusulas anticoloniais como condição para permitirem o golpe. Claramente, Melo Antunes era uma *persona non grata* para o Chefe do Estado português.

As negociações não iriam ser fáceis. Isto era óbvio após o primeiro encontro em Lusaka, em junho, quando Samora tinha rejeitado o cessar-fogo que Spínola e os seus generais pretendiam impor e, em vez disso, tinha aumentado o nível de luta contra as forças de ocupação. Esta forma tão pouco ortodoxa de ver as coisas desorientava não só os grupos metropolitanos antifascistas, aliados históricos da FRELIMO, mas o próprio MFA a todos os níveis. Somente com dificuldade o MFA conseguiu compreender que “esta era a única resposta possível da FRELIMO ao que era interpretado como sendo uma manobra de Spínola. Em último caso era um trunfo poderoso que deveria ser jogado para criar espaço para a negociação” (9).

De fato, Spínola e Melo Antunes detestavam-se mutuamente. Para Melo Antunes, que tinha sido detido e exilado para os Açores pelo regime de Caetano nas vésperas do golpe,

“era um grave erro convidar Spínola para a direção do novo regime, principalmente porque os seus projetos para a descolonização nada tinham a ver com as razões do 25 de abril dos capitães que, apesar de todas as suas limitações, nunca tencionariam recolonizar Angola, Moçambique ou a Guiné. A nossa escolha era o general Costa Gomes com o qual o MFA poderia sempre trabalhar sem trair os seus princípios” (10).

Mas a escolha fora feita: Spínola, que tinha praticamente perdido a iniciativa na questão colonial mas que continuara como chefe de Estado não poderia ser ignorado. Melo Antunes acabou por ser escolhido para seguir para Dar-es-Salaam com o apoio total do Comitê Nacional Português para a Descolonização. Ele esteve na Tanzânia de 30 de julho a 2 de agosto. Spínola não tinha objeções ao reconhecimento do direito do Povo moçambicano à independência nem ao princípio da transferência do poder. Mas mostrou ter sérias reservas para com o reconhecimento público da FRELIMO e insistia num protocolo secreto no qual a Frente seria reconhecida como a legítima representante do Povo moçambicano, sem prejuízo das negociações que se iriam seguir. Seria isto uma nova manobra de Spínola?

A insistência do general num protocolo *secreto* reconhecendo a FRELIMO era, pelo menos aparentemente, e segundo Melo Antunes, baseado no desejo português de evitar que a África do Sul e a Rodésia contestassem a nível internacional, a legitimidade de tal reconhecimento. Esta contestação poderia partir de “preconceitos democráticos-burgueses” e poderia criar dificuldades na Europa para o novo regime português. Era, por conseguinte, necessário, em primeiro lugar, evitar que a África do Sul e a Rodésia usassem o pretexto formal da ilegitimidade para intervirem militarmente em Moçambique. Isto poderia significar a materialização do velho sonho colonial de cortar Moçambique em dois, ao longo do rio Zambeze. Em segundo lugar, era essencial evitar que fosse usado o argumento da “traição” através “da entrega vergonhosa e da rendição” pela minoria racista e colonial de Moçambique ou pelos elementos mais reacionários em Portugal. Isto poderia causar sérios problemas de ordem pública em Moçambique e grandes dificuldades políticas em Portugal.

Samora não tinha qualquer dificuldade em mostrar que quando Spínola mandou Mário Soares a Lusaka ele estava apenas a tentar ganhar tempo, “para poder respirar”, enquanto em Moçambique os partidos fantoches se procuravam organizar ou eram organizados. Com efeito, esses partidos

começavam então a surgir, muito convenientemente, e afirmando representatividades no diálogo com Portugal, dentro do projeto federalista.

Segundo o Presidente da FRELIMO, enquanto Spínola se negava a reconhecer a Frente e insistia num protocolo secreto, ele persistia no seu projeto inicial e, ao mesmo tempo, tentava cobrir os seus contatos com o aventureiro português Jorge Jardim, homem de Salazar em Moçambique e seu confidente.

A conspiração da África do Sul e da Rodésia que Spínola referira era precisamente esse “projeto Jardim”, apoiado por esses países, que em ambos os casos há muito procuravam uma alternativa “moçambicana” para a FRELIMO (11). No entanto, a FRELIMO sabia já por essa altura que as principais posições no MFA não lhe eram adversas e estava também ciente do relativo isolamento de Spínola.

Por isso, a Frente decidiu continuar com as negociações na base da sua declaração de 3 de maio de 1974, que nem a autodeterminação nem a independência de Moçambique nem a legitimidade da FRELIMO eram negociáveis e que o único ponto da agenda a discutir era a questão da transferência do poder.

“O futuro de Moçambique é para os moçambicanos decidirem e eles já o fizeram pela força das armas”, disse Melo Antunes. “Samora afirmou que a independência não é negociável. É um direito natural dos povos”.

No entanto, a definição dos meios de transferência do poder não era uma questão linear. Qual deveria ser a composição do Governo Provisório? Deveria o mandato do Alto Comissário português garantir a integridade territorial do país? Quem deveria ser o principal executivo?

A delegação portuguesa pretendia obter “um máximo de garantias sobre os legítimos direitos dos residentes portugueses em Moçambique”, uma questão algo complicado para tratar e que poderia conter em si as sementes

de futuros desacordos entre Portugal e Moçambique. No entanto, concessões mútuas acabaram por garantir à FRELIMO “uma transição pacífica”, segundo as suas próprias condições, e a Portugal “uma situação nem desvantajosa nem desonrosa no período de transição”.

Este encontro decisivo produziu um documento contendo os conceitos básicos e as linhas gerais do acordo que seria negociado. Aceitaria Portugal este documento como um ponto de partida para a continuação do diálogo?

Os pontos essenciais tinham já sido definidos no primeiro encontro em Dar-es-Salaam. Uma delegação maior, dirigida pelo major Melo Antunes com o Ministro dos Negócios Estrangeiros Mário Soares e o Ministro da Coordenação Interterritorial (do ministério, portanto, que antes era o Ministério do Ultramar), Almeida Santos como seus adjuntos, seguiu para Dar-es-Salaam em 14 de agosto aí permanecendo até 17. Ela iria tornar público para todo o mundo os “acordos secretos” entre Samora e Melo Antunes. Desta vez os alicerces estavam lançados para as negociações finais em Lusaka onde finalmente, um acordo de cessarfogo foi assinado. As suas cláusulas foram a base para as estruturas políticas, militares e legais da transição.

#### NOTAS

(1) “Portugal and Africa: the last Empire”, in Processer Gifford and I.lillian Roger Louis (eds.), *The transfer of power in Africa* (New Haven: Yale University Press, 1982) pp. 337-85.

(2) Investigações que estou presentemente a efetuar em Maputo e em Lisboa permitiram-me consultar documentações em Portugal que clarifica muitas destas questões. Documentos importantes do Movimento das Forças Armadas foram igualmente publicados em Portugal desde 1974. O Presidente Samora Machel, com grande generosidade, permitiu-me acesso a alguns dos seus arquivos e notas pessoais. Espero que este material me permita transformar o esboço que eu agora aqui apresento, como um conjunto de reflexões, num trabalho mais definitivo.

(3) Dominique de Roux, “Comment s’est rendu Caetano”, *Le Figaro*. 28 de abril de 1974.

(4) *Diário de Notícias*, Lisboa, 15 de maio de 1974.

(5) Eles exigiam “um fim para a guerra colonial e negociações para a *independência imediata* dos povos de Angola, Guiné-Bissau e Moçambique”, Comunicado Comum, Paris: PS e PCP, setembro de 1973.

(6) O PCP exerceu igualmente pressões para um rápido reconhecimento diplomático da URSS (*Le Monde*, 6 de junho de 1974).

(7) *Portugal e o Futuro*, Lisboa: Atica, 1974 e reedições. Ver, igualmente, um trabalho posterior de Spínola, *Pais sem Rumo*, Lisboa: SCIRE, 1978.

(8) Entrevista com Aquino de Bragança.

(9) Entrevista com Melo Antunes: “O Processo de Descolonização: Melo Antunes rompe o silêncio”, *Expresso*, Lisboa. 17 de Fevereiro de 1979.

(10) Para os pontos de vista de Costa Gomes ver “Sobre Portugal: Diálogos com Alexandre Manuel”, Lisboa: A Regra do Jogo, 1979.

(11) Por isso, quando as conversações em Dar-es-Salaam estavam praticamente concluídas, Urias Simango, um ex-Vice-Presidente da FRELIMO que desertara, conseguiu juntar uma constelação de organizações insignificantes com o apoio de Jorge Jardim e de outros dissidentes da FRELIMO que se tinham entregue ao inimigo. Ao lançar este “Partido de Coligação Nacional” (PCN), durante uma conferência de Imprensa, Simango afirmou que o PCN pretendia a independência “através de um processo democrático”. Neste “processo”, e segundo disse igualmente, toda a população deveria poder exprimir as suas opiniões “pacificamente”. Insistia igualmente que este objetivo deveria ser alcançado “através de um referendo”, *Expresso*, 13 de julho de 1974.

# 7

## DA IDEALIZAÇÃO DA FRELIMO À COMPREENSÃO DA HISTÓRIA DE MOÇAMBIQUE<sup>1</sup>

Vários textos têm sido publicados nos últimos anos sobre a História de Moçambique, a maioria deles em inglês o que impossibilita grande parte dos moçambicanos terem acesso aos debates que se realizam sobre a história e consequentemente conhecerem melhor o seu país.

Este ensaio não pretende corrigir esta situação mas contribuir para assinalar alguns dos mais significativos debates e contribuições que se têm feito sobre a história recente de Moçambique e assim minimizar os efeitos negativos do limitado acesso de tais publicações entre os leitores moçambicanos.

O objetivo principal do ensaio é situar a problemática do processo revolucionário iniciado pela FRELIMO durante a luta armada de libertação nacional, pretendendo demonstrar a possibilidade e necessidade de reanalisar

---

<sup>1</sup> Artigo extraído de *Estudos Moçambicanos*, n.5/6, Maputo, CEA/UEM, 1986, pp.29-52. Revisão de um texto de Aquino de Bragança (Diretor do Centro de Estudos Africanos) e de Jacques Depelchin (Investigador do C.E.M.) apresentado para discussão num seminário do C.E.A. da U.E.M. a 14 de Fevereiro de 1986. Os autores agradecem todas as críticas e contribuições dos seus colegas do Centro que permitiram melhorar o artigo.

a própria história da FRELIMO e de Moçambique como base para uma análise mais correta das contradições que se levantam hoje.

São analisadas em particular duas obras publicadas em 1984 e 1985 da autoria respectivamente de Joseph Hanlon e de John Saul (1). Joseph Hanlon trabalhou em Moçambique como jornalista correspondente da BBC e do *Manchester Guardian*. John Saul é um “*compagnon de route*” da FRELIMO de longa data que já apoiava esta organização quando era professor na Faculdade de Ciências Sociais da Universidade de Dar-es-Salaam nos fins dos anos 60. De notar que o texto de Saul é produto de um coletivo de vários autores que trabalharam ou trabalham em Moçambique. A coletânea cobre sectores como a educação (Judith Marshall) a agricultura (Helena Dolny) a indústria (Peter Sketchley) o planeamento físico (Barry Pinsky) a saúde (Carol Barker) e as mulheres (Stephanie Urdang). Cabe no entanto a John Saul a fundamentação das premissas teóricas, que dão uma coesão ao texto, no que constitui a parte mais significativa do livro.

Embora a realidade moçambicana seja o foco principal destes dois estudos, salienta-se também o inter-relacionamento entre os acontecimentos que ocorreram em Moçambique e os que constituem pano de fundo mais vasto da história regional da África Austral dominada hoje pelo crescimento do movimento popular contra o regime do “apartheid”.

Ambos os livros testemunham o impacto regional do crescimento político e ideológico da luta de libertação nacional desencadeada pela FRELIMO e os efeitos contraditórios da independência de Moçambique, quer entre os nacionalistas sul-africanos, quer sobre os dirigentes do “apartheid”, que viram no processo moçambicano uma ameaça direta não só à sua hegemonia dentro da África do Sul como à sua predominância política e econômica e à do próprio sistema capitalista em toda a região austral de África.

Assim, o primeiro capítulo do livro de Hanlon começa, muito apropriadamente, com as palavras do Ministro da Informação, José Luís Cabaço: “Construímos

alguma coisa". O ministro queria chamar a atenção ao fato de que, apesar de muitos erros graves, os moçambicanos conseguiram alguns sucessos. Não há dúvida que muitos poderão discordar e afirmar que o caráter duma revolução é determinado não por aquilo que foi, mas por aquilo que é. No entanto, numa situação em que os ataques dos bandidos armados estão a fazer tudo para que aquilo que foi construído seja destruído, ao ponto de fazer esquecer o caminho percorrido, é importante ter relatos do percurso.

Os dois livros têm efetivamente como objetivo principal relatar as lutas que transformaram a FRELIMO dum movimento meramente nacionalista num movimento dedicado à transformação revolucionária da sociedade moçambicana. Para as pessoas que não participaram diretamente neste processo, a FRELIMO que conhecem é uma FRELIMO tão abalada que quase irreconhecível. Os autores não são neutros, e concordam inteiramente com as opções da FRELIMO. Paradoxalmente, é este engajamento que constitui um dos problemas centrais dos livros.

"Revolução debaixo do fogo", "Um caminho difícil", são os dois subtítulos que Hanlon e John Saul, respectivamente, utilizam para tentar fazer a ponte entre a FRELIMO de 1975, cheirando a vitória e a FRELIMO de 1985, exangue, esgotada, muito longe da imagem de 1975. O que os autores querem mostrar é que a FRELIMO de hoje, às vezes aparecendo derrotada, é também uma FRELIMO vitoriosa. A falha maior dos dois livros é de não analisar as contradições que levaram a FRELIMO vitoriosa à situação atual.

Sem fazer um elogio ao derrotismo procuraremos demonstrar neste ensaio que é possível analisar as atuais contradições da FRELIMO a partir da sua própria história no quadro da história da própria sociedade moçambicana.

A formulação de novas perguntas e questões torna-se contudo uma necessidade. Estas devem ser, porém, colocadas de modo a que permitam abordar a história da FRELIMO, não como um texto inalterável, mas como um processo contraditório inserido na luta nacionalista e social de Moçambique.

Assim, como a luta contra o colonialismo trouxe à luz uma história abafada e negada pelo próprio colonizador, as lutas travadas desde a independência devem-nos permitir olhar de forma diferente sobre aspectos e lutas anteriores à própria independência e ao seu processo e, assim, melhorar os nossos instrumentos de análise para compreender as contradições de hoje.

Ao fazerem uma análise crítica da história de Moçambique desde a independência, os dois livros destacam os aspectos mais significativos que constituíam intenção da opção socialista da FRELIMO. Embora o seu enfoque seja o período do após independência, ambos os autores resumem a história da luta armada e concluem com uma análise do impacto do Acordo de Nkomati.

Não pretendemos negar o mérito dos dois autores, mas mostrar a importância de aprofundar a crítica, se queremos fortalecer as fileiras dos que combatem por uma transformação socialista de Moçambique.

Estes dois livros destacam-se de muitos outros publicados anteriormente na medida em que tentam produzir uma análise crítica da situação a partir de uma posição de apoio aos objetivos traçados pela FRELIMO. Procuram não cair numa mera justificação ideológica, mas, ainda assim, a sua característica principal é a de não analisar a situação real, tal como ela é, mas a de dar respostas a posições ideológicas antagônicas. Embora tenham a sua importância e as lutas ideológicas possam conduzir-nos a discussões e análises justas e justificadas, falham neste caso por não enfrentarem a realidade concreta.

## **1. OS PONTOS DE PARTIDA: A TRANSFORMAÇÃO DAS PREMISSAS EM POSTULADOS**

Um dos problemas de fundo da História da FRELIMO provém não só da forma vitoriosa como esta história é abordada, mas, sobretudo, da utilização dos seus conhecimentos de forma inquestionável. O fato de a luta armada ter desembocado na Independência em 1975 contribuiu para que esta fosse vista

como uma prova de justeza da luta armada, criando-se assim um consenso, implícito e silencioso, sobre as causas da vitória da independência.

Na crônica de uma historiografia vitoriosa é muito raro encontrar relatos focando aspectos “menos vitoriosos”. Assim, na História da Luta Armada, como o processo global conduziu à vitória, considera-se ser desnecessário analisar de uma forma crítica o conteúdo e os limites dessa vitória: não se avaliam os aspectos que nessa vitória poderiam no futuro comprometer e ameaçar a consolidação de algumas das conquistas alcançadas.

Quer no livro de Saul, como no livro de Hanlon, não se encontra uma tentativa de repensar a história de libertação a partir de 1962. O processo das transformações da FRELIMO entre 1962 e 1975 não é visto como podendo constituir um tema de estudo histórico necessário para analisar o presente. Ora, na história, como em qualquer ciência, é necessário, às vezes, voltar atrás e questionar os conhecimentos considerados como definitivos. No caso da FRELIMO não se trata de questionar o objetivo escolhido, trata-se de analisar como o caminho foi percorrido e se a maneira como se conta este percurso não tem gerado erros de compreensão, erros de conhecimentos. Ao nível de reflexões e de análises da vitória da luta armada, os textos são dominados por uma problemática teleológica. Isto significa que a prova da vitória está na própria vitória e, portanto, não há necessidade de colocar perguntas que ponham em dúvida esta questão.

Uma das palavras de ordem da FRELIMO diz que a vitória prepara-se, a vitória organiza-se. A própria FRELIMO tem dito também que o 25 de Abril de 1974 ocorreu cedo demais; pode-se deduzir corretamente que a vitória, alcançada sem ter sido preparada suficientemente, não foi tão satisfatória como devia (ou podia) ter sido. Por outras palavras, apesar do fato dos próprios dirigentes da FRELIMO terem sugerido que a vitória teve limites, os historiadores desta vitória preferiram focar sobre a vitória e não sobre os problemas “pendentes” da luta armada.

Salvo erro, não existem até hoje textos que tentam analisar objetivamente o conteúdo, os limites e as contradições da vitória sem cair no reducionismo, quer em dar primazia a um fato, ou conjunto de fatores, que simplificam e portanto, distorcem um processo complexo (2). Isto, pelo menos, no que diz respeito aos textos de esquerda, pois os textos de direita têm uma tendência inversa: a FRELIMO é apresentada como uma organização militarista enfeudada aos interesses dos países socialistas. Esta inversão teleológica tem servido, aliás, para alimentar a estratégia de agressão dos países imperialistas. E, para esses, como a FRELIMO está colocada no campo inimigo tudo será feito para impedir a vitória ou a consolidação desta vitória (3).

## **2. A HISTÓRIA COMO FRENTE DE LUTA POLÍTICA E IDEOLÓGICA**

No contexto corrente da África Austral e tendo em conta o desenvolvimento das lutas e a importância dos interesses em jogo, é extremamente difícil fazer uma análise histórica que seja ao mesmo tempo um contributo para a luta. Dito de uma outra maneira o problema consiste em saber produzir uma história crítica e construtiva, sem cair no paternalismo acadêmico e no triunfalismo cego. Como se irá combater a propaganda ideológica de direita, sem produzir uma história-propaganda cuja utilidade será limitada à função de contra-ideologia, é a questão que levantamos.

Embora não esteja abordado explicitamente por nenhum autor, a questão do foco é importante. Fazer a História da FRELIMO corresponde a fazer a história de libertação nacional de Moçambique? Da maneira como a periodização predominante é apresentada, a resposta é ambígua. O período anterior à fundação da FRELIMO é visto como fazendo parte dum outro período, nitidamente separado do período da luta armada. Não se põe em dúvida a validade dum estudo da história da luta armada, o que se questiona é saber se produzir uma história da luta armada dirigida pela FRELIMO permite, automaticamente, compreender a história global do processo ao nível do país.

Às vezes, implicitamente, a história da FRELIMO é considerada como a concentração das contradições da sociedade moçambicana. Esta interpretação aparece claramente quando se discute a famosa luta das duas linhas. A luta, localizada dentro do seio da direção da FRELIMO, constitui uma passagem chave da história da FRELIMO. Porém, se questionarmos em que medida esta luta permite compreender as contradições que, naquelas alturas e depois, dividiam a sociedade moçambicana, será difícil encontrar uma resposta.

A vitória da independência em 1975 contribuiu significativamente para impor a ideia de que a história da luta pela independência nacional pode, no essencial, ser reduzida à história da FRELIMO. E a maneira como decorreu o 3º Congresso pode ser vista como a confirmação da ideia de que todos os moçambicanos se reconheciam dentro da FRELIMO. Havia uma aparente coincidência entre as duas histórias mas, na realidade, a história da FRELIMO só pode ser entendida em toda a sua especificidade quando colocada no global da história de toda a sociedade moçambicana.

Por exemplo, no que diz respeito à caracterização ideológica da FRELIMO seria possível argumentar que a FRELIMO estava mais próxima do marxismo-maoísmo revolucionário, quando do processo da criação das zonas libertadas, do que quando se proclamou partido marxista-leninista, partido de vanguarda, no 3º Congresso em 1977? Uma das dificuldades mais óbvias desta argumentação será, evidentemente, a questão de saber o que se deve entender por marxismo-leninismo. Se for aceite esta hipótese de trabalho, será necessário explicar por que houve esta inversão, por que é que a FRELIMO parece ter-se tornado menos revolucionária precisamente no momento em que foi proclamado o socialismo como meta a atingir. Pode-se perguntar: terá havido uma relação de causa a efeito entre a ascensão de um movimento de guerrilha a um aparelho de Estado herdado do inimigo? Seja o que for, é difícil no contexto desta problemática não pensar nas palavras do Presidente Samora em 1975: "Ao retirar os quadros das zonas libertadas, estamos a retirar o peixe da água"(4).

É preciso também lutar para preservar o sentido de certos conceitos produzidos no processo da luta. Um desses é o de **zonas libertas**, muitas vezes vulgarmente idealizadas ao ponto de se perder totalmente o significado específico que tinha. Predomina na sua utilização o sentido quase literal de libertação da presença física da administração portuguesa. Ora esta libertação só constituía um aspecto do sentido das zonas libertadas. Para a FRELIMO, o conceito referia-se às transformações das relações socioeconômicas nas zonas controladas por ela. Contrariamente ao sentido quase literal, este último significado implicava que o processo de transformação fosse o resultado de lutas cujo êxito final não podia ser considerado como automaticamente realizado. Além disso, importa salientar que o nível das transformações não tinha atingido o mesmo grau em todas as frentes da luta. Mas como há uma tendência em generalizar a partir das transformações mais radicais e excepcionais, acaba por se transmitir uma ideia distorcida do processo. O fato de nas zonas libertadas se ter combatido as práticas do inimigo não significa, de maneira nenhuma, que essas práticas tenham desaparecido totalmente. Assim, ao lado de situações em que as mulheres assumiam posições de chefia, havia mulheres que continuavam a ser utilizadas como objetos de prazer e fontes de rendimentos para os homens e famílias.

Apesar da FRELIMO ter sempre insistido sobre a necessidade de não abordar a guerrilha só do ponto de vista militar, o grande historiador e simpatizante da FRELIMO, Basil Davidson, no seu, aliás excelente, livro *The People's Cause*, cai precisamente neste reducionismo (5). Davidson pensa corretamente que a operação "Nó Górdio" saldou-se pela derrota militar de Kaulza de Arriaga, mas a análise não devia ter parado aí porque a FRELIMO visava muito mais do que uma derrota militar. O avanço militar da FRELIMO em 1972 na província de Tete foi possibilitado pela solidez política e ideológica das zonas libertadas de Cabo Delgado e Niassa, mas este avanço militar não significou uma extensão, uma reprodução das zonas libertadas. Resta perguntar se teria sido possível fazer coincidir o avanço militar com o avanço das zonas libertadas. A FRELIMO

tinha, na altura, os quadros necessários para cumprir esta tarefa? Não é possível responder a esta pergunta sem uma investigação mais aprofundada, mas é necessário que esta seja feita sobretudo porque a questão da falta de quadros é levantada muito mais frequentemente para o período após 1975 do que para o período anterior.

É preciso analisar a luta não só a partir das transformações do lado dos oprimidos mas também das modificações do Estado colonial provocadas pelo impacto da guerrilha. O impacto não é analisado porque o colonialismo continua a ser visto como um sistema imutável enquanto eram visíveis as tentativas do colonialismo em se manter por via de reformas. A guerrilha não modificou a natureza do sistema colonial. Mas, com o avanço da guerra, notava-se que o Estado colonial tornava-se mais repressivo e violento ou mais reformador, de acordo com o fato dos grupos ou os indivíduos visados constituírem ou não uma ameaça à continuação do sistema.

### **3. O ENQUADRAMENTO TEÓRICO DAS FONTES OFICIAIS**

Hanlon e os autores do livro de John Saul recorrem muito aos discursos oficiais para fundamentar os seus argumentados, mas nenhum dos autores tenta problematizar essas fontes. A problemática aceite é a problemática dos discursos. Ao fim e ao cabo a dificuldade principal parece ser a incapacidade de colocar perguntas fora das perguntas postas pelo percurso da história já percorrida. Sem nenhuma exceção o molde predominante é o seguinte: os problemas enfrentados pela FRELIMO não vieram só do exterior, alguns foram o resultado de erros – argumentam que esforços foram feitos para os corrigir. Uma história oficial, portanto, tem a tendência de ser uma história teleológica, autojusticativa.

É por via desta prática que a história da FRELIMO tem sido contada por meio de acontecimentos chaves. Dentro desses destacam-se os congressos. E duma certa forma, os autores não conseguem libertar-se deste formalismo na utilização das fontes. Assim, por exemplo, está aceite a ideia de que a

colocação de Jorge Rebelo e de Marcelino dos Santos na direção do Partido a tempo inteiro foi um dos resultados do 3º Congresso em que tinha sido decidido dar mais peso ao Partido e, neste sentido, fornecer mais quadros ao Partido. Ora, o que aconteceu na realidade foi diferente. De 1977 a 1983, o Partido foi enfraquecendo constantemente em relação ao Estado. Os esforços feitos para modificar a situação, da ofensiva às revitalizações, podem ser considerados como provas das dificuldades encontradas nas tentativas infrutuosas de concretizar palavras de ordem no sentido de reforçar o Partido.

Na formulação das críticas, os discursos presidenciais constituem uma fonte privilegiada porque constituem uma prova irrefutável da capacidade autocrítica da FRELIMO ao mesmo tempo que são uma proteção contra possíveis acusações de ultra-esquerdismo e/ou confucionismo. Por exemplo, o discurso contra as ilegalidades do aparelho repressivo do Estado é utilizado como prova séria da intenção do Estado em estabelecer o poder popular. Além disso o contexto em que foi feito o discurso – a ofensiva política e organizacional – é também utilizado como prova da vontade de valorizar e enraizar as lições da luta armada: tratar o povo como a fonte de inspiração do poder (6). As intenções demonstram a existência formal de estabelecer o poder popular, mas não são concretizadas. Por que? Se não pudermos por esta pergunta analisar o porquê da não coincidência entre as intenções e a realidade, o campo ficará totalmente aberto para as respostas do inimigo. Respostas que, de forma nenhuma, estão interessadas em encontrar soluções para a construção duma sociedade socialista.

#### **4. 1975: CONTINUAÇÃO OU RUPTURA?**

Cronologicamente, os dois livros de Saul e Hanlon centram-se sobre o período após 1975. A fraqueza dos dois textos reside precisamente na utilização de 1975 como ponto de partida. A problematização utilizada de chamar a atenção às diferenças entre o governo que toma o poder em 1975 e vários regimes neocoloniais não é suficiente (7).

A FRELIMO foi efetivamente diferente de muitos outros movimentos, mas a melhor prova desta diferença não passa por uma idealização da FRELIMO. John Saul, apesar de confrontar este problema da idealização, não consegue estabelecer as bases duma crítica objetiva (8). Para John Saul, a diferença entre a FRELIMO e outros partidos políticos, que se intitulam marxistas-leninistas, reside na prática. Segundo John Saul, a FRELIMO conseguiu evitar quase todos os aspectos negativos de todos os tipos de marxismo-leninismo, e mesmo quando estava a cair num desses defeitos havia sinais prometedores de correção. Assim a FRELIMO evitou as falhas do Socialismo Africano e do hipercentralismo do socialismo dos países socialistas da Europa Oriental (9). Mas quando começa a enfrentar os problemas atuais profundos que impedem o avanço da revolução socialista, os analistas caem no pessoalismo, falando das personalidades dos dirigentes da FRELIMO.

Neste aspecto, o texto de Hanlon, menos preocupado com uma discussão sobre o marxismo-leninismo, está muito mais perto da tradição dominante da FRELIMO (10). O que importa era saber se a luta estava ou não a defender os interesses da maioria. Como muito bem disse Marcelino dos Santos: “O nosso objetivo principal era de nos colar ao povo”. Evidentemente, “o povo” pode-se tornar uma fórmula vazia, mas pelo menos tem a vantagem de se referir a uma realidade concreta enquanto o marxismo-leninismo será sempre uma noção abstrata. Querendo a todo o preço demonstrar o marxismo da FRELIMO, Saul acaba por produzir uma discussão que está mais perto da casuística do que duma metodologia marxista.

No centro desta discussão sobre o marxismo, destaca-se a questão da natureza do Estado, o que significa, automaticamente, discutir as relações de classes dominantes na sociedade moçambicana. Embora não satisfatoriamente, Hanlon vai muito mais longe do que John Saul. Hanlon argumentava que “os aspirantes à burguesia” são aqueles que vêm das camadas mais privilegiadas da época colonial e que continuam sendo saudosistas das sociedades de consumo (11). O problema de fundo desta abordagem é que parte do princípio

da não inexistência da burguesia porque “não tem poder econômico”. No entanto, o fato de a chegada ao poder da FRELIMO ter retirado as bases socioeconômicas dos aspirantes à burguesia não podia significar, por si só, que estes aspirantes não iriam tentar criar essas bases a partir dos meios disponíveis. E mesmo que estes meios não existissem, tentariam criá-los. As relações de exploração e de opressão não esperam condições ideais para se manifestarem.

É verdade que a tomada do poder pela FRELIMO dificultou as manobras deste grupo, mas, uma vez que se deu conta de que os meios só podiam ser obtidos pela via do Estado, este grupo engajou-se num assalto sistemático para conquistar posições de destaque no aparelho do Estado. E este assalto foi de certo modo facilitado pela concepção segundo a qual o Estado e o Partido podiam ser isolados do resto da sociedade. Por um lado, fala-se muito da necessidade de impermeabilizar o Partido e o Estado, mas, por outro lado, o próprio Presidente Samora explica como, por exemplo, várias ligações de família, de classes e de amizade fazem com que os que deviam implementar as leis do Estado não o façam porque elas vão contra os interesses que aqueles querem defender. Portanto, paradoxalmente, vê-se na prática como o Estado e o Partido acabam por ser afetados por estas forças socioeconômicas, pelo que, no concreto, acaba por predominar uma paralisia. Mas o paradoxo é só aparente pois se for aceite que o Estado e o Partido foram permeados, não nos devemos admirar que o Estado e o Partido não consigam desfazer-se das forças reacionárias.

O conceito dominante de “infiltrado”, para falar da penetração inimiga dentro do Partido e do Estado, é a contrapartida da impermeabilização. Em ambos os casos, a análise tende a focar sobre indivíduos em vez de processos e posições de grupos.

São as condições materiais que acabam por determinar a consciência social. Como diz muito bem um texto do Presidente Samora, homens podem alterar

situações, mas também novas situações podem transformar os homens, mesmo os mais revolucionários (12).

A saída dos dois livros ocorreu no contexto das celebrações de vários aniversários: 1982, o vigésimo aniversário da fundação da FRELIMO; 1983, o IV Congresso; 1984, o vigésimo aniversário do início da luta armada e, finalmente, 1985, o décimo aniversário da independência. Além disso, a assinatura do Acordo de Nkomati a 16 de Março de 1984 e as ações cada vez mais destruidoras dos bandidos armados foram momentos que naturalmente levaram a fazer balanços.

Apesar dos progressos significativos, John Saul exprime uma reserva importante: “efetivamente, com o risco de exagerar, poder-se-ia dizer que a revolução se enfraqueceu em vez de se reforçar na base, durante os anos que seguiram imediatamente à independência. A FRELIMO simplesmente não conseguiu institucionalizar o poder popular...”(13). Nenhum dos autores põe em dúvida as conquistas alcançadas, mas Joseph Hanlon acaba por escrever aquilo que, provavelmente, milhares de moçambicanos se perguntam constantemente desde 1983: “O verdadeiro teste para saber se a desestabilização funcionou, ou não, estará na forma como a FRELIMO escolher reconstruir a sua economia. A civilizada alternativa foi destruída? A África do Sul, o Ocidente e os aspirantes à burguesia na FRELIMO aceitarão assumir o socialismo e o poder popular com os seus próprios objetivos?” (14)

A dificuldade que John Saul tem, em fazer a sua avaliação, provém do fato de ele, a partir dos tempos da luta armada, ter projetado o que a FRELIMO iria cumprir, mas como esta projeção não coincide com a realidade, a argumentação apresentada não convence. A própria FRELIMO, pela voz do Presidente Samora, alertou contra uma idealização apressada feita a partir de vitórias do passado:

“Perguntamos, por que é que os quadros veteranos da luta, que construíram com numerosos sacrifícios aquilo que

somos hoje, se deixam, como dizemos, ultrapassar? Temos primeiramente como causa desta situação, o espírito de vitória.

As grandes vitórias que alcançamos, tanto no campo da luta armada como na liquidação das forças reacionárias e na destruição das infiltrações inimigas no nosso seio, ou ainda na reconstrução nacional, levam certos camaradas a só verem vitórias contínuas, a desprezarem taticamente o inimigo, a considerarem sempre a situação como “normal”, “boa”, e nunca tiram lições dos reveses, não estudam como combater as nossas limitações.

Por isso deixam de estudar a nossa linha, acham que já conhecem o suficiente e aí estão as vitórias a prová-lo. O resultado é o abandono da análise política, a nossa consciência torna-se insensível aos desvios e agressões contra a linha e, assim, não conseguimos detectar e destruir no ovo as infiltrações ideológicas, morais e físicas do inimigo” (15).

Fazer o balanço só a partir de 1975 introduz uma distorção que impede uma compreensão correta do percurso e das transformações que afetaram a FRELIMO na altura daquela transição histórica. Uma das implicações desta abordagem é que a FRELIMO de 1975 é a mesma que a FRELIMO das zonas semilibertadas e das zonas libertadas. Não são considerados como pontos de estudo as contradições e as lutas que fizeram crescer a FRELIMO dum movimento meramente nacionalista para um movimento decidido a transformar radicalmente as relações herdadas do colonialismo português.

Uma outra implicação, paralela, é que as contradições enfrentadas são mais ou menos as mesmas do que antes de 1975. E por isso não se estudam as diferenças.

No período de preparação do IV Congresso muitas críticas referiram-se a estes objetivos, e ao referir estes objetivos, referiram-se à FRELIMO que conseguiu

ultrapassar a crise interna de 1966/69 quando “os novos exploradores” tentaram guiar a FRELIMO no sentido só da independência nacional.

As lutas entre as duas linhas, que vão praticamente de 1962 a 1970, não acabaram com a vitória da linha revolucionária. Foi muito mais um episódio numa luta prolongada. Quando a FRELIMO tomou o poder em 1975, reencontrou de novo uma situação semelhante à de 1962/1966 nas antigas zonas libertadas, mas desta vez a nível do país. Com a derrota infligida a Kaulza de Arriaga, outros Nkavandame preferiram seguir a FRELIMO, não porque assumissem os seus objetivos políticos e ideológicos, mas sim porque a FRELIMO tinha saído vencedora do combate com os portugueses. Uns desafiaram abertamente por via de tentativa de criar partidos políticos, mas uma outra parte escolheu oportunisticamente pôr-se do lado dos vencedores à espera dum melhor momento.

A questão da transição dum movimento de guerrilha para um Partido que toma o poder de Estado é levantada, mas não discutida, nos dois livros. Uma das razões desta reticência vem da já mencionada tendência dos autores em não fazer uma análise problemática das suas fontes. E como resultado disso, não analisam criticamente uma das consequências da derrota dos “novos exploradores”, o que os fez pensar que o movimento, mais tarde o Estado e o Partido, tendo-se purificado desses elementos num determinado momento e em determinadas circunstâncias, sempre encontrará dentro de si esta capacidade de se purificar. Ora, sobre este ponto específico, de como manter a linha revolucionária, a FRELIMO foi claríssima:

“As lições tiradas dos erros devem ser discutidas pelas massas para que elas adquiram a nova experiência. As violações da linha e as agressões contra a nossa disciplina devem ser objeto de discussão e crítica pública das massas. Fazendo assim, por um lado, utilizamos os erros para aprofundar a nossa consciência política, e, por outro lado entregamos às massas a defesa da linha e da disciplina que é a sua propriedade” (16).

No entanto, a partir do espírito de vitória chegou-se ao ponto de aceitar os seguintes pontos como se fossem postulados que não se pode questionar:

1. O aparelho estatal seria o instrumento privilegiado de transformação da sociedade moçambicana;
2. Este postulado continha um outro, a saber, que o Estado seria uma entidade administrativa separável do resto da sociedade moçambicana; o Estado não era visto como um resultado de lutas de classes dentro da sociedade e que o poder que dele emanava não podia ser visto, automaticamente, como defendendo os interesses dos operários e camponeses;
3. A incapacidade de concretizar as orientações do Partido tem sido atribuída à falta de quadros, falta de formação e raramente às atuações de classes, dos funcionários que implementam as orientações à sua maneira, não como incompetentes, mas como pessoas pertencentes a camadas sociais objetivamente opostas à concretização dum Estado que defendesse inequivocamente os interesses dos camponeses e operários;
4. Uma concepção de lutas de classes geridas, controladas e fiscalizadas através do controlo do Partido e do Estado.

No fim dum seminário do DTI em 1981, o Primeiro Secretário do DTI, Jorge Rebelo, fazendo um balanço crítico do Partido declarou:

“Imbuídos do espírito burguês de estrutura, muitos quadros do Partido isolam-se das massas, pensam erradamente que o seu contato com as massas lhes fará perder uma pretensa respeitabilidade. Para esses membros do Partido, ser chefe, ser responsável, implica necessariamente viver longe das massas e ser temido por elas” (17).

A resolução que saiu da 3ª Reunião Nacional do Trabalho Ideológico levantou questões de fundo sobre os problemas de transição e do funcionamento dum

partido revolucionário que tem o poder de Estado. As resoluções daquela reunião vêm como um inventário dos problemas enfrentados e ao mesmo tempo demonstram que o desafio enfrentado em 1974 e 1975 pela FRELIMO era de uma complexidade e de uma dificuldade que ainda hoje é difícil compreender. O balanço mostra claramente a ligação de classe que existe entre a prática política de membros do Partido e o facto do Partido afastar-se das massas. No entanto, assim como em tantos outros casos onde são apontados claramente os problemas, a 3ª Reunião não conseguiu criar as estruturas organizacionais de classes para combater o tal “partido burguês”. Esta falha constitui uma falha estrutural cuja raiz é tão profunda que, pode dizer-se, começou a impedir uma análise revolucionária da sociedade moçambicana, caindo-se no pessoalismo e no abstracionismo teórico, deformador da capacidade de apreensão da realidade.

As periódicas ofensivas constituem a manifestação mais concreta desta falha. Com a agravante de que, em seguida, fica, entre as várias percepções erradas, a de que se os resultados não foram ao encontro do que se esperava, a incapacidade deve-se às pessoas envolvidas (18).

Não há dúvida que um dos suportes mais vulgares deste argumento vem do próprio prestígio atribuído à pessoa do Presidente, prestígio que se traduz na ideia, errada, de que basta o Presidente saber, para se corrigirem as anomalias.

Quando John Saul aborda o tema da relação entre a ideologia, o Partido e o Estado, redu-lo a um mero problema técnico e pedagógico de escolha do melhor método de ensino do Marxismo-Leninismo (19). Assim falando do encerramento da Faculdade de Marxismo-Leninismo, John Saul identifica o problema como sendo uma falha a nível do corpo docente que ensinava a disciplina de uma maneira abstrata e desligada das condições materiais de Moçambique. Pode ser, mas as dificuldades de enraizar uma ideologia revolucionária não podem ser compreendidas se são analisadas isoladamente das contradições e lutas a nível de sociedade.

Atribuir a abstração do marxismo-leninismo aos professores desta matéria é inverter o processo. A abstração que se nota a nível do ensino do marxismo-leninismo só pode ser compreensível se é vista como reflexo duma divergência entre a teoria e a prática revolucionárias a nível global da sociedade. O processo de abstração do marxismo-leninismo começa pelo afastamento do Partido das massas. Esta causa principal tem depois efeitos no ensino. Será difícil curar o problema se os efeitos forem tratados como se fossem as causas. A cura não vai aparecer só por tomada de medidas, por mais corretas que sejam. Uma das lições da luta armada, formulada pela FRELIMO, é que a revolução não se aprende nos livros, mas fazendo-a. Mas hoje a situação modificou-se de tal forma que algumas fórmulas, mesmo as do tempo da luta armada, parecem ser de pouca utilidade. Estando no poder, exercendo o poder de Estado, como poderá a FRELIMO exercer poder de uma forma popular e revolucionária, que permita consolidar as conquistas da luta armada?

É possível que, tendo ele próprio ensinado o marxismo-leninismo, John Saul viesse a pensar que o problema de fundo era uma questão de método, quando os problemas enfrentados nas escolas e na faculdade tomaram as formas aparentes dum problema tecnicamente resolúvel. O ponto fundamental que John Saul evita confrontar está numa análise das contradições no seio da sociedade moçambicana. Grande opositor da abstração do marxismo, acaba por desenvolver uma discussão abstrata da maneira como o marxismo é aplicado em Moçambique. A discussão é abstrata porque não foca sobre as contradições que se manifestam dentro da sociedade moçambicana, mas sobre a tensão entre um ideal (em parte já atingido em vários momentos da história da FRELIMO) e uma realidade às vezes tão afastada do ideal que é válido perguntar-se se não seria mais correto falar de ruptura do que de tensão.

Por que houve afastamento? Além de resultado de erros internos, foi também resultado dos assaltos dos inimigos da FRELIMO desde o primeiro dia da sua existência. As forças que queriam que a FRELIMO não conseguisse os seus

ideais manifestaram-se ao longo da sua história de várias maneiras, dentro e fora do Partido, dentro e fora do Estado, dentro e fora do país. O surgimento dos bandidos armados pode ser considerado como a manifestação mais dura e mais destruidora destas forças.

## **5. O ESTUDO DO INIMIGO**

Foi dito já que uma das lacunas de muitos trabalhos sobre a FRELIMO está na falta de análise do inimigo e suas transformações provocadas pela luta. Isto apesar da FRELIMO sempre ter insistido sobre a necessidade de conhecer bem o inimigo. E, em parte, se a FRELIMO venceu em 1975 foi porque esforçou-se em estudar sempre o inimigo. A lacuna notada, no que diz respeito ao período 1962-1975, reproduz-se no período após 1975. Os autores falam dos bandidos armados, mas não fazem um esforço para os analisar. É interessante notar que antes da vitória de 1975, o Presidente Samora já chamava a atenção para os perigos que podiam resultar da falta de estudo do inimigo. Numa crítica dirigida aos quadros que se deixam influenciar pelo espírito de vitória, disse que eles:

“deixam de estudar o inimigo, considerando que já o conhecem suficientemente, e a prova é que aí estão as vitórias. Mas as manobras do inimigo evoluem continuamente, o seu espírito criminoso e desesperado cresce com cada derrota. Não estudar constantemente o inimigo, desprezá-lo taticamente, leva-nos à rotina, e por isso a sermos surpreendidos pelas novas manobras do inimigo, pelos seus novos crimes. Assim, em vez de mantermos a ofensiva, em vez de destruímos a cobra quando está no ovo, caímos na defensiva, descobrimos a cobra quando já adulta, levanta a sua cabeça venenosa para nos liquidar”.

Quando o nome de bandidos armados foi oficializado, a FRELIMO não tinha deixado de se bater para definir rigorosamente o que separava os seus objetivos

dos colonialistas, o que separava a sua concepção duma sociedade justa e igualitária da do regime colonial fascista. Um primeiro passo, necessário, foi reagir contra a respeitabilidade política e ideológica que os bandidos armados tentaram criar em volta de si, chamando-se RENAMO (Resistência Nacional Moçambicana) e antes disso África Livre.

Mas ao mesmo tempo houve uma subestimação dos desgastes e das alianças que os bandidos armados podiam conseguir. É possível ver na política de destruição uma prática típica do fascismo mais reacionário. Como dizem os camponeses, os bandidos armados são efetivamente hienas, mas mesmo que tenham comportamento de animais, os bandidos armados são homens que foram utilizados não para criar um movimento político, mas para destruir, com o objetivo de desmoralizar. O banditismo armado foi especificamente utilizado da mesma maneira que a PIDE e os sul-africanos utilizaram e utilizam a tortura e a repressão violenta: para quebrar o oponente. E depois proclamar que a queda da vítima é mais uma prova da incapacidade inerente aos pretos de dirigir um Estado, e do socialismo ser incapaz de desenvolver uma economia funcional.

A política de destruição só por destruir não é tão ilógica como podia parecer à primeira vista: algumas das mais potentes multinacionais surgiram e fortaleceram-se por via da Segunda Guerra Mundial e das guerras da Coreia e do Vietnam.

Pode ser correto dizer que os bandidos armados não têm base social, mas pode-se também ver nos bandidos a estreitíssima base social dos financiadores fascistas guiados só pelo desejo de recriar as condições que perderam em 1975. Pode parecer contraditório considerar um grupo a-social como uma base social, mas esta contradição desaparece se tomarmos em conta o fato de que os regimes de extrema direita caracterizam-se pela estreiteza das suas bases sociais e pelo recurso à violência para assentar e manter o seu poder.

Pode-se duvidar do interesse dos bandidos armados em criar uma oposição,

mas o que é indubitável é o seu ódio ao comunismo e qualquer coisa que de perto ou de longe se assemelhe. Mesmo que não sejam representativos, quer a nível nacional quer a nível internacional, não seria a primeira vez na história dum país do terceiro mundo que as potências imperialistas se organizariam para montar do nada um “governo de reconstrução nacional”, enfeudado aos seus interesses; como se fez em Granada para citar um dos casos mais recentes.

Os bandidos armados têm raízes que vão até à fundação da FRELIMO. Naquelas alturas e, sobretudo, depois do II Congresso em 1968, os bandidos armados foram ideológica e politicamente identificados como reacionários e aliados diretos dos colonialistas portugueses. Falar de bandidos sociais consiste num não-sentido: qualquer que seja a sociedade onde se encontra um bandido é por definição a-social. Falar de bandidos sociais (portanto bons) é a mesma coisa que falar de bons nazis.

## **CONCLUSÃO**

O que tentamos mostrar é que na própria história da FRELIMO, nas suas próprias fontes, existem bases para produzir uma história problematizada, uma história que sirva de reflexão e de estudo sobre a situação atual. Os textos da FRELIMO podem guiar a construção duma história mobilizadora, mas não a contém. Para utilizar estes textos é preciso, como disse o Presidente Samora, abandonar o espírito de vitória porque:

O espírito de vitória é uma manifestação de oportunismo de esquerda: leva-nos a desprezar taticamente o inimigo, conduz-nos ao aventureirismo. cedo ou tarde o espírito de vitória far-nos-á pagar em sacrifícios, far-nos-á pagar caro, em baixas pesadas e inúteis, os erros que cometemos.

O espírito de vitória é irmão gêmeo do espírito de derrota, o oportunismo de esquerda é a outra face do oportunismo de direita.

Quando em consequência dos erros cometidos pelo espírito de vitória, se sofrem reveses, os aventureiros caem então no espírito de derrota, temem o inimigo do ponto de vista estratégico, começam a só analisar fracassos, deixam de ver os progressos da luta. Como tinham o espírito de vitória rápida, a guerra torna-se “interminável” nas suas cabeças. As vitórias alcançadas são para eles casuais e isoladas.

Com este espírito, passam a realizar as suas tarefas com um desinteresse evidente, abandonam totalmente a visão de conjunto, só vêm erros nos trabalhos efetuados pelos outros camaradas, mas recusam-se a apontar e discutir os erros, a propor soluções justas. Preferem o murmúrio à crítica e autocrítica, a intriga à discussão aberta. Criam os seus grupinhos, os seus aliados...

Os corpos continuam na nossa zona, mas os espíritos já se instalaram na outra zona, sonhando com o conforto e corrupção vistos como coisas maravilhosas (21).

## NOTAS

(1) Joseph Hanoln, *Mozambique: Revolution Under Fire*, Zed Books, London, 1984, 292 p. John Saul, (editor), *A Difficult Road: The Transition to Socialism in Mozambique*, Monthly Review Press, New York, 1985, 420 p.

(2) Este é o caso de vários livros ou artigos quer de esquerda, quer de direita, como por exemplo Barry Munslow, “State Intervention in Agriculture: The Mozambican Experience”. *Journal of Modern African Studies*, 22, 2 (1984), pp. 199-221; Horace Campbell, “War, Reconstruction and Dependence in Mozambique”, *Journal of African Marxists*, 6, October 1984, pp. 47-73; Michel Cahen, “Etat et pouvoir populaire dans le Mozambique independent”, *Politique Africaine*, 19, September 1985, pp. 36-60; Greenwood Press, 1983, 289 p.

(3) O livro de Henricksen é típico desta última problemática apresentando a FRELIMO como uma organização militar, significando para ele, uma organização *ipso facto* repressiva, e, portanto, não podendo desenvolver uma sociedade democrática. Henricksen, como tantos outros observadores americanos e europeus, que se levantam contra os regimes militares do terceiro mundo, pretendem esquecer que o apelo à luta armada foi resultado da “pacificação”, 1eia-se terrorismo, operado nestes mesmos

territórios pelo poder colonial-imperialista. Sobre a questão da teleologia na história, tem havido muitos trabalhos. O mais destacado, porque coloca-se numa perspectiva revolucionária, é o livro de Pierre Raymond, *La Resistible fatalité de 1 'histoire*.

(4) Entrevista com Pietro Petrucci, *Afrique-Asie*, n. 109, 17-30 Mai 1976. Esta citação não aparece na entrevista, mas foi gravada.

(5) Basil Davidson, *The People's Cause*, Longman, 1981, pp. 127-8.

(6) John Saul. *Op. Cit.*, p. 88.

(7) *Ibid.*, p. 9.

(8) *Ibid.*, pp. 13-15.

(9) *Ibid.*, pp. 24-29

(10) J. Hanlon, *Op. Cit.*, p. 28.

(11) *Ibid.*, capítulo 18.

(12) Samora Machel, "Estabelecer o Poder Popular", na edição *A nossa Luta*, 2ª edição, Imprensa Nacional de Moçambique, 1975, p. 130.

(13) John Saul, *Op Cit.*, p. 101.

(14) Joseph Hanlon, *Op. Cit.*, p. 265.

(15) Samora Machel, *Op. Cit.*, p. 131.

(16) *Ibid.*, p. 119.

(17) *Notícias*, 6 de Junho de 1981.

(18) Depois da última ofensiva do Presidente, por volta de 25 de Setembro de 1985, a opinião dominante, das pessoas entrevistadas pela Televisão Experimental, era de que a ideia da ofensiva era boa, mas não se compreendia por que devia ser feita pelo próprio Presidente.

(19) John Saul, *Op. Cit.*, pp 137-147.

(20) Samora Machel, "Estabelecer o Poder Popular", *Op. Cit.*, p.131.

(21) *Ibid.*, p. 132. Depois de ler isto alguém podia alegar que estamos a encorajar o espírito de derrotismo. A única coisa que se quer encorajar é uma abordagem da história em que nada está fatalmente decidido.

# ANEXO 1

## SUBDESENVOLVIMENTO E TRABALHO MIGRATÓRIO<sup>1</sup>

Ruth First

Este é o primeiro número da revista do Centro de Estudos Africanos da Universidade Eduardo Mondlane que será publicada duas vezes por ano. Estudos Moçambicanos incluirá artigos e documentos com base em estudos inéditos escritos em e sobre Moçambique, da autoria de estudiosos e investigadores que tenham realizado trabalhos de investigação neste país, que tenham tido acesso a arquivos de material sobre Moçambique, ou que se encontrem a estudar aspectos da sociedade moçambicana no contexto regional da África Austral.

Tal como a entidade que a patrocina, o Centro de Estudos Africanos, a revista Estudos Moçambicanos utilizará um método interdisciplinar, tentando efetuar uma análise integrada da sociedade moçambicana. Publicará artigos inseridos no campo geral das ciências sociais, da autoria de economistas, sociólogos, historiadores e, mesmo, e em especial, de não-acadêmicos. Estudos Moçambicanos assume desde já como princípio a rejeição da divisão

---

<sup>1</sup> Editorial do número 1 da revista *Estudos Moçambicanos*, Maputo, CEA/UEM, 1980, pp.2-8.

de trabalho na produção do conhecimento característico da burguesia, e o departamentalismo e carreirismo acadêmico, bem como o isolamento profissional que aquela divisão de trabalho gera.

Uma análise materialista assenta, afinal, numa insistência de que é artificial e arbitrária a separação entre os aspectos econômicos, políticos, sociais e culturais de um mesmo todo. Não se pode separar a economia da política; rejeitamos veementemente a noção da economia “pura” ou técnica, concebendo-a antes como uma economia política em que a esfera política – as condições em que se desenrola a luta de classes e o papel do Estado – é uma componente que faz sempre parte da análise.

O estudo de Moçambique tem de ser efetuado, na nossa opinião, através do método da economia política aplicada não só às condições específicas do Moçambique de hoje, como às de uma sociedade surgida das lutas do passado.

Estudos Moçambicanos não será uma revista de história, mas apoiar-se-á – tal como o faz com bastante frequência no presente número – no trabalho de uma jovem nova escola de historiadores moçambicanos que efetuaram uma rotura radical com o legado da historiografia colonial.

Esta foi a história que transformou a potência colonizadora no agente primeiro, e portanto no sujeito da história, e fez das populações de Moçambique meramente o seu objeto. Impressões de viajantes, descrições etnográficas ou mesmo as histórias da diplomacia e do desenvolvimento das leis e instituições coloniais, consideraram a penetração colonial não só como legítima mas também como uma força “civilizadora” positiva.

A Independência de Moçambique tornou necessária e inevitável a reconstrução total da História de Moçambique. Tal reconstrução exige a inclusão das lutas populares, dos atos dos moçambicanos enquanto sujeitos da história. No entanto, acreditamos que a elaboração de uma história revolucionária requer

mais do que a mera apresentação de uma versão diferente e contrária dos acontecimentos, mais do que um registro descritivo da resistência anticolonial e das revoltas desencadeadas por moçambicanos contra a potência colonial.

A missão é analisar e interpretar o impacto do colonial-capitalismo português em Moçambique enquanto sistema histórico. E isto implica algo mais do que uma teoria geral do capitalismo e compreensão dos métodos utilizados pelo colonialismo: implica a análise das formas específicas de penetração e das transformações do capital português em Moçambique. Esta implica por seu turno uma caracterização da natureza da própria economia de Portugal, um capitalismo atrasado e débil que fez com que ela se situasse numa posição fraca e dependente no contexto da economia internacional, e a subordinou a capitalismos mais poderosos, não só no interior da economia metropolitana, como ainda nas colônias. Portanto, em Moçambique, o capital português não só foi exclusivo, como também não foi dominante.

Em consequência, uma análise da economia política de Moçambique colonial tem de tomar em conta tanto as formas e transformações do capital português entre o século dezesseis e o século vinte, como a presença e métodos de atuação do capital estrangeiro: as companhias do Centro e do Norte; e, em particular depois dos anos 1880, o processo de integração da economia moçambicana no subsistema da África Austral, dominado pelo capital mineiro sul-africano.

Os artigos de autoria de Marc Wuyts e Luís de Brito publicados nesse número fornecem a estrutura dessa análise do colonialismo-capitalismo em Moçambique. O artigo de Wuyts propõe uma periodização do colonialismo português. Trata-se de uma periodização e não de uma cronologia: não se trata de uma relação de acontecimentos importantes, mas sim de uma caracterização das formas e transformações de sucessivas fases da economia política. Para as diversas fases e transformações nelas ocorridas são utilizados

dois critérios: divergências e luta entre diferentes tipos e facções de capital, as transformações nas relações e portanto nas lutas entre Capital e Trabalho.

A periodização centra-se no desenrolar dos acontecimentos a partir de 1885 e estabelece três fases principais, das quais as duas últimas se situam no período de Salazar. Defende que, mesmo com a instituição da política do “nacionalismo econômico” português, a ligação com o capital mineiro da RSA não só não foi destruída como reforçada, devido a razões relacionadas com a debilidade do capital português e com as necessidades de rendimentos e de acumulação do Estado português. Durante a última fase do regime de Salazar registrou-se uma importante reestruturação do capital português em Moçambique, embora, uma vez mais, ela se tenha processado com o auxílio do capital estrangeiro. Este foi o período da política de “portas abertas” em que a acumulação já não se assentava exclusivamente no trabalho e culturas forçadas, sistema que tornou a mão-de-obra barata mas pouco produtiva, mas sim em formas de produção cada vez mais mecanizadas. Estas, por seu turno, geraram um acréscimo de extração de mais-valia relativa que, nos períodos anteriores, fora preterida em favor de um acréscimo da extração de mais-valia absoluta. Nos escritos em causa, demonstra-se que esta reestruturação do capital coincidiu com formas diferentes de estrutura de classes no interior de Moçambique e que instituiu formas diferentes de exploração da força de trabalho. Outros artigos a serem publicados em próximos números desta revista tentarão aprofundar a análise das transformações da economia política durante os derradeiros períodos do sistema colonial.

A periodização de Wuyts e o desenvolvimento de determinados aspectos dessa periodização feito por Luís de Brito referem-se principalmente ao período posterior a 1885, tal como a maioria dos artigos deste número.

Os artigos de Carlos Serra e Judith Head fazem parte de um corpo cada vez mais consistente de material analítico sobre as transformações da economia política da província da Zambézia. Estas duas contribuições centram-se em

questões-chave da economia política: quais as formas de capital que se constituíram no início e desenvolvimento da penetração colonial? Depois dessa penetração na formação social moçambicana, como foi organizada a produção a nível social: qual era a natureza do processo de produção e como foi organizada a mão-de-obra e extraído o excedente? Qual foi o impacto do colonial-capitalismo nestas formas de produção e no método de apropriação?

Pode-se constatar que esta ênfase dada às formas de exploração da força de trabalho introduz o segundo tema principal deste número de **Estudos Moçambicanos**. O duplo tema está expresso no título geral: **Subdesenvolvimento e Trabalho Migratório**. O primeiro tema debruça-se sobre a forma específica de subdesenvolvimento imposta a Moçambique em resultado das formas de exploração utilizadas pelo capital a que o território estava submetido. O segundo tema desenvolve em detalhe as formas de exploração da força de trabalho empregadas em diferentes fases da atuação do capital. A partir dos finais do século dezanove, e em larga medida devido às necessidades do capital estrangeiro, tanto o capital de plantações no interior de Moçambique como o capital mineiro no exterior, a forma específica de exploração da força de trabalho foi a utilização do trabalho migratório.

De fato, o trabalho migratório é a forma dominante de utilização da força de trabalho que surge nessa altura em toda a África Austral. Trata-se de mão-de-obra que é obrigada a oscilar entre a produção agrícola doméstica no interior da economia camponesa e períodos alternados de trabalho assalariado nas minas, agricultura e indústria capitalista.

O capital tem utilizado este sistema de trabalho migratório para fazer recair parte do fardo da reprodução do trabalhador e sua família sobre a produção doméstica. O capital tem podido assim pagar ao trabalhador uma soma inferior à do custo de reprodução deste último, fazendo com que seja o agregado familiar quem mantém o trabalhador nos períodos de desemprego, em alturas de doença ou na velhice, e sustenta a família em geral.

Tanto o artigo de Serra como o de Head empregam esta concepção de trabalho migratório para explicar formas de acumulação do capital de plantações na província da Zambézia. Os seus trabalhos referem-se ao período do capitalismo industrial quando já se tinha verificado uma prolongada penetração nos modos de produção pré-capitalistas camponeses.

O artigo de Serra sobre a Zambézia de 1885 a 1930 retoma o tema de como o capitalismo dissolveu e depois reconstituiu formas de apropriação de excedentes. Os pequenos produtores do período anterior a 1890 foram transformados, apesar da sua resistência, em vendedores de força de trabalho para as plantações. A transformação foi imposta através da absorção e reestruturação da forma inicial do tributo **mussoco**, só que desta feita a apropriação era efetuada nos interesses do capital de plantações, apoiada pelo Estado colonial. O artigo de Serra sustenta que até 1919 a absorção de tempo de trabalho para períodos limitados de trabalho forçado não subordinou a si a produção agrícola camponesa, mas que no período subsequente a produção agrícola foi subordinada às necessidades de trabalho assalariado.

O artigo de Judith Head é um estudo dessa força de trabalho assalariada numa única plantação, a Sena Sugar. O artigo descreve o papel do Estado na produção de uma força de trabalho assalariada através da imposição de obrigações regulares de trabalho ao campesinato. Mostra como o sistema de trabalho migratório teve vantagens especiais para o capital de plantações, que podia regular os fluxos de mão-de-obra de acordo com as suas necessidades sazonais.

Acima de tudo, este artigo constitui um relato de como a plantação geriu a sua força de trabalho para intensificar a exploração, não só remetendo parte dos custos de reprodução do trabalhador e sua família para o setor camponês, como reduzindo os níveis alimentares, de vida e de saúde da própria força de trabalho. Em linha com a periodização do artigo de Wuyts, Judith Head mostra como as necessidades de mão-de-obra de outros setores provocaram durante

os anos de 1950 e 1960 uma carência de trabalho, e como, em particular no período entre 1960 e 1975, se registraram pressões sobre o capital para que este modificasse a sua política de utilização da força de trabalho para um sistema de utilização mais intensiva de mão-de-obra ligada a uma certa mecanização da produção.

O restante material deste número não se refere à criação de uma força de trabalho migrante interna, mas sim ao sistema, estabelecido de longa data, de exportação de mão-de-obra para as minas da África do Sul. A análise deste sistema de exportação de força de trabalho consta de diversas outras publicações do Centro de Estudos Africanos.

Este número de **Estudos Moçambicanos** contém relatos feitos pelos próprios trabalhadores, sob a forma de entrevistas sobre as suas experiências; e ainda uma análise da atual estratégia de utilização de mão-de-obra da África do Sul, que se tem vindo a modificar nestas duas últimas décadas, e que teve importantes efeitos em Moçambique e noutros Estados fornecedores de mão-de-obra da região.

O sistema de exportação de mão-de-obra, com mais de um século, teve profundo impacto estrutural na economia moçambicana. A derrota do colonialismo, e a política de transição para o socialismo em Moçambique, tornaram possível uma reestruturação do que constituía uma economia deformada e distorcida, em especial no setor agrícola.

Na medida em que este número de **Estudos Moçambicanos** documenta não só o impacto da economia colonial no passado, mas também a necessidade de a reestruturar, e portanto as perspectivas para o futuro, a revista declara a sua intenção de ser um órgão de estudo sério, mas também um órgão de intervenção.

Será uma revista teórica, mas não acadêmica. Visará uma audiência moçambicana mas espera chamar a atenção do mundo sobre o estudo

de Moçambique. O processo de construção de uma economia política de Moçambique rigorosa vai ainda no seu início. Esta revista espera poder contribuir para que esse objetivo seja alcançado.

## ANEXO 2

### LEMBRANDO AQUINO<sup>1</sup>

Immanuel Wallerstein

Aquino de Bragança era meu amigo, meu irmão. Eu o encontrei pela primeira vez em 1959, em Marrocos, onde ele vivia. Ele era o líder do movimento de libertação de Goa e membro do grupo que estava na base de criação da CONCP, a estrutura que ligava os movimentos nacionais de libertação das colônias portuguesas. Como outros que o conheceram, eu, de imediato, percebi nele características como acolhimento, generosidade, paixão, um ser humano intelectualmente vivo, o que nos fez muito próximos imediatamente.

Aquino era uma pessoa totalmente politizada. Ele desempenhava três diferentes papéis políticos. Ele era um militante, ele era um diplomata, ele era um revolucionário. Ele desempenhou todos estes papéis com uma integridade incrível.

Um militante envolve o inimigo. Aquino tornou-se um militante ainda estudante em Goa, em seguida, continuou em Lisboa e em Paris. Ele fazia parte do notável grupo que se reunia em Lisboa, na década de 1950, para

---

<sup>1</sup> Artigo extraído da revista *Shoutern Africa Report*, v.2, n.3, 12/1986, p.6. Tradução de Fabiana Malha.

lutar contra o colonialismo português. Tal grupo reunia Mario de Andrade, Amílcar Cabral, Viriato Cruz, Eduardo Mondlane, Agostinho Neto, Marcelino dos Santos, entre os mais conhecidos.

Quando a Argélia tornou-se independente, em 1962, ele se mudou para Argel e atuou como militante, tendo sido perseguido. Ele escreveu para *Révolution Africaine* (Argel) e *Afrique-Asie* (Paris). Ele editava todo o material relativo à língua portuguesa e à África austral para estes dois jornais, que se tornaram os principais veículos de expressão para os movimentos de libertação nacional. Aquino tornou-se o principal porta-voz da CONCP para o mundo.

Ele permaneceu em Argel de 1962 a 1974 e veio a ser o instrumento de comunicação para a CONCP. Todas as grandes figuras do PAIGC, MPLA, FRELIMO, e do CLSTP vinham a Argel regularmente. Aquino forneceu-lhes suas bases logísticas. Destaca-se nele a discrição, honestidade e a possibilidade de ser o canal de comunicação interna.

Quando o MFA derrubou o regime fascista português, em 1974, a situação mudou de repente. Em 1975, todas as colônias portuguesas iriam tornar-se independentes, mas não sem, entretanto, uma grande quantidade de lutas políticas. Nesse período chave de transição, Aquino tornou-se diplomata especial usado pelos movimentos (especialmente a FRELIMO) para ajudá-los a navegar nas corredeiras das negociações políticas, particularmente em Lisboa. Um militante enfrenta o inimigo, mas um diplomata enfrenta os interlocutores. É uma habilidade diferente.

Após a independência, Aquino mudou-se para Maputo, onde Samora Machel ofereceu-lhe muitas posições. Ele, entretanto, pediu apenas uma, a de diretor do Centro de Estudos Africanos da Universidade Eduardo Mondlane. Pensar sobre isso leva-nos a perceber o quanto foi uma escolha notável. Não conheço nenhum outro líder da luta nacionalista na África (ou em outro lugar), que fez um pedido semelhante a um presidente.

Aquino quis criar uma universidade como centro de pesquisa, não porque ele estava apaixonado por bolsas de estudo ou arquivos. Ele, certamente, não procurava nenhuma torre de marfim. Se ele fez essa escolha, foi porque ele queria ser mais do que um militante de frente para o inimigo ou um diplomata de frente para o interlocutor. Ele queria ser um revolucionário, e ele sabia que revolucionários enfrentam seus camaradas, lutando na busca de como, realmente, transformar o mundo.

Ele criticou, em privado e em público, desde 1975, o “triumfalismo”, que ele considerava ser a traição da revolução. Ele não tinha nenhuma tolerância com slogans, com dogmas, com um otimismo forçado, com vacas sagradas. Ele via a tentação em todos os lugares – em todos os estados e em movimentos que aspiravam ser revolucionários – que caíam no que os franceses chamam de “*langue de bois*”, com uma linguagem ritual pesada que não enganava ninguém. Para ele, o Centro podia oferecer uma análise honesta e sóbria e, portanto, revolucionária.

Ficou conhecido como um rebelde irreverente. Alguns o temiam por isso, alguns o ignoravam, mas a maioria de nós o amava. Samora o amava. Aquino trouxe não a arrogância em seus questionamentos, mas apenas o “otimismo da vontade”.

O dia em que Cabral foi assassinado, nós nos falamos. Ele gritou para mim: “Eles mataram nosso Amílcar.” Aquino escreveria a reportagem mais abrangente e honesta sobre o assassinato de Amílcar Cabral, e do papel de todos os elementos dentro do movimento inclusive os que colaboravam com o inimigo. Ele sofreu com a morte de Amílcar, mas ele procurou fazer com que todos nós aprendêssemos com ele.

Eles mataram nosso Aquino.

## INFORMAÇÕES GRÁFICAS

FORMATO  
16 x 23 cm

TIPOLOGIA  
Open Sans

**Editora**  **UFPE**

Rua Acadêmico Hélio Ramos, 20 – Várzea  
Recife | PE | CEP: 50.740-530 | Fax: (0xx81) 2126.8395  
Fones: (0xx81) 2126.8397 | 2126.8930  
[www.ufpe.br/editora](http://www.ufpe.br/editora) • [edufpe@nlink.com.br](mailto:edufpe@nlink.com.br) • [editora@ufpe.br](mailto:editora@ufpe.br)



PESQUISAS

CLÁSSICOS

ENSAIOS

“Aprender a ir ao Sul, a partir do Sul”: a frase, do sociólogo e crítico da globalização Boaventura de Sousa Santos, poderia servir de epígrafe para esta nova série de livros. Epígrafe-mensagem, endereçada especialmente aos intelectuais universitários, que costumam encomendar seus saberes mais na Amazon.com do que no Amazonas ou no Congo. (Os pensadores da sanzala – “povoado” em Kimbundu, com essa grafia, antes de a palavra ser escravizada pela Casa Grande – há muito tempo vêm rememorando, com dor mas também axé, as antigas trocas Sul-Sul forçadas.) Mas por que mudar de “norte”? É para pensar melhor experiências e práticas análogas, quando não ligadas historicamente: os vendavais do escravismo, do trabalho colonial forçado, da escravidão contemporânea; os cultos de cura populares contra males individuais e sociais; as lutas contra o racismo, a pobreza, as doenças pouco pesquisadas pela farmacopeia do Norte; as batalhas em prol dos princípios democráticos e dos direitos humanos, trabalhistas e de gênero. As três coleções da série – “Pesquisas”, “Ensaios” e “Clássicos” – trazem livros que enfocam a África, com certa ênfase nos países de língua portuguesa, ou apresentam reflexões comparativas sobre África e Brasil. Ressaltam-se, já nos volumes de estreia, frutos importantes de um intercâmbio entre professores da Universidade Federal de Pernambuco e duas universidades africanas, a Eduardo Mondlane (Moçambique) e a Cidade do Cabo (África do Sul).

Robert W. Slenes

Professor Titular do  
Departamento de História da Unicamp



UNIVERSIDADE  
FEDERAL  
DE PERNAMBUCO

60  
ANOS  
Editora UFPE

**PROEXT**  
PRÓ-REITORIA DE EXTENSÃO